



CRISE DOS COMBUSTÍVEIS

Governo pede à Petrobras que contenha alta de preços

Diretoria resiste e alerta para defasagem com mercado internacional

O governo do presidente Jair Bolsonaro pediu à Petrobras que segure novos aumentos nos preços dos combustíveis. A meta é esperar ao menos até que entre em vigor o novo limite pa-

ra a cobrança de ICMS, imposto estadual, sobre gasolina e diesel. O projeto que fixa esse teto em 17% foi aprovado de novo pela Câmara ontem à noite, após passar pelo Senado. A di-

retoria da empresa, no entanto, resiste à ideia de conter os preços e alerta para a defasagem em relação ao mercado internacional, o que poderia prejudicar as importações. **PÁGINAS 13 e 14**

EDITORIAL

ATIVISMO DO STF REPRESENTA RISCO PREOCUPANTE **PÁGINA 2**

VERA MAGALHÃES

Ataque à Justiça é antessala do plano para melar eleição **PÁGINA 2**

ELIO GASPARI

Golpe como no século passado está fora de cogitação **PÁGINA 3**

BERNARDO MELLO FRANCO

Presidente cumpre promessa e dá foijada na Funai **PÁGINA 3**

CRISTIANO MARIZ



Segundo suspeito é preso

Apontado pela Polícia Federal como suspeito pelo desaparecimento do indigenista Bruno Pereira e do jornalista Dom Phillips, Oseney Oliveira foi preso ontem. Servidores da Funai fizeram paralisação e protesto em Brasília. **PÁGINA 11**

STJ autoriza cultivo medicinal de maconha a três pessoas

Decisão inédita da Corte pode abrir precedentes. Hoje ainda é preciso importar o produto para tratamento de saúde. **PÁGINA 22**

Vendas de roupas de frio aumentam e animam comércio

Expectativa do setor é que venda de roupas e calçados entre maio e agosto atinja R\$ 13,7 bilhões, o maior valor desde 2014. **PÁGINA 16**

Rio vai pagar bônus atrasado a policiais civis e militares

Premiação do estado pela redução de índices de criminalidade será de mais de R\$ 59 milhões. Último pagamento foi em janeiro de 2021. **PÁGINA 24**

Presidente veta despacho gratuito de bagagem em voo

Bolsonaro decidiu vetar a volta do benefício, incluído em MP. Governo alega que gratuidade seria contra o interesse público. **PÁGINA 17**



Bolsonaro cita ex-ministra para vice na chapa

Em dificuldade para conquistar o eleitorado feminino, o presidente Bolsonaro agora cogita a ex-ministra da Agricultura Tereza Cristina (PP-MS) como sua vice na disputa pela reeleição. Há dois meses, Bolsonaro havia afirmado que o ex-ministro da Defesa Braga Neto seria seu provável parceiro de chapa. **PÁGINA 4**

Uma guerra longa demais

Soldado ucraniano vigia as ruínas da ponte entre as cidades de Severodonetsk e Lysychansk, na região de Luhansk, no Leste, onde as forças de Kiev tentam atrair os russos para o combate de rua a rua. Analistas dizem que a guerra pode se arrastar "por anos". **PÁGINA 18**



CASO DANIEL SILVEIRA

MPF pede ao STF que reconheça indulto e declare extinta a pena do deputado **PÁGINA 10**

FILHO DE MINISTRO

MPF apura se Queiroguinha fez tráfico de influência **PÁGINA 10**

UM SÓ PLANETA

Projeto editorial sobre meio ambiente ganha prêmio internacional **PÁGINA 12**

FIM DA LUA DE MEL

Estrangeiros na berlinda

Técnicos importados entram na ciranda de demissões do futebol brasileiro e veem cair a média de tempo no cargo. **PÁGINA 28**

Opinião do GLOBO

Ativismo do STF representa risco preocupante

Decisões até corretas, tomadas de olho na opinião pública, abrem caminho para arbítrios futuros

Afirmar que o governo Jair Bolsonaro representa riscos à democracia se tornou lugar-comum. A campanha contra as urnas eletrônicas e o Judiciário, a apologia da ditadura, os elogios a torturadores transformaram Bolsonaro na némesis de democratas mundo afora. Outro risco para nossa democracia, porém, tem passado despercebido. É mais insidioso e permanecerá entre nós mesmo que ele perca a eleição e transfira o poder ao sucessor. Trata-se da politização do Supremo Tribunal Federal (STF). A Corte, que deveria manter-se equidistante e alheia às paixões, parece a cada dia mais contaminada pelo noticiário, como se desse prestar conta à opinião pública, não à lei ou à Constituição.

O ministro Luís Roberto Barroso deu

até prazo para o governo tomar providências nas buscas do indigenista e do jornalista desaparecidos na Amazônia, como se isso tivesse algum poder de acelerar-las — ou algum cabimento. O ministro Edson Fachin, presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), se esforça para desvencilhar-se da desavença insolita que ele próprio alimentou com os militares em torno das ur-

nas eletrônicas. E o ministro Gilmar Mendes teve nesta semana de reafirmar o óbvio, dizendo que o Supremo não é "tribunal de oposição ao governo". Não é mesmo, nem jamais deveria ser. A impressão que tem transmitido, contudo, é a oposta. Não é de hoje que o STF invade competências de outros Poderes. "Tenho a impressão de que, qualitativamente, o STF brasileiro, ao lado dos tribunais constitucionais colombiano e suíço-africano, está entre os mais ativos do mundo", diz o jurista Gustavo Binimbojm. Mesmo que, na maioria dos casos, o Supremo mantenha seu papel de tribunal constitucional e última instância do Judiciário, nos poucos em que se arroga missão que o extrapola, dá argumento aos bolsonaristas e aos que promovem campanhas infames e despidências contra a Corte.

Nas palavras de um constitucionalista: "Conflito entre Poderes sempre vai existir, mas é difícil achar racionalidade em certas decisões". Para citar exemplos, nem é preciso recorrer a casos rumorosos, em que o tribunal assumiu papel nitidamente político, como os inquéritos das fake news e dos atos antidemocráticos, a prisão do deputado Daniel Silveira (PTB-RJ) ou os esfor-

ços por disciplinar as redes sociais. As decisões contaminadas pelo ativismo podem ser as mais corretas e proteger direitos essenciais, mas isso não impede que abram precedentes perigosos.

Quando o Supremo tornou a homofobia e a transfobia crimes, formulou, sem aval do Legislativo, um tipo penal por analogia — um absurdo, pois o Direito Penal é literal. Quando equiparou os crimes de racismo e injúria racial, alterou definições de leis aprovadas no Congresso. Quando determinou condições para operações policiais nas favelas cariocas, invadiu competência do Executivo fluminense e determinou uma política pública. Nada disso estava errado em si. Mas criou-se um caminho para arbítrios futuros.

Noutras situações, o STF soube agir com comedimento. Ficou assim sem tomar decisão sobre o Fundo Garantidor de Créditos para não invadir competência do Legislativo. No caso da reeleição para as presidências da Câmara e do Senado, apenas mandou cumprir o que estava na Constituição. Casos assim mostram que os ministros têm plena noção da atitude exigida de juízes que concentram tanto poder. Precisam ter a sabedoria de mantê-la.

Trocas sucessivas na coordenação do PNI expõem descaso com vacinação

Programa responsável por campanhas de imunização no país já teve quatro titulares em pouco mais de um ano

O pouco-caso do governo com o outrora respeitado Programa Nacional de Imunizações (PNI) fica evidente quando se constata a rotatividade no comando do órgão, que tem a importante missão de elaborar as políticas públicas voltadas à vacinação dos brasileiros. Desde que Marcelo Queiroga assumiu o Ministério da Saúde, em março do ano passado, o PNI já teve quatro coordenadores — média de três meses e meio no cargo. Sua responsabilidade pelo PNI, por décadas referência mundial, está a ordenação da distribuição de vacinas a estados e municípios, o desenvolvimento de campanhas de imunização para diversas doenças e o estabelecimento de normas (que vacinas devem ser aplicadas, em que período e quem está apto a tomá-las). Tarefas que, obviamente, são afetadas pelo troca-troca.

Reportagem do GLOBO mostrou que a rotatividade acarreta prejuízos como a perda de memória da gestão do órgão e falhas na interlocução com as secretarias estaduais e

municipais, fundamental para o bom funcionamento do Sistema Único de Saúde (SUS). Historicamente, não são poucas tantas trocas. A epidemiologista Carla Domingues esteve à frente do programa de 2011 a 2019, passando pelos governos Dilma Rousseff, Michel Temer e Jair Bolsonaro (início).

O desinteresse do governo pelo PNI é tal que o programa ficou sem titular entre junho do ano passado, quando a enfermeira Francieli Fantinato pediu exoneração (ela disse na CPI da Covid que estava insatisfeita com a politização da vacinação), e outubro, quando foi nomeado para o cargo o pediatra Ricardo Gurgel. Mas ele nem assumiu. Foi despedido, provavelmente por ter feito críticas ao governo. Somente em janeiro foi nomeada a farmacêutica Samara Carneiro, que ficou apenas três meses. Foi sucedida por Adriana Lucena, atual titular.

Outra demonstração do esvaziamento do PNI é a vacinação contra o novo coronavírus estar a cargo da Se-

cretaria Extraordinária de Enfrentamento à Covid-19 (Secovid).

Até parece que as campanhas de imunização no Brasil vão bem. Os baixíssimos índices de cobertura, especialmente na vacinação infantil, são uma preocupação das autoridades sanitárias nos três níveis de poder, pelo risco de ressuscitar doenças erradicadas, como a poliomielite. O governo não ajuda, seja pela falta de campanhas para informar e estimular a população a ir aos postos, seja pelos inaceitáveis ataques do presidente Bolsonaro às vacinas.

Não se podem atribuir os baixos índices de imunização exclusivamente à gestão claudicante do PNI no governo Bolsonaro. Sabe-se que são influenciados por movimentos antivacina, por problemas de logística (como mostrou pesquisa encomendada pelo próprio Ministério da Saúde), pela hesitação da população etc. Mas sem dúvida o desafio de recuperar a cobertura vacinal e proteger a população de doenças é ainda mais complexo com o PNI à deriva.

Artigos

opinioao.globo.com/opinioao/ artigos@opinioao.globo.com.br

VERA MAGALHÃES

blogs.opinioao.globo.com/vera-magalhaes vera.magalhaes@opinioao.globo.com.br



Temporada de caça ao Judiciário

Jair Bolsonaro inaugurou uma temporada de caça ao Judiciário que, se não for estancada agora e rechaçada sem espaço para tergiversação pelos democratas, é a antessala da agitação que ele prepara para logo após o primeiro turno das eleições, visando a melá-las.

O presidente está na fase 2 de seu projeto. Depois de se meiar, com relativos sucessos, a desconfiar quanto à confiabilidade das urnas eletrônicas e da apuração dos votos, ele partiu para a fanfarrização, na tentativa de pregar um alvô na testa dos ministros do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e do Supremo Tribunal Federal (STF).

As alegações levantadas por ele contra os ministros Edson Fachin, Alexandre de Moraes e Luís Roberto Barroso, de forma sistemática e cada vez mais mentirosa, são a deixa para que tresloucos como o ex-senador Magno Malta também passem a fugitá-los com mentiras em eventos públicos, como aconteceu no último fim de semana.

Não é de hoje que essa estratégia passou a ser usada pelo presidente, mas ele havia sido obrigado a se moderar depois das falas golpistas do 7 de Setembro, e agora, depois da graça concedida ao deputado Daniel Silveira, parou de fingir qualquer moderação.

Bolsonaro mentiu que Moraes concordara em arquivar o inquérito das fake news. Mesmo desmentido pelo ex-presidente Michel Temer, insistiu na mentira. Associou de forma irresponsável a decisão do STF de anular as condenações do ex-presidente Lula a um impedimento para que Edson Fachin presidisse o TSE. É o tipo de pregação que ecoa no submundo das redes bolsonaristas e poderá virar combustível para novos protestos antidemocráticos contra o Judiciário, às vésperas da eleição.

Na tentativa de desmoralizar os magistrados, o presidente não se furta nem a insinuar relação da decisão do STF de limitar operações policiais em favelas do Rio durante a pandemia, tomada a partir de um voto de Fachin, com ações para, sejam só, beneficiar os traficantes.

Comete esse tipo de barbaridade e fica por isso mesmo, na conta dos excessos diários de um presidente que ninguém mais sequer se dá ao trabalho de tentar conter e pôr nos limites do decoro exigido pelo cargo e pelo juramento constitucional.

Bolsonaro já disse em pelo menos três ocasiões recentes que não se vê mais na obrigação de cumprir decisões da Corte máxima do país.

O que isso autoriza? Novas investidas golpistas, como a engendrada na Câmara, sob os auspícios de seu presidente, Arthur Lira (PP-AL), de uma Proposta de Emenda à Constituição que daria ao Congresso poderes de rever julgamentos do STF que não fossem unânimes ou que, absurdos dos absurdos, fossem inconstitucionais!

Pela Constituição, a última palavra em matéria constitucional é do STF. É desparatada a ideia segundo a qual o Parlamento possa funcionar como Corte revisora. Mas o vírus do golpismo barato, quando é inoculado no sistema político, como vem sendo ao ano, dia a dia, por Bolsonaro, impregna todo o entorno.

Se do Executivo partem petardos diários contra o Judiciário, sem que ninguém os contenha, por que o Legislativo não se sentiria autorizado a também lançar suas flechas para o outro lado da Praça dos Três Poderes?

Se era preciso um exemplo acabado de como as democracias começam a fenececer, iniciativas desse calibre acabam por fornecê-lo.

Se Lira está do lado dos arrivistas, como vem demonstrando, há alguém capaz de freá-lo, porque preside todo o Congresso. Cabe ao presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), matar no nascedouro essa excrecência transformada em PEC pelo consórcio de partidos que apoiam a reeleição de Bolsonaro. Sem hesitar nem dar uma de mineiro.

É nessa hora que os democratas se alinham do lado certo da História, e tudo de que o país não precisa agora são mais tentativas de enfraquecer o Judiciário quando já está em curso a tentativa de empastelá-lo.

GRUPO GLOBO

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

PRESIDENTE: João Roberto Marinho
VICE-PRESIDENTES: José Roberto Marinho e Roberto Inácio Marinho

O GLOBO

4 publicações por Editora Globo S.A.

DIRETOR GERAL: Frederico Zingales
DIRETOR DE REDAÇÃO E EDITOR RESPONSÁVEL: Alan Group
EDITORES EXECUTIVOS: Letícia Sander (Coordenadora),
Alexandre Alencar, André Miranda, Flávia Barbosa, Luiza Baptista
e Paulo César Penna
EDITORA EXECUTIVA DO IMPRESSO: Fernanda Godoy
EDITOR DE OPINIÃO: Helio Gurnitz

Rua Marquês de Pombal, 25 - Cidade Nova - Rio de Janeiro, RJ CEP
20.230-240 - Tel.: (21) 2534-5000 Fax: (21) 2534-

Princípios editoriais do Grupo Globo: http://globo.br/pri_edit

EDITORES

Política: Thiago Prado - thiago.prado@globo.com.br
Brasil: Caia Rocha - caia.rocha@globo.com.br
Ítalo Guarani: italo.guarani@globo.com.br
Economia: Luciano Rodrigues - luciano.rodrigues@globo.com.br
Saúde: Claudia Antunes - claudia.antunes@globo.com.br
Síndica: Adriana Dias Lopes - adriana.diaslopes@globo.com.br
Segundo Caderno: Gabriela Goulart - gabriela.goulart@globo.com.br
Esportes: Thais Machado - thais.machado@globo.com.br
Fotografia: André e Soramito - andresoramito@globo.com.br
Capa do site: Tago Santos - tago.santos@globo.com.br
Artes e Quadrinhos: William Medel Filho - williammedel@globo.com.br

SUPLEMENTOS

Sua Voz: Mariana Barros - mariana.barros@globo.com.br
Os Direitos: Alencar - alencar@globo.com.br
De Maria Caruso: maria.caruso@globo.com.br
Estados: Wilson Calmon Filho - wilsoncalmon@globo.com.br

SUCURSAS

Brasília: Thiago Brancato - thiago.brancato@redacao.globo.com.br
São Paulo: Renato Andrade - renato.andrade@redacao.globo.com.br

ATENDIMENTO AO ASSINANTE

www.portaldosassinante.com.br ou pelos
telefones: 4002-5300 (capitais e grandes cidades)
0800-0218433 (demais localidades)
WhatsApp: 21 4002 5300
Telegram: 21 4002 5300

ASSINATURA MENSAL

com débito automático no cartão de crédito,
ou débito automático em conta corrente

Grupo de segunda a domingo:
para R\$ 16, SP e RJ: R\$ 14,90
(O Globo não faz cobranças em domicílio)

VENHA SEU BARCA

Das 16h às 21h, SP e RJ: R\$ 5,50
Domingos: R\$ 1, SP e RJ: R\$ 1,00
Custo de entrega aproximado de 20%

O GLOBO recomenda o cartão para cobrança de multa e renovação
de assinatura. Descontamos qualquer valor em atraso em seu nome.
Para ter o GLOBO em seu ponto de venda, escreva para
venha.seu.barca@globo.com.br

FALE COM O GLOBO:

Gerar (21) 2534-5000 Classificação (21) 2534-3333
Assinaturas 4002-5300 ou globo.com.br/assin

AGÊNCIA O GLOBO DE NOTÍCIAS: Venda de notícias:
(21) 2534-5095 Banco de imagens: (21) 2534-5077
Publicidade: (21) 2534-5201

PUBLICIDADE: Notícias: (21) 2534-4310 Classificados:
(21) 2534-4333 Jornal de Bairro: (21) 2534-4395 Músicas,
religião e filmes: (21) 2534-4313
Planteio nos fins de semana e feriados: (21) 2534-5001



SEGO, Fernando Gabeira, Demétrio Magnoli (quintavento), Miguel de Almeida (quintavento), Ingrid Santana (quintavento), Washington Oliveira (quintavento), Marcello Sérgio (quintavento)
TER, Merval Pereira, Carlos Andreazza, Edú Lyra (quintavento), QUA, Vera Magalhães, Elói Gaspari, Bernardo Mello Franco, Roberto Dall'Aglio (quintavento), QUR, Merval Pereira, Muelo Gaspar
SEX, Vera Magalhães, Flávia Oliveira, Pedro Dória, Bernardo Mello Franco, SAB, Carlos Alberto Sardenberg, Eduardo Affonso, Pablo Ortúzar, DOM, Merval Pereira, Dorrit Horowitz, Bernardo Mello Franco

ELIO GASPARI



blogs.oglobo.globo.com/opiao
editoria.arte@oglobo.com.br



Demos o golpe, e agora?

Num exercício de quiromancia política, pode-se dizer que são mínimas as chances de um golpe nos dias seguintes a uma possível vitória de Lula nas próximas eleições. Mesmo assim, essa afirmação é temerária quando o presidente da República sopra ventos golpistas, e o ministro da Defesa, ex-comandante do Exército, repreende o Tribunal Superior Eleitoral.

Admita-se, portanto, que existem pessoas preferindo um golpe. Para quê?

Em 1968, quando o general Costa e Silva baixou o Ato Institucional nº 5, o Brasil vivia um raro processo de radicalização. Grupos armados de esquerda praticavam atos terroristas. Pelo menos 11 bancos foram assaltados. Em junho, seis meses antes da edição do AI-5, um hospital militar foi atacado, e uma bomba explodiu diante do Quartel-General do Exército em São Paulo, matando um soldado. Em julho, terroristas executaram um major alemão supondo que ele era um oficial boliviano. Em outubro, foi assassinado um capitão americano que vivia em São Paulo.

Noutra ponta, com o terrorismo da direita, militares lotados no Centro de Informações do Exército punham bombas em teatros e livrarias vazias. Espancavam-se atores, e um maluco que se dizia ligado a um general praticou pelo menos 14 atentados em São Paulo. Quatro pessoas foram sequestradas no Rio e levadas clandestinamente para quartéis.

Esse clima não existe hoje. Também não existem os sinais de recuperação da economia, prenunciando o que viria a ser o Milagre Brasileiro.

Recuando um pouco mais, chega-se a 1964, quando um governo ruinoso associou-se à indisciplina militar de marinheiros rebeldes. Isso não existe hoje. Acima de tudo, não existe o projeto de uma elite autoritária, porém cosmopolita e reformista. Sabendo o que fazia, o general Castello Branco entregou a gestão da economia a Roberto Campos e Otávio Gouveia de Bulhões.

Hoje, o que há no bufile é um presidente que, depois de fletar com a indisciplina de policiais militares, demitiu três presidentes da Petrobras para derrubar o preço dos combustíveis, e um ministro da Economia que, com uma inflação de dois dígitos, sugere o congelamento voluntário de preços aos supermercados.

Existem pessoas que fletam com um



golpe. Para fazer o quê? O que está na mesa é um autoritarismo retrógrado que, pela força da gravidade, se aproximará do velho salvacionismo latino-americano. O coronel Hugo Chávez era um oficial moralista e aventureiro. Eleito presidente, inventou o bolivarianismo, e deu no que deu.

A carta dos golpes do século passado saiu do baralho. Vale lembrar o que escreveu o general Castello Branco, chefe do Estado-Maior do Exército, no dia 20 de março de 1964:

— Não sendo milícia, as Forças Armadas não são armas para empreendimentos anti-

democráticos. Destinam-se a garantir os poderes constitucionais e sua coexistência.

(Naquele tempo, não existiam milícias nas cidades e nas matas do Brasil. Hoje, as milícias dominam bairros em algumas cidades e associam-se ao crime na Amazônia, infiltrando-se na agenda dos agrotrogloditas.)

Como disse o general Hamilton Mourão em julho de 2018, quando o ex-capitão Jair Bolsonaro cavalgava os sonhos da direita nacional: "Existe certo radicalismo nas ideias, até meio boçal".

Passaram quatro anos, e a boçalidade avançou.

BERNARDO MELLO FRANCO



oglobo.com.br/bernardo
bernardomellofranco@oglobo.com.br



Foiçada na Funai

Em setembro de 2019, Bruno Pereira articulou uma grande operação para reprimir o garimpo ilegal no Vale do Javari. A força-tarefa destruiu cerca de 60 balsas que operavam em território indígena. Dias depois, o indigenista foi punido pelo serviço exemplar: perdeu o cargo de coordenador de Índios Isolados da Funai.

O desaparecimento de Bruno e do jornalista Dom Phillips jogou luz sobre o desmonte da autarquia. Desde a posse de Jair Bolsonaro, a Funai foi capturada pela causa anti-indigenista. Passou a atuar contra os povos que deveria proteger.

Um dossiê divulgado nesta semana descreve o desmanche em detalhes. O documento pinta um quadro de asfixia orçamentária, leniência com o crime e perseguição a servidores de carreira.

No dia em que vestiu a faixa, Bolsonaro transferiu a Funai para o Ministério dos Direitos Humanos, entregue à pastora Damares Alves. A mudança foi revertida pelo Congresso, embora o então ministro da Justiça, Sérgio Moro, tenha manifestado desinteresse em reaver o órgão.

Depois de seis meses sob as ordens de um general, a Funai passou ao comando do delegado Marcelo Xavier. Ex-assessor da bancada ruralista, ele radicalizou o aparelhamento da autarquia. Das 39 coordenações regionais, hoje só duas têm um servidor como chefe titular. Outras 17 estão nas mãos de militares, e quatro são chefiadas por policiais.

A militarização multiplicou os episódios de truculência e abuso de autoridade. No ano passado, o coordenador do Vale do Javari, um tenente reformado do Exército, foi gravado incentivando líderes locais a "meter fogo" em índios isolados.

Na ansia de bajular o chefe, o presidente da Funai chegou a remover o vermelho do logotipo do Museu do Índio. A cor se referia a um grafismo do povo caduveu, e não ao comunismo que assombra o capitão.

O dossiê também dá números ao esvaziamento do órgão. Em 2020, a Funai tinha mais cargos vagos (2.300) do que profissionais em atividade (2.071). Isso é resultado da falta de concursos e do afastamento voluntário de servidores como Bruno Pereira, que preferiu atuar no terceiro setor.

O desmonte não é fruto do acaso. Na campanha de 2018, Bolsonaro avisou que não demarcaria "mais um milímetro" de terra indígena. E acrescentou: "Vou dar uma foiçada na Funai, mas uma foiçada no pescoço. Não tem outro caminho".



A Eletrobras e o fato brutal

DIOGO MAC CORD



O escritor Jim Collins costuma dizer que "é preciso identificar os fatos brutais que precisamos confrontar. Se não os confrontarmos, eles nos confrontarão". Pois, em janeiro de 2019, um fato brutal que destruiu o país era o gigantismo do Estado. Suo focava a maioria das empresas e dos cidadãos. Os números eram assombrosos: 209 estatais federais de controle direto e indireto. O patrimônio líquido (PL) consolidado era de R\$ 651 bilhões, que pagaram naquele ano dividendos de R\$ 11 bilhões.

Das empresas que estavam originalmente na lista para desestatização, a Eletrobras representava 78% do PL — demonstrando claramente a prioridade. Sabíamos que seria um processo longo. A estratégia para cada empresa seria diferente; algumas, como a Eletrobras, precisariam de alteração legal. Porém de uma coisa todas precisavam, inclusi-

ve as que não estavam na lista: uma mudança em sua governança e gestão, que incluía transformação na forma de pensar. Em vez do gigantismo do passado, um programa agressivo de desinvestimentos dos ativos *non-core* (foco principal do governo).

Esses números em janeiro de 2019 eram assombrosos: 209 estatais federais de controle direto e indireto. Os números eram assombrosos: 209 estatais federais de controle direto e indireto. O patrimônio líquido (PL) consolidado era de R\$ 651 bilhões, que pagaram naquele ano dividendos de R\$ 11 bilhões.

se volume histórico de desinvestimentos, o PL total saltou para R\$ 901 bilhões — um aumento de 38%, ao mesmo tempo que o lucro ultrapassou os R\$ 190 bilhões. Os dividendos somaram R\$ 97 bilhões em 2021 — acréscimo de 781% até dezembro de 2018. Mas essa não era a principal missão. Agora valorizadas, as empresas precisavam ser privatizadas. E a Eletrobras era o obje-

to mais relevante a alcançar.

Em 23 de fevereiro de 2021, o presidente Jair Bolsonaro e o ministro Paulo Guedes foram ao Congresso juntos, levar a Medida Provisória 1.081 aos presidentes das Casas. Nela, uma autorização de privatização e seu desenho básico. Ela também permitia que o BNDES iniciasse, imediatamente, a contratação dos estudos.

A tramitação não foi fácil. A todo momento entravam emendas que inviabilizavam a operação. Na época, fui de gabinete em gabinete "em campanha", munido de gráficos e textos de apoio. O Ministério de Minas e Energia fez o mesmo. Apesar do esforço, apenas no dia 19 de maio o texto foi aprovado pela Câmara. No Senado, a votação foi apertada, e apenas três senadores separaram a vitória da derrota, em 17 de junho. Voltando à Câmara, o texto foi aprovado faltando apenas um dia para caducar. Mas não acabou ali. Vieram a modelagem e desafios internos enormes, com soluções heróicas por parte da Eletrobras — como o enfrentamento de greves que quase comprometeram a publicação do balanço. Houve tam-

bém a tensão final pela aprovação do TCU. Por isso foi com muita felicidade que todos comemoramos o resultado alcançado.

É a coroação de uma estratégia vencedora. Das 209 estatais do início do governo, temos agora, com a conclusão da privatização da Eletrobras, 133 — uma redução de mais de um terço. Isso inclui empresas já privatizadas, como o Porto de Vitória, e outras em liquidação, como a Ceitec. Mas ainda não inclui as próximas, com modelagem avançada, que serão privatizadas até o fim do ano — caso do metrô de Belo Horizonte e do Porto de Santos.

Críticas políticas são compreensíveis. Para quem torce contra, todo lance é impedimento. Mas, contra fatos, não há argumentos. E o fato é que o "fato brutal" de Collins foi brutalmente enfrentado — com enorme sucesso. A Eletrobras é o grande símbolo, mas muito mais foi feito — e continuará sendo. Que venham as próximas!



Diogo Mac Cord é secretário especial de Desestatização, Desinvestimento e Mercados



QUEIXA-CRIME NO SUPREMO

Barroso pede ação penal contra Magno Malta

Ministro aponta que ex-senador divulgou informações falsas em evento conservador

PARA
ACESSAR
APONTE
O CELULAR
PARA
O QR CODE

ELEIÇÕES 2022

CORRENDO POR FORA

Bolsonaro reabre debate sobre vice, e aliados intensificam campanha por Tereza Cristina

JUSSARA SOARES, ALICE CRAVO,
DANIEL GULINO E CAMILA ZARUR
politi@oglobo.com.br
BRASÍLIA

Dois meses após anunciar que o ex-ministro da Defesa Walter Braga Netto tinha “90% de chances” de ser o vice em sua chapa à reeleição, o presidente Jair Bolsonaro (PL) deixou explícito que a decisão não está tomada e que há ao menos um outro personagem no páreo: a deputada e ex-ministra da Agricultura Tereza Cristina (PP-MS), pré-candidata ao Senado. Além do potencial de atrair o eleitorado feminino, a parlamentar do Centrão tem bom trânsito entre empresários e é considerada habilidosa.

Integrantes do núcleo duro da campanha vêm defendendo o nome dela junto a Bolsonaro. Por ora, ele indica que Braga Netto continua sendo seu preferido, mas, diferentemente do que vinha ocorrendo, passou a considerar abertamente escolhê-la para o posto. Ontem, em entrevista no Palácio do Planalto, o presidente classificou Braga Netto como “palatável” e, pela primeira vez em meses, afirmou que a questão ainda está em aberto:

— É um nome que é palatável, é um nome de consenso, que sabe conversar com o Parlamento. É um colega meu da Academia Militar (...) Ele pode ser o vice. Alguns querem a Tereza Cristina, um excelente nome também. Mas isso vai ser definido mais tarde.

A ex-ministra preencheria uma lacuna considerada fundamental para a vitória de Bolsonaro, o apelo entre as mulheres, público entre o qual ele enfrenta maior rejeição. Inicialmente, o plano da campanha era que a primeira-dama, Michelle Bolsonaro, se engajasse na luta por votos. Recentemente, porém, ela demonstrou resistência a participar da propa-



PABLO JACOB/OLYMPIA

Opções. Acima, Bolsonaro com Braga Netto, cotado para a vaga de vice. Abaixo, a ex-ministra Tereza Cristina, apoiada ao posto pelo núcleo duro da campanha

ganda partidária do PL, partido ao qual se filiou, como estava previsto.

Também pesa a favor de Tereza Cristina o livre acesso ao empresariado do agronegócio. Na avaliação do entorno de Bolsonaro, a presença dela poderia ampliar o leque de doadores dessa área. O setor é um dos focos de preocupação, segundo a colunista Bela Megale, do GLOBO, o senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) foi escalado para coordenar a arrecadação.

Integrantes da campanha argumentam ainda que a deputada pacificaria o incombodo do Centrão com a presença de um militar na chapa. Aliados do governo sustentam que Braga Netto não agregaria

votos a Bolsonaro, para além dos que ele já tem. Apesar disso, o ex-ministro continua acompanhando o chefe em praticamente todas as viagens, embora hoje ocupe o posto de assessor especial da Presidência, um cargo de segundo escalão.

Questionado se uma mulher na vaga de vice seria vantajoso, o presidente disse que a escolha não passa por aí:

— É uma pessoa que ajude a governar, não interessa se será mulher ou não — disse ontem.

CIRO TAMBÉM ADIA ESCOLHA

Embora o tema seja discutido nos bastidores, a decisão será tomada somente às vésperas da convenção partidária, que deve ocorrer até agosto.

Entre os principais postulantes ao Palácio do Planalto, o ex-ministro Ciro Gomes (PDT) também deve levar a decisão para a última hora.

No caso dele, o partido ainda trabalha para atrair outras siglas ao palanque do presidente. A vaga pode ser o maior trunfo de Ciro para firmar uma aliança com outra legenda. Nesse cenário, determinar um perfil de vice neste momento pode restringir apoios, de acordo com aliados do pedetista.

Outros dois pré-candidatos à Presidência, Luiz Inácio Lula da Silva, do PT, e a senadora Simone Tebet (MDB), adotaram estratégias diferentes dos adversários. Antes mesmo de oficializar sua entrada na corrida eleitoral, o petista anunciou o ex-governador de São Paulo Geraldo Alckmin como companheiro de chapa. Fundador do PSDB, ele deixou o partido depois de 33 anos, em virtude de divergências internas, e se filiou ao PSB, aliado de primeira hora do PT.

Alckmin é tido pela campanha como um personagem-chave para abrir portas em setores da economia resistentes a Lula, sobretudo o mercado financeiro e empresarial. Na avaliação dos petistas, também tem potencial para atrair um eleitor da centro-direita que se recusa a votar em Bolsonaro e desconfia da competitividade de Simone Tebet, que não superou a barreira dos 2% nas pesquisas.

A própria Tebet já praticamente sacramentou o nome do seu vice. O posto deverá ser ocupado pelo senador tucano Tasso Jereissati (CE). A dobradinha ganhou força desde a semana passada, quando o PSDB decidiu embarcar no palanque da emedebista. Tasso, além da experiência, pois já foi governador e presidente do partido, conta com o apoio de diferentes alas da legenda, que não tem consenso a respeito do apoio à candidatura da senadora.

A própria Tebet já praticamente sacramentou o nome do seu vice. O posto deverá ser ocupado pelo senador tucano Tasso Jereissati (CE). A dobradinha ganhou força desde a semana passada, quando o PSDB decidiu embarcar no palanque da emedebista. Tasso, além da experiência, pois já foi governador e presidente do partido, conta com o apoio de diferentes alas da legenda, que não tem consenso a respeito do apoio à candidatura da senadora.



“É um nome palatável, que sabe conversar com o Parlamento. Ele (Braga Netto) pode ser o vice. Alguns querem a Tereza Cristina, um excelente nome também. Mas isso vai ser definido mais tarde”

Jair Bolsonaro, presidente, sobre definição da chapa



JORGES WILLIAM/22.07.2020

ESTRATÉGIAS E RITMOS DIFERENTES DITAM ARTICULAÇÕES

Alckmin: escolha de seu nome partiu de Lula

O ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) definiu que gostaria de ter o ex-governador Geraldo Alckmin ao seu lado na campanha presidencial antes mesmo de o novo aliado definir a qual partido iria se filiar. Alckmin deixou o PSDB após 33 anos — além de governar São Paulo, ele foi o nome tucano à Presidência em 2006 e 2018 — e se filiou ao PSB, que, na ocasião, já tinha negociações avançadas para declarar apoio a Lula. O ex-governador chegou a manter conversas com o PSD, mas o acordo travou, já que a sigla fiertou com uma candidatura



PABLO GUERRA/2020 PRESS/08.04.2022

própria e, agora, não deve declarar apoio formal a ninguém no primeiro turno. Para Lula, a aliança com Alckmin representa uma mensagem de moderação e a chance de atrair eleitores usualmente refratários ao PT.

Ciro: isolamento dificulta definição de vice

O pedetista Ciro Gomes procura atrair partidos para sua chapa e, com isso, ampliar seu palanque presidencial. A busca por apoios tem empurrado para frente a escolha de seu vice. A definição hoje do perfil de quem vai fazer dobradinha com o ex-ministro atrapalharia as negociações com aliados. Apesar de distante, a ideia de um vice do PSD ou do União Brasil ainda está entre os planos de Ciro. Sem o PDT avançar nas alianças como queriam, alguns pré-candidatos a governador e ao Legislativo Federal defendem até a flexibilização dos



WILSON RODRIGUES/07.04.2022

palanques nos estados para permitir o apoio a outros nomes. Além disso, a estratégia de Ciro de atacar o ex-presidente Lula e demarcar distância do PT tem aumentado ainda mais o seu isolamento e o do partido.

Tasso: indicação mais cotada entre os tucanos

Ainda que, em mais de uma ocasião, tenha manifestado publicamente o desejo de se retirar da vida pública, o senador Tasso Jereissati (CE) é a escolha natural do PSDB para o posto de vice da senadora Simone Tebet (MS), pré-candidata do MDB à Presidência. O senador, que apoiou o ex-governador Eduardo Leite nas prévias, é próximo a Tebet e, na ótica de tucanos, reúne condições para pacificar os ânimos no PSDB depois das turbulências que marcaram as primárias e os meses seguintes. A indicação formal será feita na convenção



EDSON RODRIGUES/07.04.2022

tucana, que ocorrerá em julho ou agosto. Já pelo lado do MDB, o nome do senador também é do agrado de Tebet e aliados. Como mostrou O GLOBO no domingo, Tasso e Tebet concordaram em 89% das votações no Senado.

ELEIÇÕES 2022

Com recuos, diretrizes do PT tentam evitar desgaste com eleitorado

Texto recebeu 124 emendas, que serão avaliadas por Lula e Alckmin. Nova redação busca afastar 'fantasmas' da sigla

SÉRGIO ROXO
sergio.roxo@oglobo.com.br
SÃO PAULO

Os partidos que compõem a aliança em torno da pré-candidatura do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) concluíram ontem as discussões sobre as diretrizes do programa de governo da chapa. Com o objetivo de evitar desgaste com o eleitorado fora do campo da esquerda, houve recuo em temas polêmicos, alterações de redação para afastar fantasmas ligados a velhas bandeiras petistas e adoção de metas consideradas ousadas em certas áreas.

Depois de um mal-estar provocado pela divulgação de uma versão preliminar do documento elaborado pela Fundação Perseu Abramo, o braço teórico do PT, os representantes das sete legendas (PT, PCdoB, PV, PSB, Solidariedade, Rede e PSOL) analisaram 124 emendas. A redação final ainda deve ser aprovada numa nova reunião e submetida a Lula e ao vice Geraldo Alck-

min (PSB). Só depois disso será divulgada.

Um dos exemplos de concessão foi a inclusão da valorização dos policiais como um dos pontos das propostas para a área de segurança. Também houve recuo na retirada da palavra "revogação" completa da reforma trabalhista feita no governo Michel Temer. Por fim, foi acertado que o item sobre o acesso à informação ganhará uma nova redação para que não haja dúvidas sobre o compromisso da candidatura com a liberdade de imprensa. A regulação dos meios de comunicação é uma bandeira histórica do PT.

MEIO AMBIENTE

Por iniciativa da Rede, do PV e do PSOL, foi incluído no documento o compromisso com o desmatamento líquido zero, uma meta ousada que não foi alcançada durante os governos petistas e que leva em consideração o saldo entre a vegetação derrubada e as áreas re-

florestadas no país.

Apesar de os governos de Lula terem conseguido reduzir o desmatamento na Amazônia após um início negativo em preservação, houve questionamentos sobre o compromisso real com a causa da sustentabilidade, que resultaram inclusive na saída de Marina Silva do comando do Ministério do Meio Ambiente, em 2008. Mesmo que a Rede faça parte da aliança petista agora, a ex-ministra ainda não declarou apoio ao ex-presidente.

Dados do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), mostram que o desmatamento na Amazônia Legal durante os governos petistas teve uma forte alta em 2004, com 27,8 mil quilômetros quadrados de mata derrubada. Houve uma queda intensa depois. Em 2012, atingiu o nível mais baixo da série histórica, com 4,8 mil quilômetros quadrados. Em 2016, foram 7,9 quilômetros quadrados. Na gestão Jair Bolsonaro, em 2021, o índice foi de 13 mil quilômetros qua-



Discurso. Após falas consideradas equivocadas por aliados, Lula e o PT formulam texto mais amplo contra Bolsonaro

MUDANÇAS E ACENOS NA PRÉ-CAMPANHA DE LULA

Policiais

Num gesto às forças de segurança, foi incluída a "valorização dos policiais" como política de segurança pública. Em abril, Lula precisou se desculpar com a categoria depois de dizer que "Bolsonaro não gosta de gente, gosta é de policial".

Reforma trabalhista

Houve a retirada da "revogação completa da reforma trabalhista" aprovada no governo Temer. A nova redação enfatizará os itens de uma nova lei, além de tranquilizar o mercado e o empresariado.

Meio Ambiente

Está previsto o compromisso de alcançar o desmatamento líquido zero — o saldo entre a vegetação derrubada e as áreas reflorestadas. Apesar dos governos petistas terem reduzido os desmatamentos, houve questionamentos sobre a falta de ações de sustentabilidade.

BNDES

Lula quer priorizar o financiamento de pequenas e médias empresas em detrimento das grandes. Nas gestões petistas, além do microcrédito, também houve a política dos "campeões nacionais".

drados derrubados.

Em aceno à pauta de incentivo econômico, Lula defendeu ontem em entrevista o BND. Ele quer que a estatal priorize pequenas e médias empresas em detrimento das grandes para criação de empregos e geração de riqueza.

Para o petista, o BNDES precisa voltar a ser um "banco de desenvolvimento de verdade", e o governo deve incentivar a construção de cooperativas. Apesar de as gestões petistas terem expandido o microcrédito, também houve a política de "campeões nacionais", que privilegiou o empréstimo a grandes empresas e gerou críticas no setor econômico.

SU loft

Comprar seu apartamento com segurança e tudo em um único lugar, Só Loft.

- ✓ Milhares de imóveis à venda com a documentação em dia.
- ✓ Processos digitais, se preferir não ir ao cartório.
- ✓ Melhor taxa para o seu financiamento imobiliário.



Agende uma visita em loft.com.br ou aponte a câmera do celular para o QR Code.

SEMINÁRIO VISÃO 2050: O FUTURO É FEITO AGORA

PARA ABORDAR UM TEMA COMO ESSE, SÓ REUNINDO
GRANDES NOMES NO CENÁRIO NACIONAL.

Só há crescimento de verdade com justiça social e respeito ao meio ambiente. É um desafio de todos os setores, e o Brasil tem a oportunidade de ser protagonista global de uma nova economia, sustentável e inclusiva.

Não perca a oportunidade de acompanhar ao vivo os painéis desse importante debate.

22 DE JUNHO,
DAS 9H ÀS 18H **SU**



INSCREVA-SE:
visao2050.com.br

TRANSMISSÃO:

Valor



PROGRAMAÇÃO DO EVENTO

9h10 - Abertura



Marina Grossi
Presidente do CEBDS

9h20 - Painel 1: Movimento empresarial pela Amazônia: a floresta no centro do desenvolvimento e como solução climática



Andrea Azevedo
Diretora de Sustentabilidade
do Fundo JBS pela Amazônia



Hugo Barreto
Diretor de Investimento Social da
Vale e Presidente da Fundação Vale



Raul Jungmann
Head of Institutional
Relations do Porto Digital



Moderação
Luís Mosquera
Vice-Presidente da Siemens Brasil

10h20 - Painel 2: Visão 2050: um país em transformação



Gilberto Tomazoni
CEO Global da JBS



Karin Formigoni
Diretora-Geral da Arcadis no Brasil



Wilson Ferreira Jr
Presidente da Vibra Energia



Moderação
Marina Grossi
Presidente do CEBDS

11h20 - Painel 3: Diálogo multisetorial: o Brasil que precisamos



Marcos Matias
CEO da Schneider Electric Brasil



Tânia Cosentino
Presidente da Microsoft Brasil



Teresa Vernaglia
CEO da BRK Ambiental



Moderação
Marcos Bícudo
Chair do CEBDS e CEO da Vedacit

13h30 - Painel 4: ESG: o caminho até 2050 começou (apresentação de case)



Eduardo Ferlauto
Gerente-Geral de
Sustentabilidade
das Lojas Renner



Jason Ward
Vice-Presidente de
Pessoas, Clientes e
Sustentabilidade da Azul



Leonardo Faria
Gerente de Sustentabilidade
da Companhia Brasileira
de Alumínio



Thiago Trecenti
Presidente da Lwart
Soluções Ambientais



Moderação
Marcelo Pasquini
Head de Sustentabilidade
do Bradesco

14h30 - Painel 5: Combatendo a desigualdade: o papel das empresas e o poder da colaboração



Carlos Brandão
Presidente da Iguaçu
Saneamento



Fábio Luiz Guido
Gerente de Sustentabilidade
e Estratégia ESG do Itaú



Michele Salles
Diretora de Diversidade,
Inclusão e Saúde Mental da Ambev



Moderação
Ricardo Mastroi
Diretor-Executivo do CEBDS

15h30 - Painel 6: Alimentos: construindo sistemas alimentares sustentáveis, resilientes e regenerativos



Bárbara Sapunar
Diretora de Sustentabilidade,
Comunicação e Branding
da Nestlé Brasil



Cleber Soares
Secretário Substituto do
Ministério da Agricultura,
Pecuária e Abastecimento



Guilherme Schmitz
Diretor de Desenvolvimento
de Mercado da Yara Brasil



Moderação
Lucio Vicente
Diretor de Assuntos Corporativos e
Sustentabilidade do Grupo Carrefour Brasil

16h30 - Painel 7: Caminhos para alcançar Nature Positive: a inovação aliada com a sustentabilidade



Cynthia Wolgien
Diretora de Sustentabilidade
e Comunicação Corporativa
da WestRock



Denise Hills
Diretora de Sustentabilidade
Natura & Co América Latina



Luiz Fernando do Amaral
CEO da iniciativa Science
Based Targets



Moderação
Patricia Audi
Vice-Presidente Executiva de Relações
Institucionais e Sustentabilidade
do Santander

17h30 - CERIMÔNIA DE PREMIAÇÃO CEBDS DE LIDERANÇA FEMININA

REALIZAÇÃO:



ELEIÇÕES 2022

Alinhado ao poder, Collor agora busca Bolsonaro

Com caminho sinuoso para se reeleger senador por Alagoas e distante dos principais políticos do estado, como Renan Calheiros e Arthur Lira, ex-presidente anunciou que concorrerá ao governo de olho do eleitor do presidente

NATÁLIA PORTINARI
natalia.portinari@lula.oglobo.com.br
BRASÍLIA

Após desistir da reeleição ao Senado em virtude da dificuldade de construir alianças sólidas com os principais grupos políticos de Alagoas, o ex-presidente e senador Fernando Collor (PTB) lançou ontem a pré-candidatura ao governo do estado. Em vídeo, ele diz que tem apoio do presidente Jair Bolsonaro (PL).

De acordo com pessoas próximas a Collor, a ideia é apostar no eleitorado bolsonarista e tentar conquistar a base de prefeitos ligados ao presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL). O candidato declarado de Lira, o senador Rodrigo Cunha (União Brasil), estaria com dificuldades de dialogar com alguns municípios, segundo Collor tem dito a interlocutores.

— A minha pré-candidatura nasce com apoio do presidente Jair Bolsonaro, que é o presidente do Auxílio Brasil, do auxílio pandemia, do vale-gás, do programa Casa Verde e Amarela, da transposição do Rio Francisco, do apoio ao agro e à agricultura familiar — pontua o ex-presidente no vídeo.

O atual governador, Paulo Dantas (MDB), tentará se reeleger em outubro. Ele tem apoio do ex-presidente Lula (PT) e do grupo do senador



Clima de campanha. Collor em imagem do vídeo que divulgou ontem anunciando a sua candidatura ao governo de Alagoas

Em 2020, foi eleito prefeito de Barra de São Miguel (AL).

Collor procurou o grupo de Lira diversas vezes para conversar e ainda tenta trazer o presidente da Câmara para sua campanha, já que ele e Cunha disputam o eleitorado bolsonarista. Mas Lira está fechado com o União e, segundo interlocutores, ficou incomodado com o lançamento da candidatura de Collor tentando se apropriar da imagem de Bolsonaro no estado.

TERCEIRA VIA

Na corrida pelo governo do estado, também deve concorrer o ex-prefeito de Maceió e ex-deputado federal Rui Palmeira, pelo PSD. Ele tenta emplacar uma candidatura de centro, sem associar sua imagem a Lula ou a Bolsonaro.

— Não estarei nos extremos, mas vou esperar a definição do meu partido para me posicionar — diz Palmeira.

Aliados de Renan Calheiros avaliam que ainda seria possível uma composição com Palmeira para dissuadi-lo de concorrer e tentar concentrar os votos na chapa de Renan Filho e Paulo Dantas. Palmeira tem boa relação com o MDB, mas está determinado a lançar candidatura própria, projeto apoiado pelo presidente do PSD, Gilberto Kassab. (Colaborou Lucas Mathias)

Renan Calheiros (MDB-AL). A desistência de Collor de concorrer a senador foi motivada pelo favoritismo nas pesquisas até o momento de Renan Filho (MDB), ex-governador, para a vaga do Congresso.

Lira foi quem negociou para que Rodrigo Cunha saísse do PSDB para se candidatar pelo União Brasil, onde de sua candidatura tem promessa de ter acesso ao fundo eleitoral. A articulação foi feita em conjunto com

ACM Neto, secretário-geral do União. O diretório da sigla em Alagoas foi cedido a Cunha e Lira em troca de um apoio do PP, partido de Lira, à candidatura de Neto a governador da Bahia.

O presidente da Câmara queria que sua prima, a deputada estadual Jô Pereira (PSDB), fosse candidata a vice-governadora de Cunha. O PSDB barrou a aliança, porém, preferindo apoiar a chapa do MDB em Alagoas. O

deputado federal Pedro Vilela (PSDB) deve ser candidato a suplente de Renan Filho.

Após o PSDB, o grupo de Lira fica sem o tempo de TV que ganharia se associando aos tucanos, o que foi visto como um revés na campanha apoiada pelo presidente da Câmara.

Nos últimos meses, Collor buscou o apoio de Lira e de outros candidatos para se reeleger senador, mas não conseguiu integrar nenhuma das

principais chapas. Embora tenha força em Alagoas, ele é visto como um personagem por quem há alta rejeição, segundo as sondagens dos partidos.

Collor se desentendeu com Arthur Lira quando desistiu de se candidatar ao governo estadual em 2018. Naquele momento, o pai de Lira, o então senador Benedito de Lira, contava com a aliança com Collor para tentar se reeleger. Sem o endosso do ex-presidente, Benedito ficou sem mandato.

A TRAJETÓRIA DE QUEM SEMPRE CAMINHOU COM O GOVERNO



Aliado de Renan no fim dos anos 1990

Collor e Renan Calheiros eram próximos no período em que atuaram juntos na Câmara, no fim da década de 1980. Foi Renan quem abriu as portas do então PMDB para o

amigo concorrer e ser eleito governador de Alagoas em 1986 e também ajudou a articular sua campanha presidencial. Mais tarde, já no governo Collor, Renan foi líder do PRN, sigla do aliado, na Câmara. O rompimento veio no fim de 1990, quando Renan não recebeu apoio para a disputa ao governo alagoano e foi derrotado.



Votos declarado a Lula em 2 eleições

Adversário de Lula (PT) nas eleições de 1989, Collor disse que votaria no petista à Presidência em 1998, quando estava ineligível, porque ele era o único que exercia efetiva oposição ao então presidente Fernando Henrique (PSDB). Anos depois, em 2006, Collor se candidatava ao Senado pela primeira vez e voltou a declarar voto em Lula, que, segundo ele, conhecia as "raízes e carências" do Nordeste e agia "rápido no atendimento aos pleitos" da região.



Caminhada ao lado de Dilma

Após Lula, Collor seguiu apoiando Dilma Rousseff. A dupla petista era citada em comícios e caminhadas no interior de Alagoas, apesar de a aliança não ter sido oficializada. Quatro anos depois, em 2014, o apoio seguiu nos dois turnos disputados por Dilma. Em seu perfil no Twitter, Collor disse que a então presidente reforçava "a importância da presença do governo federal no estado", ao elogiar os investimentos federais em seu reduto político.



Pró-impeachment, juntou-se a Temer

A harmonia com o PT terminou em 2016, quando Collor decidiu votar a favor do impeachment de Dilma, em discurso com duras críticas ao partido. Com isso, veio sua aproximação com Michel Temer (PMDB), que assumiu a Presidência com a saída da petista. Em abril daquele ano, enquanto o processo corria no Senado, Collor se encontrou com Temer como líder de um grupo de dez senadores para apresentar uma proposta de "reconstrução nacional".

Sob pressão no partido, Moro não garante candidatura

Após ser barrado em SP, ex-juiz enfrenta resistência do União Brasil no Paraná

GUILHERME CAETANO
E BIANCA GOMES
politica@lula.oglobo.com.br
SÃO PAULO

Uma semana após ter a transferência de seu domicílio eleitoral para a capital paulista barrada pelo Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo (TRE-SP), o ex-juiz Sergio Moro (União Brasil) afirmou ontem que ainda não decidiu se disputará as eleições deste ano.

O comunicado ocorreu durante um pronunciamento convocado para que ele falasse de seu futuro político e da determinação que fez com que só possa sair candidato pelo Paraná, seu estado de origem. Moro afirmou que a decisão "vai ser tomada adiante", após

ele percorrer as cidades paranaenses para "ouvir o povo". — Há muitos questionamentos se vou ser candidato a deputado, senador, governador. Mas, no fundo, meu objetivo primário é circular o Paraná e me reconectar com o povo paranaense. Essa decisão (da candidatura) vai ser tomada adiante, junto com o União Brasil — afirmou o ex-juiz.

O partido encomendou pesquisas para testar o nome de Moro em cenários como deputado federal, senador e governador. Mas, segundo interlocutores de Luciano Bivar, presidente do União Brasil, a chance de concorrer ao último cargo é pouco provável porque, no Paraná, a legenda já apoia a reeleição do governa-

dor Ratinho Júnior (PSD). Dirigentes da sigla ouvindo reservadamente acreditam que o ex-juiz também teria dificuldades de emplacar a candidatura ao Senado porque o diretório estadual é presidido por Felipe Francischini, apoiador do presidente Jair Bolsonaro.

Deputado federal e dirigente da legenda em São Paulo, Junior Bozzella (SP), continua defendendo a disputa pela Câmara dos Deputados. A avaliação é que Moro não teria dificuldades de se eleger e poderia atuar também como um puparo de votos, ajudando a ampliar a bancada do partido.

Ontem, no pronunciamento feito ao lado de Bivar e do vice-presidente nacio-



À espera. Moro quer ouvir os paranaenses antes de decidir sobre candidatura

nal da sigla, Antônio Rueda, Moro também se referiu ao eventual projeto eleitoral da mulher, Rosângela Moro: — Estou feliz de voltar ao Paraná. De todo modo, minha esposa permaneceu com domicílio em São Paulo e está pronta para me representar. No momento apropriado, ela vai tomar a decisão se vai ou não seguir uma carreira política.

Em São Paulo, Moro havia anunciado a pré-candidatura

ao Senado, mas dirigentes disseram a GLOBO que ele estava "praticamente convencido" a disputar a Câmara, ideia defendida por integrantes do diretório paulista desde a filiação do ex-juiz, em 31 de março.

OUTRAÇÃO DO PT

Após conseguir barrar a transferência do domicílio eleitoral de Moro São Paulo, o PT agora vai ingressar com uma ação para cassar uma eventual candidatura dele

“Essa decisão (da candidatura) vai ser tomada adiante, junto com o União Brasil”

Sergio Moro, ex-juiz

pelo Paraná. O diretório estadual petista argumenta que o ex-ministro estaria com sua ficha de filiação irregular no estado.

O PT argumenta, com base em uma consulta do TSE de 2006, que assim como o domicílio eleitoral, a filiação deve ocorrer no local onde a pessoa será candidata. Neste caso, Moro não teria cumprido o prazo legal, já que sua filiação se deu no âmbito do União Brasil de São Paulo.

ELEIÇÕES 2022

Policiais 'influencers' vão se testar nas urnas

Combate ao crime é bandeira comum aos agentes, que usam redes para divulgar operações e mostrar rotina

sonar
A ESCUTA DAS REDES

LUÍSA MARZULLO
luisa.castrol@oglobo.com.br

Eles conseguiram projeção nas redes sociais postando vídeos de operações policiais, forçadas ou não, dando dicas para evitar golpes e mostrando a rotina do trabalho. Agora, policiais influenciadores vão testar a popularidade nas urnas, disputando vagas na Câmara dos Deputados e nas assembleias legislativas.

Os principais nomes estão em partidos como PL, PP e União Brasil, e a maioria tem como bandeira o combate ao crime, embora alguns deles sejam alvos de investigação.

Com 2,2 milhões de seguidores no Instagram, o Dele-

gado da Cunha (PP-SP) é pré-candidato por São Paulo a deputado federal. Ele ficou conhecido ao publicar vídeos de operações policiais no YouTube, plataforma em que tem 3,6 milhões de inscritos. Desde 2021, Da Cunha é investigado pela Corregedoria da Polícia Civil por suspeita de forjar a prisão de Jagunço do Savoy, chefe da maior facção criminosa de São Paulo, para aumentar engajamento nas redes sociais. Na publicação, ele mostrou detalhes da operação, mas, de acordo com depoimentos, o homem que aparece nas imagens não é o criminoso.

Na semana passada, o Conselho da Polícia Civil pediu a demissão dele e, caso o governador Rodrigo Garcia (PSDB) aprove, ele ficará inelegível, com base na Lei da Ficha Limpa. Em vídeo publicado em seu canal, ele debo-



Conexão. Delegado da Cunha conquistou seguidores postando a rotina da corporação nas redes: alvo da Corregedoria



Policial Militar. Tenente-coronel da PM em Goiás, Edson Melo liderou cerco ao serial killer Lázaro Barbosa

chou da decisão do conselho e afirmou que existem processos arquivados contra ele pelo mesmo motivo:

— Eu sou pré-candidato ao cargo de deputado federal, estou elegível e vou concorrer na próxima eleição.

Conhecido por ter liderado o cerco ao serial killer Lázaro Barbosa, o tenente-

coronel Edson Melo (Podemos-GO) também busca uma vaga na Câmara. No Instagram, ele coleciona mais de 21 mil seguidores e costuma postar mensagens de apoio ao presidente Jair Bolsonaro (PL). Recentemente, lançou o livro "Contagem regressiva", em que conta a história da persegui-

ção ao criminoso. No início do mês, publicou vídeo ao lado do deputado Eduardo Bolsonaro (PL-SP) e escreveu: "Temos muitas pautas em comum, como a defesa do direito dos CACs (Colecionador, Atirador Desportivo e Caçador), das Forças Policiais, da família e do combate à esquerda e à corrupção".

A bancada policial também busca vagas nas assembleias estaduais. Em Alagoas, há dois postulantes: o delegado Leonam Pinheiro (União) conquistou 171 mil seguidores no Instagram alertando sobre estratégias de golpistas; já o delegado Thiago Prado (PP), seguido por 54,5 mil pessoas, ficou famoso com posts informativos sobre estelionatos. Na corrida para a Alesp, o

capitão da Polícia Militar Rafael Telhada (PP-SP) costuma defender a valorização policial aos seus mais de 250 mil seguidores. Em 2019, o então tenente foi investigado pela Corregedoria por "indícios de excesso de legítima defesa" em operação em Osasco que culminou na morte de um suspeito. Na época, ele celebrou a execução nas redes sociais: "A caveira sorriu mais uma vez".

A operação seguiu os trâmites policiais e judiciais de praxe — garante.

No lado da oposição, o vereador de Porto Alegre e pré-candidato a deputado no Rio Grande do Sul Leonel Radde (PT) defende a desmilitarização da PM, a legalização da maconha e a presença de câmeras nos uniformes. Ele diz que decidiu entrar para a política para tentar reverter a apropriação pela Segurança Pública por parte da direita.

— Eles surfam na onda da tolerância zero, do "bandido bom é bandido morto", mas não há medidas para combater a criminalidade nem que valorize a corporação.

De acordo com o anuário brasileiro de segurança pública, nas seis eleições brasileiras entre 2010 e 2020, 25.452 policiais e membros das Forças Armadas candidataram-se a cargos de natureza eletiva; 1.860, assumiram mandato. Policiais sem cargo de chefia precisam deixar o posto apenas no momento em que o registro de candidatura é deferido. Já delegados devem se desincompatibilizar três meses antes do pleito.

SU

EDIÇÃO ESPECIAL
DE ANIVERSÁRIO



Nas bancas,
no site e no app

globo+

EDITORA GLOBO

MPF apura se Queiroguinha fez tráfico de influência

Filho do ministro da Saúde tem usado o acesso livre ao gabinete do pai para intermediar liberação de recursos a prefeituras da Paraíba, por onde planeja concorrer a deputado federal, e se apresentado como representante da pasta em eventos oficiais

MELISSA DUARTE
PATRIK CAMPOREZ
politicadeglobo.com.br
BRASILIA

O Ministério Público Federal (MPF) da Paraíba abriu ontem uma investigação preliminar para apurar possível tráfico de influência e usurpação de função pública por parte de Antônio Cristóvão Neto, o Queiroguinha, filho do ministro Marcelo Queiroga. A iniciativa ocorreu após o órgão receber uma representação, assinada por deputados e senadores da oposição, baseada em reportagens do GLOBO que revelaram que Queiroguinha tem falado em nome do Ministério da Saúde e prometido intermediar encontros de prefeitos com o pai embora não tenha vínculo com a pasta.

"A denúncia foi analisada pelo procurador distribuidor, que determinou a instauração de notícia de fato e respectiva distribuição para ser apurada. De início, o suposto fato deve ser averiguado por gabinete com atuação criminal geral, o qual avaliará o cabimento de eventual encaminhamento à Procuradoria Regional Eleitoral", diz a nota do MPF.

Além do pedido para abertu-

ra de inquérito, os parlamentares acionaram o MPF para pedir informações e documentos a ministérios e prefeituras. Entre eles, estão reuniões de Queiroguinha — pré-candidato a deputado federal na Paraíba pelo PL, partido do presidente Jair Bolsonaro — em nome da Saúde junto a prefeitos e da participação de Queiroguinha em eventos da pasta.

— É fundamental que o Ministério Público, sobretudo do estado da Paraíba, inicie uma apuração imediata para afastar não só irregularidade em administração pública como abuso do poder político e econômico que possa influenciar o resultado da eleição — afirma o deputado federal Alexandre Padilha (PT-SP), um dos autores da representação.

"Observando os fatos à luz de eventual incidência delitual, cumprir averiguação e o comprometimento de Queiroguinha em eventos da pasta do Ministério da Saúde, representando seu pai, o atual Ministro da Saúde, Marcelo Queiroga, bem como sua autointitulação como membro do Poder Executivo, haja vista que Queiroguinha, sequer exerce qual-



Nas ruas. Queiroguinha, à esquerda, e o ministro da Saúde, Marcelo Queiroga, participam de ato pró-governo



"O suposto fato deve ser averiguado por gabinete com atuação criminal geral, o qual avaliará o cabimento de eventual encaminhamento à Procuradoria Regional Eleitoral"

MPF da Paraíba, em nota divulgada ontem

quer função pública que o faça competente para esta substituição ou qualificação", sustenta o documento.

A Procuradoria-Geral da República (PGR) já havia recebido, na última quarta-feira, uma representação em que o PSB pede que o ministro da Saúde seja investigado por suspeita de improbidade administrativa e infração à legislação eleitoral. O pedido também se baseia nas reportagens do GLOBO que revelaram a

atuação do filho do ministro "em processos destinados à liberação de recursos públicos do Ministério da Saúde e do Fundo Nacional de Saúde". O partido, que faz oposição ao governo Bolsonaro, apresentou ainda um requerimento para que o ministro seja convocado a prestar esclarecimentos sobre o episódio em comissão da Câmara.

O GLOBO revelou que o estudante de medicina tem usado acesso livre ao gabinete do

pai em Brasília para intermediar demandas de prefeitos da Paraíba. Queiroguinha também tem sido levado pelo pai a eventos do Ministério da Saúde em que são anunciadas liberações de dinheiro público e, em duas ocasiões, em que o ministro não pôde comparecer, foi anunciado como representante da pasta e chegou a discursar ao público. Ele também é tratado como autoridade em agências com outros ministros do governo.

Ontem, O GLOBO mostrou que Queiroguinha gravou uma entrevista como representante do governo federal num evento em Sumé, interior da Paraíba, em 19 de abril, quando foi anunciado o repasse de R\$ 12 milhões da Saúde.

— Nos, enquanto representantes do governo federal, precisamos ter um olhar voltado com muita sensibilidade para essa região, que tem um grande potencial na área social, na área educacional e nos recursos hídricos — afirmou o filho do ministro da Saúde em entrevista divulgada pela Radiociência Sumé.

Queiroguinha e seu pai têm afirmado que "respeitam a legislação eleitoral".

PGR pede que STF reconheça indulto a Silveira e encerre pena

Procuradoria defende fim de medidas cautelares como uso de tornozeleira

MARIANA MUNIZ E
AGUIRRE TALENTO
politicadeglobo.com.br
BRASILIA

A Procuradoria-Geral da República (PGR) defendeu ao Supremo Tribunal Federal (STF) a extinção da pena de 8 anos e 9 meses de prisão ao deputado federal Daniel Silveira (PTB-RJ), aliado do presidente Jair Bolsonaro (PL) e acusado de promover atos antidemocráticos contra a Corte. A manifestação foi apresentada ontem.

O documento é assinado pela vice-procuradora-geral da República, Lindora Maria Araújo, e foi dirigido ao

ministro Alexandre de Moraes. Ela defende a validade do indulto dado por Bolsonaro ao deputado em abril e diz que a medida tem eficácia imediata.

"O decreto de indulto individual é existente, válido e eficaz, sendo que a sua repercussão jurídica na punibilidade está condicionada à necessária decisão judicial que declara extinta a pena do condenado", diz a PGR.

Silveira foi condenado pelo Supremo por ameaças e incitação à violência contra ministros da Corte. Bolsonaro anunciou o perdão por transmissão ao vivo nas

redes sociais, menos de 24 horas depois do resultado do julgamento. A concessão da graça desencadeou uma crise envolvendo o Congresso e o STF. Na manifestação de ontem, Lindora Araújo argumenta

Punição. Silveira, que recebeu indulto de Bolsonaro: direitos políticos suspensos



CRISTIANO MARIK/104-05-2022

que não é possível discutir, na ação penal que levou à condenação de Silveira, a validade do decreto do indulto presidencial. Para ela, essa discussão deve ocorrer nos recursos que chegaram ao STF contra o indulto, questionando a sua constitucionalidade. Esses recursos, que estão sob a relatoria da ministra Rosa Weber, ainda não foram analisados.

O posicionamento da PGR foi apresentado na própria ação penal que levou à condenação de Silveira em abril. Lindora sugere ainda a Moraes que, caso o pedido para a extinção da punibilidade não seja aceito, ao menos as medidas cautelares aplicadas pelo ministro ao deputado sejam suspensas. Para ela, essas medidas são provisórias e "não podem perdurar indefinidamente".

A suspensão das cautelares deve valer, na opinião da PGR, para a multa diária de R\$ 15 mil aplicada a Silveira pelo descumprimento do uso da tornozeleira eletrônica.

No mês passado, Moraes determinou o bloqueio dos imóveis, automóveis e outros bens do deputado para garantir o pagamento da multa aplicada justamente pelo descumprimento no uso da tornozeleira eletrônica. No último dia 19, o ministro aplicou mais uma multa a Silveira, no valor de R\$ 105 mil. Somando aos valores anteriores pelo descumprimento dessa e de outras medidas cautelares, o montante já chega a R\$ 645 mil.

INELEGIBILIDADE

Em recente parecer enviado ao STF, o procurador-geral da República, Augusto Aras, afirmou que o indulto concedido por Bolsonaro a Silveira para livrá-lo da condenação a oito anos de prisão é constitucional, mas não li-

vra o parlamentar de se tornar inelegível.

No texto, Aras aponta que as prerrogativas envolvendo a concessão do indulto são "políticas" e não podem ser restringidas pelo Judiciário, desde que atendam aos critérios da Constituição. Aras opinou que a concessão da graça não o salva da suspensão de seus direitos políticos após o trânsito em julgado (esgotamento dos recursos).

Silveira, que ficou preso por quase um ano, foi acusado pela Procuradoria-Geral da República de agressões verbais e graves ameaças contra os integrantes do Supremo em três ocasiões; incitar o emprego de violência e grave ameaça para tentar impedir o livre exercício dos Poderes Legislativo e Judiciário por duas vezes; e estimular a animosidade entre as Forças Armadas e o Supremo, ao menos uma vez. Ele virou réu em abril de 2021.

Eleito presidente do TSE, Moraes diz que não tolerará milícia digital

Ministro afirma que eleitores não merecem discurso de ódio e notícias falsas

MARIANA MUNIZ
mariana.muniz@tse.jus.br
BRASILIA

Eleito novo presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), o ministro Alexandre de Moraes afirmou ontem que os 150 milhões de eleitores brasileiros "não merecem a proliferação de discurso de ódio, de notícias fraudulentas" e disse que a Justiça Eleitoral terá atuação firme contra "milícias digitais" — há um inquérito em andamento no Supremo Tribunal Federal (STF) sobre a atuação destes grupos.

— A Justiça Eleitoral não tolerará que milícias pessoais ou digitais desrespeitem a vonta-

de soberana do povo e atentem contra a democracia no Brasil — destacou Moraes após o anúncio de sua eleição, feita de forma simbólica.

O ministro disse que o Brasil está em um momento de "reconstrução espiritual e econômica" após morte de mais de 668 pessoas em função da pandemia. Moraes também lembrou que, hoje, há mais de 11 milhões de pessoas desempregadas.

— Com a fome atingindo mais de 33 milhões de brasileiros e brasileiras, nossos eleitores e eleitoras merecem esperança, esperança nas propostas e projetos sérios de todos os candidatos.

Nossas eleitoras e eleitores não merecem a proliferação de discurso de ódio, notícias fraudulentas e da criminoso tentativa de cooptação por coação e medo de seus votos por verdadeiras milícias digitais — afirmou.

ATAQUES DE BOLSONARO

Alvo constante de ataques do presidente Jair Bolsonaro, Moraes assume o TSE no dia 16 de agosto e estará à frente do tribunal durante as eleições de outubro. O ministro foi eleito por unanimidade, em uma votação simbólica, que também alçou a vice-presidência o ministro Ricardo Lewan-

dowski. Seu mandato como presidente da Corte eleitoral vai até abril de 2024.

Ainda em seu discurso, Moraes lembrou que o Brasil é uma das quatro maiores democracias do mundo e, dentro deste grupo, é o único país a proclamar os resultados no mesmo dia do pleito, "com absoluta clareza, confiança e absoluto respeito à soberania popular".

— É isso que os brasileiros merecem em 2022: eficiência, segurança, transparência e respeito à soberania vontade popular, valor estruturante, imprescindível para a formação de uma sociedade justa, igualitária e solidária —, ressaltou.

Moraes vai substituir Edson Fachin, que assumiu o comando do TSE em fevereiro passado e teve a presidência resumida pelo fato de seu mandato na Corte expirar em agosto. Sua vaga será ocupada pela ministra Cármen Lúcia, que hoje é substituta.

TCU libera obras da Codevasf executadas com emendas

Após barrar contratos por suspeita de interferência, Corte diz que estatal cumpriu determinações

BRASILIA

O ministro Augusto Sherman, do Tribunal de Contas da União (TCU), suspendeu a proibição de que a Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Paranaíba (Codevasf) emita novas ordens de serviço em obras de pavimentação com suspeita de direcionamento político. Em maio, o plenário do TCU havia barrado o andamento das intervenções, executadas com verbas de emendas parlamentares.

A decisão anterior foi tomada com base em auditoria em que técnicos constataram que os mesmos parlamentares que

indicavam os recursos eram responsáveis, em diversos casos, pela escolha da empresa que deveria realizar a obra. O relatório aponta que o mecanismo pode "dar margem a direcionamentos indevidos de realização obras e ocorrência de conluio entre empresas e agentes públicos e políticos". O TCU, então, determinou que a estatal criasse procedimentos para detalhar as escolhas nas obras de pavimentação, assim como a apresentação de estudos técnicos.

No despacho mais recente, Sherman disse que a Codevasf "adotou as providências" para que as obras fossem retomadas. (Dimitris Dantas)



Procura e apreensões. Peritos da Polícia Federal desembarcam em Atalaia do Norte, ponto de partida das buscas a Phillips e Pereira; munição e um remo foram recolhidos e serão examinados

SEGUNDO PRESO

PF tem mais um suspeito no caso do desaparecimento na Amazônia

DANIEL BIASETTO
daniel.biasetto@globo.com.br

A força-tarefa coordenada pela Polícia Federal que procura o indigenista afastado da Funai Bruno Pereira e o jornalista inglês Dom Phillips no Amazonas informou ontem à noite que um segundo suspeito de envolvimento no caso foi preso. A PF tem elementos que indicam que Oseney da Costa de Oliveira, de 41 anos, conhecido como Dos Santos, está ligado a Amarildo da Costa de Oliveira, o Pelado. Amarildo está preso desde a semana passada em Atalaia do Norte, de onde são coordena-

nadas as buscas no entorno do Vale do Javari.

Oseney foi interrogado ontem e ainda se apresentará a uma audiência de custódia à Justiça em Atalaia do Norte para que seja decidido se ele continuará preso. A Polícia Federal acrescentou que cumpriu dois mandados de busca no município e apreendeu cartuchos e um remo, que serão analisados na investigação. As buscas por via aérea e de barco na região do Rio Itaquai, em Atalaia do Norte, continuam, de acordo com o comunicado do comitê cordonado pela PF.

Principal suspeito pelo

desaparecimento, Pelado, afirmou em depoimento à PF obtido pelo GLOBO que viu Pereira no domingo do dia 5 passando de barco em frente à comunidade de São Gabriel, onde mora. A comunidade fica perto de São Rafael, onde o indigenista e o jornalista inglês foram para um encontro com um líder comunitário conhecido como Churrasco, que não se concretizou porque o morador não estava.

Amarildo negou ter saído de casa durante todo o dia, permanecendo o barco parado até segunda-feira, quando saiu para "caçar porcos", segundo trecho do de-

poimento, que consta do relatório enviado pela PF ao ministro Luís Roberto Barroso, do Supremo Tribunal Federal. O presidente Jair Bolsonaro criticou Barroso antontem por ter determinado o envio do relatório informando as providências tomadas no caso.

Aos policiais, Pelado disse que conhecia Pereira "apenas de vista" e "nunca conversou com ele". Amarildo afirmou que é pescador há mais de 30 anos na área do Rio Itaquai, e costuma navegar do ponto da base da Funai de controle de entrada na Terra Indígena do Vale do Javari até o

trecho do rio diante da comunidade São Gabriel.

Pelado também afirmou não ter arma de fogo, "pois há muita fiscalização da polícia peruana na região de Islândia", referindo-se ao município do país vizinho que fica no ponto em que o Javari desagua no Rio Solimões. No entanto, Amarildo estava com munição quando foi detido na semana passada pela PM.

O relatório enviado a Barroso informa que Pereira enviou uma mensagem ao procurador jurídico da União dos Povos Indígenas do Vale do Javari (Univaja), Eliésio Marubo, para dizer que

corria risco de vida. A conversa foi relatada pelo advogado em depoimento à PF.

O indigenista disse temer que o encontro com Pelado poderia "dar em algum problema". A mensagem foi enviada dia 31 de maio.

Conforme o depoimento de Marubo, Bruno e Dom usavam uma embarcação da Univaja, carregavam uma arma de fogo e não possuíam aparelho de geolocalização, apenas celulares com função GPS.

O documento enviado a Barroso tem o relato de uma testemunha que envolve Dos Santos com Pelado. A testemunha contou ter visto o barco ocupado por Bruno e Dom, e, em seguida, o de Pelado, com um motor mais potente, passar na mesma direção. Depois, encontrou Dos Santos remando uma pequena embarcação de madeira. Oseney pediu para ser rebocado até chegar ao barco de Amarildo.

OUTROS SUSPEITOS

O depoimento, segundo a PF, põe os dois suspeitos presos no lugar onde provavelmente Pereira e Phillips sumiram. Outros moradores, conhecidos como Jâneo e Ney, também podem estar relacionados ao desaparecimento, de acordo com a PF. Os dois teriam ligações com um esquema de lavagem de dinheiro do tráfico de drogas por meio de pesca ilegal no Vale do Javari, maior concentração de indígenas isolados do Brasil, conforme informou o GLOBO no sábado.

A PF afirma que durante as buscas, o colaborador da Univaja Orlando Possuelo, a bordo de um barco da PF, foi chamado por indígenas que auxiliavam na procura e indicaram um lugar onde possivelmente uma lancha passou e colidiu com a vegetação da margem do rio. A equipe foi ao local e constatou um trecho de vegetação danificada, o que pode indicar a passagem de uma embarcação desgovernada.

A Embaixada do Brasil na Inglaterra se desculpou ontem com a família de Phillips em Londres por ter dito que o corpo do jornalista poderia ter sido localizado, segundo o UOL.

Organização indígena denuncia governo no Tribunal de Haia

Relatório com acusações foi o segundo em menos de um ano feito pela Apib

No mesmo dia em que indígenas se uniram a funcionários da Funai em um protesto contra o desaparecimento na Terra Indígena do Vale do Javari, a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib) enviou ontem ao Tribunal Penal Internacional, em Haia, na Holanda, uma nova manifestação contra a política do governo do presidente Jair Bolsonaro, por causa do sumiço do indigenista Bruno Pereira e do jornalista inglês Dom Phillips. A organização também responsabiliza o governo por ataques contra ianomânis, na sua nova denúncia.

A Apib já acusa o governo

Bolsonaro de genocídio e crimes contra a humanidade no Tribunal de Haia, por extermínio, perseguição e outros atos contra os indígenas. Na denúncia feita ontem, a Funai é acusada de omissão. Sobre o desaparecimento de Bruno e Dom, os indígenas apontam para omissão estatal na realização das buscas e dizem que o ocorrido faz parte da política contra os indígenas do governo do presidente Jair Bolsonaro.

A Apib já havia se manifestado em agosto em Haia, alertando para a morte de 1.162 indígenas, de 163 povos originários, durante a pandemia de Covid-19.

Nesse documento anterior, de 148 páginas, a organização sustentava que o desmantelamento das estruturas públicas de proteção socioambiental desencadeou invasões a terras indígenas, desmatamento e incêndios nos biomas. A entidade voltou desta vez à Corte para relatar incidentes acontecidos no período de janeiro a maio de 2022, com um documento de 92 páginas.

A Apib critica "a transformação de instituições e políticas de Estado" criadas para defender os direitos dos povos indígenas que se teriam voltado para a "destruição e a perseguição



Protesto. Indígena se junta a paralisação de 24 horas na sede da Funai em protesto contra o desaparecimento

destes povos", em uma menção à Funai. A entidade acusa a fundação de implementar a política de deixar os indígenas que vivem em terras não homologadas desprotegidos e de estancar os processos de demarcação, além de apontar para

um aparelhamento da autarquia, com funcionários "contrários aos interesses dos povos indígenas".

Servidores da Funai realizaram uma paralisação de 24 horas em solidariedade a Pereira e Phillips. Os funcionários da autarquia pedi-

ram a saída do atual presidente do órgão, Marcelo Augusto Xavier. Xavier disse que Pereira havia viajado para a Terra Indígena do Vale do Javari sem autorização, o que foi contestado pelos servidores. (Daniel Biasetto)

Um Só Planeta ganha prêmio internacional de jornalismo

Maior movimento editorial brasileiro a abordar a crise climática recebeu o Covering Climate Now Journalism Awards na categoria Inovação

O projeto Um Só Planeta, maior movimento editorial brasileiro a abordar a crise climática e práticas sustentáveis que podem ser feitas para enfrentar o problema, recebeu ontem o prêmio Covering Climate Now de Jornalismo Ambiental na categoria Inovação.

O prêmio é organizado pela rede global Covering Climate Now, fundada em 2019 nos Estados Unidos, que reúne mais de 460 organizações jornalísticas do mundo todo. Em sua segunda edição, a premiação contou com mais de 900 inscritos de 65 países.

Em outro reconhecimento neste mês, a reportagem do Um Só Planeta "Rumo à transição verde, mundo tem o desafio de 'massificar' transporte com emissão zero", de autoria do jornalista Guilherme Justino, recebeu menção honrosa na categoria Jornalística do Prêmio AEA de Meio Ambiente ESG 2022, promovido pela Associação Brasileira de Engenharia Automotiva. A reportagem abordou o processo de substituição de veículos a combustão pela mobilidade elétrica.

O Um Só Planeta foi criado em fevereiro de 2021 e atualmente é composto por 22 veículos jornalísticos da Editora Globo, de Edições Globo Condé Nast e do Sistema Globo de Rádio. As reportagens levam um selo especial e são publicadas simultaneamente em sites, jornais, revistas, e-books e programas de rádio,



Apontando soluções. Reportagem sobre transição verde nos transportes também foi premiada

além de serem reunidas em uma plataforma própria (www.umsoplaneta.globo.com).

CONTEÚDO MULTIPLATAFORMA

A iniciativa também produz conteúdo multiplataforma com equipe dedicada. Em seu primeiro ano, a iniciativa criou 40 lives, 62 episódios de podcasts e mais de 5 mil posts em redes sociais. O movimento conta com o apoio do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente e tem como parceiros patrocinadores Engie e Vivo. Ainda neste mês, o Um Só Planeta publicará um novo anuário de sustentabilidade, nas versões impressa e digital, pelo

segundo ano consecutivo.

Com o apoio da consultoria O Mundo que Queremos e da ONG Iniciativa Verde, o movimento plantou 12,9 mil mudas de espécies nativas da Mata Atlântica para compensar a emissão de carbono dos veículos envolvidos. A compensação inclui, ainda, ao menos dois anos de manutenção das mudas.

Os prêmios não foram os primeiros do projeto. Em 2021, o Um Só Planeta recebeu menção honrosa na categoria Melhor site ou serviço móvel de notícias no Latam Digital Media Awards, da World Association of Newspapers and News Publishers (Wan-lfra).

STF julga regras para interceptação de telecomunicações

Ações querem impedir que juiz determine medida sem pedido da polícia ou do MP e restringir uso

ANDRÉ DE SOUZA
andre.resende@brasil.sociole.com.br
BRASILIA

O plenário do Supremo Tribunal Federal marcou para hoje o julgamento de duas ações que podem impactar as interceptações telefônicas em investigações. Uma ação quer determinar se o juiz pode ordenar a medida sem pedido da polícia ou do Ministério Público. Outra questiona trechos da lei que regulamenta o procedimento.

As duas ações chegaram ao Supremo há mais de uma década. Elas eram relatadas inicialmente pelo ministro Cezar Peluso, já aposentado, e hoje estão no gabinete do ministro Gilmar Mendes. Em 2008, o PTB questionou trechos da lei de 1996 que trata da decretação de interceptações. O partido pede que o STF limite a medida apenas em investigações de crimes mais graves. "Grampos telefônicos se banalizaram e se multiplicaram por todo o país, gerando um efeito utilitarista e nocivo", alegou a legenda.

O PTB também critica a fixação do prazo de 24 horas para o juiz analisar um pedi-

do de interceptação. Para a sigla, o prazo é curto e impede o magistrado de analisar os motivos com cuidado.

O partido questiona ainda a quebra de sigilo de diálogos trocados por computadores, em aplicativos como Skype e Whatsapp Web. De acordo com o PTB, a Constituição "garantiu a inviolabilidade do sigilo das comunicações privadas de uma maneira geral, excetuando apenas os das comunicações telefônicas". Pelo histórico de decisões do STF e outros tribunais, esse pleito deve ser rejeitado.

— Imagine se hoje se entendesse que o está num computador não pode servir como prova — disse ao GLOBO o juiz federal Walter Nunes, ex-presidente da Associação dos Juizes Federais do Brasil (Ajufe).

PEDIDO DE 2005

O outro processo foi apresentado em 2005 pelo então procurador-geral da República, Claudio Fontelles. Como o PTB, ele defende que os juizes sejam proibidos de determinar a interceptação sem que haja um pedido da polícia ou do Ministério Público.



FUTURO PROFISSIONAL CONSCIENTE?

PESQUISA INDICA QUE 88% DOS JOVENS BRASILEIROS QUEREM TER UM EMPREGO ALINHADO COM A ECONOMIA VERDE.

Seu trabalho pode ter ligação direta com o futuro do planeta. Conheça a mais completa plataforma sobre sustentabilidade do Brasil. Acesse, informe-se, atue.

UMSOPLANETA.GLOBO.COM

ACESSE, INFORME-SE, ATUE. [um_so_planeta](#) [umsoplaneta](#)



PARCEIROS





APOIO



REALIZAÇÃO




LEIA MAIS



COMBUSTÍVEL ELEITORAL

INTERFERÊNCIA NA PETROBRAS

Governo pede para estatal segurar reajuste de diesel e gasolina. Com preço defasado, diretoria resiste

MANOEL VENTURA E BRUNO ROSA
economia@oglobo.com.br
BRASÍLIA E RIO

O governo do presidente Jair Bolsonaro pediu à direção da Petrobras para que a empresa segure o reajuste nos preços de combustíveis, de acordo com integrantes do Executivo. Bolsonaro quer que os valores permaneçam como estão ao menos até a conclusão da votação no Congresso das iniciativas que fazem parte do pacote para reduzir preços de óleo diesel, gasolina, gás e energia elétrica. Ontem, apenas um dia depois de passar no Senado, a Câmara aprovou de novo projeto que impõe teto de 17% para ICMS de combustível.

Apesar do pedido do governo, a diretoria da estatal resiste à ideia. A empresa tem alerta do governo de que há uma defasagem cada vez maior entre os preços praticados no país e os valores cobrados no mercado internacional. Quando a diferença aumenta substancialmente, cresce o risco de desabastecimento, pois as importações atendem cerca de 30% do mercado. Sempre que a Petrobras pratica valores mais baixos que os de mercado, isso desestimula importações. A gasolina está há 95 dias sem aumento, enquanto o diesel está congelado há 32 dias.

DIFERENÇA DE 16% NO PREÇO
Segundo dados da Abicam, a associação dos importadores, a diferença de preço ontem estava em 16% para a gasolina e o diesel. Isso significa que a Petrobras vende gasolina mais barato que no exterior em R\$ 0,73 por litro. No diesel, a diferença por litro é de R\$ 0,99.

A estatal preparava um reajuste nos preços de diesel e gasolina entre 6% e 7% na refinaria. Dentro da Petrobras, técnicos afirmam que o aumento do diesel não poderia passar desta semana.

A decisão do presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), de aprovar rapidamente o projeto do teto do ICMS tem relação com a possibilidade de o reajuste ser aplicado pela estatal nos próximos



Pressão maior no diesel. Com preços defasados, segundo técnicos da Petrobras, reajuste do combustível usado em caminhões e transporte público precisaria ser feito nesta semana, mas governo quer que estatal espere a aprovação do pacote de subsídio a combustíveis no Congresso

dias. Os parlamentares não querem ser surpreendidos com um novo aumento antes da conclusão da votação.

Foi exatamente isso que aconteceu quando o Congresso aprovou uma alíquota única para o ICMS, que acabou não sendo seguida pelos estados. A votação ocorreu no mesmo dia de um reajuste da Petrobras. Foi esse aumento que derrubou o general Joaquim Silva e Luna do comando da estatal. O que torna a situação da empresa de certa forma inédita e um pouco mais imprevisível desta vez é que o presidente da empresa já está demitido. No mês passado, Bolsonaro decidiu dispensar José Mauro Ferreira Coelho, que estava há apenas 40 dias à frente da petroleira. Até agora, o novo indicado, Caio Paes de Andrade, não assumiu o posto, o que ainda depende de uma assembleia de

acionistas sem data marcada.

Para integrantes do governo, se não for possível segurar o reajuste até que o pacote inteiro de subsídio a combustíveis seja aprovado (incluindo as propostas de emendas constitucionais), o apelo é para que a Petrobras espere ao menos a efetivação do teto de 17% para o ICMS, que foi aprovado ontem na Câmara.

Participaram do encontro em Brasília na segunda-feira o ministro de Minas e Energia, Adolfo Sachsida, o presidente da Petrobras, Coelho, o diretor de Comercialização e Logística, Cláudio Mastella, e o presidente do Conselho de Administração, Márcio Weber. Segundo integrantes do governo, a reunião foi inconclusiva.

Com uma inflação de dois dígitos há nove meses e a quatro meses da eleição, o aumento de preços se tornou a principal dor de cabeça do

governo. De acordo com a ala política do governo, resolver a crise dos combustíveis é crucial para que Bolsonaro consiga recuperar a popularidade. Nos últimos 12 meses, o preço da gasolina subiu 28,73%, o gás de botijão ficou 29,39% mais caro e o óleo diesel, 52,27%, considerando dados do IPCA, índice oficial de inflação, de maio.

O pedido do governo é mais uma etapa nas interferências em série realizadas neste ano com a escalada do preço dos combustíveis. Nos últimos meses, o presidente trocou o

comando do Ministério de Minas e Energia, ocupado agora por Sachsida, próximo do ministro da Economia, Paulo Guedes. Na sequência, Bolsonaro não só demitiu Coelho, como começou a articular a troca do Conselho de Administração da empresa. A mudança depende da análise dos indicados. Da lista apresentada, parte dos nomes não estaria em conformidade com a Lei das Estatais ou teria conflito de interesses.

PARTÊ VÉ 'PEDIDO RAZOÁVEL'
Coelho segue no comando da empresa até que seja eleita a nova gestão. Apesar da resistência da diretoria da petroleira, diante da pressão do governo, parte do alto escalão da companhia chegou a considerar a proposta como "razoável". O entorno do presidente avalia que de nada adiantaria gastar capital político

para subsidiar o diesel a um custo de R\$ 46,4 bilhões até o fim do ano se, antes disso, a Petrobras anunciar um reajuste nos preços.

Nos cálculos do governo, fixar um teto para o ICMS permitiria redução de R\$ 1,65 por litro da gasolina e de R\$ 0,76 no caso do diesel. Na energia, o impacto seria, em média, de 12% nas contas de luz.

Ontem, a Petrobras informou à Comissão de Valores Mobiliários (CVM), o regulador do mercado, que mantém o compromisso com a prática de preços competitivos. A estatal disse que busca "equilíbrio com o mercado, ao mesmo tempo em que evita o repasse imediato das volatilidades externas e da taxa de câmbio causadas por eventos conjunturais". A CVM disse que não comenta casos específicos, mas acompanha informações de companhias abertas.

Para o mercado, estatal terá de aumentar combustível

Analistas afirmam que ações da companhia ficaram baratas, pois são negociadas com desconto diante da ingerência do governo

LETÍCIA CARDOSO
leticia.cardoso@oglobo.com.br

A Petrobras terá de reajustar preços mais cedo ou mais tarde com o aumento do petróleo para um patamar acima de US\$ 120, na avaliação de analistas. Apesar do pedido do governo para que a estatal segure correções no diesel e na gasolina, prevalece entre investidores a percepção de que não será fácil mexer na

marra na política de preços. A lógica é que uma defasagem grande traria risco de desabastecimento, o que seria indesejável a poucos meses da eleição. Assim, mesmo em um dia de baixa no barril do Brent, com queda de 0,9% para US\$ 121,17, as ações da Petrobras fecharam em alta.

Os papéis ordinários (com voto) subiram 0,89%, para R\$ 32,70, enquanto os preferenciais (sem voto) avançaram

1,13%, a R\$ 29,60. A mesma tendência foi verificada nos recibos de ações (ADRs) negociados em Nova York, que avançaram 0,95% no horário regular do pregão e mais 0,47% no after-market.

Na avaliação de Pedro Galdi, analista da Mirae Asset, ontem houve um ajuste técnico. Os papéis tinham caído muito nos últimos pregões, e os investidores aproveitaram para comprar. Em oito sessões, as

ações ordinárias acumularam queda de 4%. Com a alta de ontem ainda recuam mais de 3%.

— Postergar reajustes não é saída mais racional. Isso precisa ser feito, seja amanhã ou no mês que vem. O mercado sabe disso porque há uma defasagem muito grande que implica risco de desabastecimento.

Para Flavio Conde, da Levante Investimentos, as altas constantes do barril vão obrigá-la a estatal a corrigir preços:

— Pagar caro pelo diesel é ruim, mas não ter é muito pior. Os caminhões ficam parados, as mercadorias não chegam e o PIB fica estagnado. Julho e agosto são meses de transporte de produtos agrícolas. Se não vier diesel, até as exportações de commodities ficam prejudicadas.

Para Deimon Feit, assessor de investimentos da Ável, a imagem da empresa fica desgastada com os episódios de

interferência, o que já estaria refletido nos preços:

— Esses fatores relacionados à interferência estatal, ao controle, à falta de independência na gestão prejudicam a visão do investidor.

DESCONTO ATÉ PARA RUSSAS
Wagner Varejão, especialista da Valor Investimentos, dá a dimensão do desconto no preço do papel:

— A Petrobras já tem desconto até mesmo em relação a petroleiras argentinas e russas, que estão em ambiente mais conturbado que o nosso. O mercado já sabe que essa dinâmica eleitoral pode piorar ainda mais isso.

Após Senado, teto do ICMS passa na Câmara

Deputados voltaram a aprovar texto que limita o tributo a 17% para combustíveis, energia, telecomunicações e transporte público um dia após aprovação dos senadores, mas questão técnica impediu conclusão dos destaques

BRUNO GÓES
bruno.goes@oglobo.com.br

A Câmara dos Deputados aprovou na noite de ontem, por 348 votos a favor e nenhum contrário, o texto-base do projeto que cria um teto para o ICMS que incide sobre combustíveis, energia, telecomunicações e transporte coletivo. O objetivo é limitar o imposto, o mais importante dos estados, a 17% para estes setores, classificando-os como produtos e serviços essenciais.

Depois, os parlamentares iriam analisar pontos que seriam rejeitados de parecer do Senado e os chamados "destaques" ao texto, que podem modificar alguns aspectos do texto. Entretanto, houve falha no painel da Casa. Com isso, a conclusão da votação ficou prevista para a manhã de hoje. Depois, o projeto seguiria para a sanção do presidente Jair Bolsonaro.

Houve ampla maioria dos deputados favoráveis ao texto. Todos os partidos, inclusive os de oposição, encaminharam voto a favor da proposta. Com essa questão, não está claro quando será concluída a votação — por ser véspera de feriado, não há certeza se haverá quórum hoje.

Com o apoio do presidente da Casa, Arthur Lira (PP-AL), o texto foi aprovado apenas



Incerteza adiante. Votação do projeto na Câmara está prevista para ser concluída hoje, mas com a proximidade do feriado não se sabe se haverá quórum

um dia após a análise do Senado. No plenário, a oposição não se opôs ao mérito do texto, mas criticou as ações de Bolsonaro para combater a inflação e as políticas relacionadas à Petrobras. Apoiadores do governo argumentavam que a medida era necessária diante do cenário internacional.

—O lobby que foi construído pelos senhores governadores para impedir esta votação já foi superado, porque a vontade popular é muito maior. Até desapareceram os ataques — disse Danilo Forte (União

Brasil-CE), autor do projeto.

A iniciativa começou a tramitar na Câmara, onde foi aprovada no dia 25 de maio, mas foi modificada pelo Senado. Agora, o texto voltou a ser alterado pelos deputados em alguns pontos.

Prioridade do governo Jair Bolsonaro (PL) em ano eleitoral, o projeto é o principal trunfo do Palácio do Planalto para baixar os preços dos combustíveis. Hoje, há casos de alíquotas de 34% do ICMS em alguns destes produtos.

Com o limite menor, a ex-



“O lobby que foi construído pelos senhores governadores para impedir esta votação já foi superado, porque a vontade popular é muito maior”

Danilo Forte, deputado da União Brasil-CE, autor do projeto original de redução do imposto

pectativa do governo é que isso possa dar um alívio na inflação às vésperas do pleito. Não há, contudo, garantia de que esses efeitos serão sentidos no bolso dos consumidores. Após este texto, o governo quer aprovar duas PECs que podem reduzir ainda mais os tributos, zerando o ICMS do diesel.

Além do teto do ICMS, as ações do governo englobam uma proposta de emenda à Constituição (PEC), em que o governo pretende zerar tributos federais que incidem sobre gasolina e eta-

nol — já há isenção sobre o diesel — até o fim do ano.

Mesmo assim, a proposta vai custar R\$ 46,4 bilhões aos cofres do governo federal neste ano. A redução do preço dos combustíveis é uma obsessão de Bolsonaro, que ganhou o endosso do Congresso. A ala política do governo identifica o aumento dos preços de gasolina e diesel como um ponto-chave que precisa ser resolvido para que o presidente melhore sua popularidade.

COMPENSAÇÃO

O Executivo prevê compensar os estados que aceitarem zerar o ICMS sobre diesel, gás de cozinha e gás natural. Outra PEC determinaria que os estados fixem alíquota de 12% para o etanol. As duas PECs serão votadas primeiro no Senado e depois na Câmara.

Antes da votação, o autor do texto, Danilo Forte (União-CE), afirmou que tinha duas preocupações em relação ao texto aprovado no Senado: a compensação extra ao Fundeb e a mudança na forma de apurar a queda de arrecadação dos estados. O relator do tema, Elmar Nascimento (União-BA), manteve a mudança dos senadores em relação ao Fundeb, mas com o entendimento da Câmara sobre a apuração da arrecadação. (Colaborou Fernanda Trisotto)

AGU informa ao Supremo que não haverá acordo com estados

Decisão sobre o ICMS agora caberá ao ministro André Mendonça

MARIANA MUNIZ
mariana.muniz@oglobo.com.br

A Advocacia-Geral da União (AGU) informou ao Supremo Tribunal Federal (STF) que não haverá um acordo entre o governo federal e os estados a respeito das mudanças no ICMS sobre o óleo diesel. O informe foi encaminhado ao ministro An-

dré Mendonça, que conduz um grupo de trabalho para tentativa de conciliação sobre o assunto na Corte.

No ofício apresentado a Mendonça, a AGU aponta a existência de um “desacordo substantivo” que “obstaculiza qualquer avanço em direção à solução compositiva”. Agora, diante da falta de um entendimento conjunto, o

ministro tomará uma decisão sozinho, já que ele é relator da ação em que o governo federal pede a suspensão da definição pelos estados do ICMS sobre o diesel.

“Considerados os apontamentos que se vem de referir, fica evidenciada a existência de desacordo substantivo não apenas em relação às premissas adotadas

pelo Comesfaz (Comitê Nacional de Secretários de Fazenda dos Estados e do DF), como também sobre a viabilidade de acolher as medidas de compensação propostas por esse colegiado, razões que obstaculizam qualquer avanço em direção à solução compositiva nestes autos”, afirma a União.

CARÁTER PROPOSITIVO

O documento elenca todos os argumentos apresentados tanto pelo Comesfaz, quanto pelos entes do governo federal, como o Ministério da Economia, a Secretaria Especial do Tesouro e Orçamento, a Diretoria de Previdência, Trabalho e Progra-

mas Sociais, a Secretaria Especial de Produtividade e Competitividade e a Procuradoria-Geral Adjunta de Consultoria e Contencioso Administrativo Tributário. No despacho que convocou a reunião, Mendonça havia dito que o encontro teria uma finalidade “eminente-mente consensual”, e se seria recomendável que as manifestações “tenham caráter propositivo e resolutivo”.

O preço dos combustíveis é uma das principais dores de cabeça do presidente Jair Bolsonaro em ano de eleições. Ele culpa os estados pela alta.

Em março, os secretários estaduais de Fazenda definiram, por unanimidade,

que o ICMS sobre o diesel S-10 passaria a ser de R\$ 1.006 a partir de 1º de julho. O valor se refere à maior alíquota em vigor no país, praticada no Acre. A aplicação do imposto, porém, viria com um “desconto”, na prática, manteria a atual carga tributária de cada unidade da federação.

Com isso, cada estado continuou com um valor diferente, não tendo sido atingido o objetivo da lei aprovada pelo Congresso. O governo ingressou com a ação direta de inconstitucionalidade no STF. Relator dessa ação, Mendonça suspendeu a decisão dos estados, mas não indicou nada no lugar.

Os três projetos do governo

TETO DO ICMS

Já aprovado na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, o projeto de lei que precisa de uma segunda avaliação dos deputados é a base de todo o pacote do governo. Ele classifica combustíveis, energia, telecomunicação e transporte público como bens essenciais.

Assim, os estados só poderiam cobrar, no máximo, 17% de ICMS nesses produtos. Hoje, cada estado tem a liberdade de determinar sua alíquota de ICMS, que chega a 34% em alguns casos.

PEC DOS COMBUSTÍVEIS

Anunciada com pompa no Palácio

do Planalto, a PEC dos Combustíveis é a grande aposta de Bolsonaro para tentar algum alívio nos preços nas bombas. Prevê zerar o ICMS de diesel, gás de cozinha e transporte público a partir do teto de 17%, considerando que o teto do ICMS vai virar lei. Mas esta redução seria temporária, só até dezembro de

2022. Ou seja, o ICMS ficaria zerado justamente no período eleitoral. Em troca, o governo federal compensaria estados e municípios por esta perda de arrecadação. A proposta ainda prevê zerar os impostos federais (PIS/Cofins e Cide) sobre a gasolina e o etanol. Está para ser votada pelo Senado.

PEC DOS BIOCOMBUSTÍVEIS

Os senadores já aprovaram a PEC 15/2022, que tem como objetivo garantir que os itens tenham uma tributação inferior aos combustíveis fósseis para assegurar a competitividade deles. Essa diferença deve ser estabelecida por uma lei complementar.

Senado aprova PEC para manter etanol competitivo

Proposta faz parte do pacote que busca reduzir preços de combustíveis. Texto segue para a Câmara dos Deputados

CAMILA ZARUR
camila.zarur@oglobo.com.br

O Senado aprovou ontem a proposta de emenda à Constituição (PEC) que pretende estimular a competitividade dos biocombustíveis em relação aos concorrentes fósseis, como gasolina e diesel. A iniciativa, que segue para Câ-

mara, faz parte do pacote de propostas para reduzir os preços destes produtos diante da alta da inflação e do petróleo.

A PEC do Biocombustível ou do Etanol, como está sendo chamada, tem como objetivo garantir que os itens tenham tributação inferior à dos combustíveis fósseis para assegurar sua competitividade. Essa

diferença deve ser estabelecida por uma lei complementar.

A proposta é vista como uma medida polêmica do que a do teto na cobrança do ICMS, aprovada na segunda-feira no Senado, e da PEC dos Combustíveis, que prevê compensação aos estados que zerarem o ICMS de diesel, gás de cozinha e transporte público — es-

ta redução seria temporária, só até dezembro de 2022, isto é, justamente no período eleitoral. Segundo o líder do governo no Senado, Carlos Portinho (PL-RJ), essa iniciativa deve ser votada semana que vem.

A PEC do Biocombustível, por ser uma proposta de emenda constitucional, precisou ser aprovada em dois

turnos. Na primeira votação, recebeu 68 votos favoráveis e nenhum contrário. Já na segunda, foram 72 senadores a favor e nenhum contra.

Segundo o autor da proposta, senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE), enquanto não houver lei complementar, o diferencial competitivo “será garantido pela manutenção,

em termos percentuais, da diferença entre alíquotas aplicáveis a cada combustível fóssil e aos biocombustíveis que lhe sejam substitutos, em patamar igual ou superior ao vigente em 15 de maio de 2022”.

O diferencial entre biocombustíveis e fósseis já é previsto hoje. A ideia, segundo o relator da proposta, senador Fábio Garcia (União-MT), é manter o estímulo ao etanol.

—O que se busca é ao menos a manutenção do diferencial tributário existente hoje. O setor não pede nada mais do que a manutenção.

Guedes diz que 'é patético falar em tabelamento' de preços

Ministro comenta assunto após sugerir trava por dois ou três meses em reunião com supermercados na semana passada. Ele afirma que impostos vão baixar

JOÃO SORIMA NETO
joao.sorima@sp.oglobo.com.br
SÃO PAULO

O ministro da Economia, Paulo Guedes, disse ontem que "é patético falar em tabelamento" de preços como remédio contra a inflação. A declaração veio depois de o ministro ter apelado aos supermercados para não subirem preços até 2023, citando uma trava por dois a três meses. Ele afirmou que não pediu congelamento e que as reduções de impostos anunciadas pelo governo, de IPI e a fixação de um teto de 17% do ICMS aprovada pelo Senado e pela Câmara, permitirão uma folga para os empresários não elevarem preços.

— É patético falar em tabelamento. Quem congelou preços lá atrás tem esse fantasma na cabeça, das próprias tolices do passado, e pelo desastre que causou à economia brasileira. Reduzimos a cunha fiscal e há uma gordura para não ficar reajustando toda hora. Mesmo que os preços subam, há espaço para não dar aumento. Como caíram os impostos, você pode ficar um tempo sem remarcar preços, ponto. Voluntariamente. Se não quiser, que se dane, aumenta o preço e o consumidor sai de perto. Foi nesse sentido que falei, não tem nada a ver com congelamento.

Guedes participou da abertura do Fórum de Investimentos Brasil 2022, evento que acontece em São Paulo, e que apresenta oportunidades de investimentos no país em setores como agronegócios, infraestrutura, energia e



Recessão lá fora. Paulo Guedes diz que EUA e Europa vão passar por recessão, mas o Brasil, não

tecnologia da informação. O evento é organizado pela ApexBrasil, Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e governo. O ministro afirmou que o cenário externo "é um mar turbulento" e não deve melhorar tão cedo.

— Acho que vai se agravar bastante a situação da economia mundial.

Guedes afirmou que agora o Brasil "é o lugar para se estar onde as coisas vão acontecer". O ministro diz que espera recessão nos Estados Unidos e Europa e que o país deverá crescer agora:

— O Brasil, ao contrário de EUA e Europa, está começando sua decolagem de novo. Fizemos reformas durante a

crise. O Banco Central agiu para manter a inflação sob controle, fizemos acordos comerciais e melhoramos os marcos regulatórios para expandir investimentos.

Para ele, a inflação vai continuar subindo nesses países e o sistema político vai continuar sob pressão.

— Será diferente dos anos de prosperidade. As Bolsas vão continuar caindo, o Federal Reserve (banco central americano) subirá os juros. Será muita crise lá fora. Agora o investimento tem que estar perto e tem que ser amigo. O Brasil dança com todo mundo, EUA, China, Europa.

Promessa de reajuste do vale-alimentação pode não sair do papel

Presidente citou novo valor para tíquete, mas correção precisa ser concluída até 3 de julho

MANOEL VENTURA
manoel.ventura@sp.oglobo.com.br
BRASÍLIA

Confirmada na segunda-feira pelo presidente Jair Bolsonaro, a ideia de aumentar o vale-alimentação dos servidores públicos federais pode não sair do papel por falta de tempo, além das dificuldades de encontrar recursos no Orçamento para este fim. Integrantes do Executivo alertam que a janela legal para reajustar o auxílio está se fechando, por causa da proximidade das eleições. O aumento do tíquete seria feito no lugar do reajuste linear de 5% para os servidores, descartado por Bolsonaro.

Pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), todo o trâmite do reajuste do vale-alimentação precisa estar concluído até o dia 3 de julho. Nessa data, o novo valor precisaria estar aprovado. Até lá, é necessário seguir um passo a passo que leva dias, e o governo tem menos de três semanas para fazer todo o processo.

Reajustar o vale-alimentação requer, antes, uma mudança na Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2022. A LDO deste ano, que rege o

Orçamento, veda o reajuste, no exercício de 2022, de auxílio-alimentação ou refeição, auxílio-moradia e assistência pré-escolar.

Mudar a LDO exige que o governo envie ao Congresso um projeto, que precisa ser aprovado em sessão conjunta das duas casas (Câmara e Senado).

Com o projeto aprovado, o governo ainda tem que encontrar espaço no Orçamento. As despesas estão no limite do teto (regra que impede aumento de despesa acima da inflação) e, por isso, é necessário bloquear gastos dos ministérios —que já estão no limite, precisando de recursos em áreas como manutenção de universidades. Só depois desse processo seria possível editar a portaria reajustando o vale.

O Executivo paga hoje um vale-alimentação de R\$ 458 mensais. O valor foi reajustado pela última vez em 2016 e está bem abaixo do que é pago pelos demais Poderes. Na Câmara, os servidores recebem R\$ 982,29.

O valor do reajuste no tíquete não foi definido, mas integrantes do governo já chegaram a falar em uma alta de R\$ 700, subindo o valor para R\$ 1.158.

SU

A TRILOGIA ESTÁ COMPLETA!

O TERCEIRO E ÚLTIMO VOLUME DA SÉRIE BEST-SELLER DE LAURENTINO GOMES

Nenhum outro assunto é tão importante e tão definidor da nossa identidade nacional quanto a escravidão. Conhecê-lo ajuda a explicar o que fomos no passado, o que somos hoje e também o que seremos daqui para a frente. Em um texto impactante e ricamente ilustrado com imagens e gráficos, Laurentino Gomes lança o terceiro volume de sua obra, resultado de 6 anos de pesquisas, que incluíram viagens por 12 países e 3 continentes.

NAS LOJAS ON-LINE, LIVRARIAS E EM E-BOOK **GLOBOLIVROS**

No pós-Covid, varejo espera melhor inverno em vendas desde 2014

Baixa temperatura e retomada de eventos sociais e trabalho presenciais impulsionam procura por itens de vestuário

CAMILA ALCANTARA
camila.alcantara@oglobo.com.br

O outono de temperaturas mais baixas está esquentando as vendas de roupas de frio no país. O varejo já relata aumento na procura por itens como casacos, calças e meias, trazendo otimismo para o segmento para o inverno.

O varejo de vestuário, calçados e acessórios deve bater R\$ 13,76 bilhões em vendas entre maio e agosto deste ano, o maior volume registrado desde 2014, segundo estimativa divulgada pela Confederação Nacional do Comércio (CNC).

Historicamente, o varejo costuma vender perto de 10% mais itens de vestuário no inverno do que na primavera e no outono, explica Fábio Bentes, economista-chefe da CNC. Mais, continua ele, é o mês em que a procura por roupas de frio começa, logo que as coleções da estação são lançadas, mas é em junho que es-

se movimento se intensifica, fortalecido pela demanda nas regiões do Centro-Sul do Brasil.

Este ano, há ao menos dois impulsos extras a esse movimento. Além da chegada antecipada do frio, outro fator contribuiu para um aumento na procura do vestuário de inverno: a retomada ao trabalho e de eventos presenciais no pós-pandemia.

AVEZ DA JAQUETA 'PUFFER'

Aurelio Gruntoski, head de Operações da C&A, pontua que as pesquisas de comportamento realizadas pela varejista de moda identificaram que o perfil do consumidor mudou e o desejo, neste momento, é de renovar o armário da estação.

Em 2021, conta o executivo, o cliente buscava moltons para se proteger do frio no conforto de casa. Agora, com o fim do isolamento, a demanda é maior por agasalhos mais adequados a encontros sociais,

com destaque para os jeans.

— Tivemos uma aceleração das vendas bem intensa nas duas últimas semanas, inclusive porque as temperaturas caíram até nas cidades em que o frio não é tão esperado. Cresceu a demanda por itens como jaquetas puffer (com zíper e acolchoadas) e casacos Teddy (do tipo felpudo), além do jeans em diversas modelagens — relata Gruntoski.

Segundo o executivo, o comportamento é esperado. Como a temperatura ainda vai cair mais nos próximos meses, a empresa prevê que o volume de vendas continue subindo.

Na Renner, a demanda também saltou. O volume de vendas já supera o do período pré-Covid. No primeiro trimestre deste ano, houve alta de 63% na comparação com igual período de 2021 e de 35% na comparação com os três primeiros meses de 2019.

A empresa atribui o cres-



As compras. Com o frio e a volta ao trabalho e aos encontros presenciais, consumidor refaz o guarda-roupa de inverno

cimento à retomada da mobilidade e da participação das pessoas em eventos sociais, e explica que esta tendência se acelerou nos meses seguintes ao primeiro trimestre, alcançada pela coleção outono-inverno e influenciada ainda por datas fortes no calendário do varejo como o Dia das Mães.

TÍQUETE MÉDIO MAIS ALTO

A volta às atividades sociais está por trás do protagonismo de roupas, tecidos e calçados na recuperação do comércio, sob um panorama mais geral.

Altairio Carvalho, assessor econômico da FecomercioSP, afirma que a procura já é maior que a do período

pré-pandêmico, e a previsão é vender 44% mais em junho deste ano do que em igual mês de 2021.

Segundo Carvalho, o preço médio das roupas de inverno é maior que o das demais estações, o que colabora para aumentar o ticket médio pago pelos clientes.

A inflação, porém, pode frear a demanda: os itens de vestuário acumulam alta de preço de 16% nos últimos 12 meses, acima da média nacional de 11,73%.

Ainda assim, o consumidor corre às lojas para passar o inverno bem agasalhado, como é o caso das cariocas Nadja Fernandes, aposentada, e Tuane Gomes, engenheira. As duas foram às

compras no polo comercial da Saara, no Centro do Rio, esta semana.

— Tenho problemas nas articulações e sinto dores com o frio, então comprei casacos de couro, meia, tênis, trêcos e casacos de lã, que gosto de usar — conta a aposentada, acrescentando que a amiga Tuane comprou casacos e calças neste início de junho.

Já Alexandre Costa, professor de matemática, relata que faz frio onde mora e resolveu presentear o irmão, que faz aniversário, com casacos:

— É algo que todo mundo precisa, é um presente certo. E se continuarmos a esfriar como nos últimos dias, vai ser necessário — conta ele.

Forever 21, rede americana de 'fast-fashion', vai fechar lojas no país

RAPHAELA RIBAS
raphaela.ribas@infoglobo.com.br

A rede de roupas Forever 21 vai deixar o Brasil. Nas redes sociais, usuários compartilham promoções em algumas lojas e dizem haver queima de estoque em todas as 15 unidades no país até domin-

go, quando a marca encerrará suas atividades. Fontes do setor, porém, afirmam que a saída da americana do mercado brasileiro será gradual.

Também não está decidido, dizem as fontes, se as vendas on-line serão mantidas, o que poderia ser feito por um site ou via marketplaces,

nem se a marca passará a vender seus produtos em lojas de departamentos, como ocorreu no Canadá. Lá, a Forever 21 fechou em 2019 suas 44 lojas após declarar falência. Dois anos depois, voltou a atuar no país com loja virtual e vendendo por terceiros.

Na segunda-feira, o Insta-

gram da Forever 21 no Brasil divulgou descontos de 50%, enquanto durarem os estoques, nas unidades Bourbon, Guarulhos e Outlet Catarina, em São Paulo, Shopping Catuaí, Londrina (PR) e Recife.

Eduardo Yamashita, diretor de operações da consultoria de consumo e varejo Gouvêa

Ecosystem, observa que o modelo fast-fashion de roupas com baixo custo da Forever 21 não vingou no Brasil:

— Lá fora, o fast-fashion tem alta rotatividade. No Brasil, não funcionou. Nunca conseguiram ter ganho de escala. Com a pressão do segmento em que os custos aumentaram

e as vendas não são suficientes, o que estava no limite passou a dar um prejuízo maior.

Desde 2019, a empresa está em recuperação judicial nos EUA. Aqui foi alvo de ações na Justiça por inadimplência de aluguel nos shoppings RioSul, Tijuca e Plaza Shopping Niterói. Com a rede Multiplan, fez um acordo e fechou 11 lojas nos centros comerciais do grupo. As administradoras de shoppings não comentaram.

Bolsa tem 8º pregão seguido de queda. Dólar sobe a R\$ 5,13

Mercado segue atento à 'super quarta', com decisão sobre juro no Brasil e nos EUA

LETÍCIA CARDOSO
leticia.cardoso@infoglobo.com.br

A Bolsa teve ontem seu oitavo dia seguido de queda no pregão, o que não ocorria desde 2015. O Ibovespa recuou 0,52%, aos 102.063 pontos. Já o dólar teve alta de 0,37%, fechando a R\$ 5,1333, após ter alcançado uma cotação máxima de R\$ 5,1518.

Os investidores no Brasil acompanham o movimento global, refletindo temores trazidos pela alta da inflação no mundo, e a esperança da chamada "super quarta", já que hoje saem as decisões sobre o aumento das taxas de juros no Brasil e nos Estados Unidos.

Com a inflação atingindo recordes por toda parte, bancos centrais têm elevado o tom para controlar os preços. Mas se, de um lado, juros mais altos ajudam a combater a inflação, também desaquecem a economia. Quanto maiores as altas, mais forte o freio na atividade e maior a preocupação — explica Antônio Sanches, analista de investimentos da Rico.



Recuo. Bolsa de Nova York cai com recuo do impacto da alta da inflação

Bruno Hora, cofundador da InvestSmart, frisa que as dificuldades vão continuar:

— Caminhamos para um ano difícil, não só por desafios domésticos, como a eleição, mas também pela inflação global.

Analistas americanos previam que o Fed (Federal Reserve, banco central americano) poderia aumentar em 0,5 ponto percentual a taxa básica de juros. No entanto, depois do resultado da inflação do país ter vindo acima do esperado, em 8,6% em 12 meses, o mer-

cado já espera alta de 0,75 ponto percentual. Em Nova York, o dia ontem foi de apreensão. À espera da decisão do Fed, o S&P 500 caiu 0,38%, e Dow Jones perdeu 0,50%. A Nasdaq teve leve alta de 0,18%.

ALTA DOS JUROS FUTUROS

No Brasil, o Comitê de Política Monetária (Copom) anuncia hoje o ajuste na taxa básica de juros (Selic). De 35 economistas ouvidos pela Bloomberg, 33 esperam que a Selic suba 0,5 ponto percentual, enquanto apenas dois proje-

tam aumento de 0,75 p.p.

Globalmente, os ruídos relacionados à inflação foram intensificados ainda pelos novos lockdowns em Pequim, após o governo chinês afrouxar as restrições, acrescenta André Meirelles, diretor de Alocação da InvestSmart XP.

— O principal receio é de que a política de Covid zero na China possa causar um novo rompimento na cadeia de produção global, gerando novas ondas de inflação — diz ele.

Nesse cenário, os juros futuros avançam. Os títulos americanos de dez anos saíram de 3,37% para 3,48%. Em 1º de janeiro, estavam em 1,63%. No Brasil, a taxa do contrato de Depósito Interfinanceiro (DI) para 2023, com vencimento em janeiro, subiu de 13,58% para 13,68%. Flávio Conde, da Levante Investimentos, acredita que cada vez fica mais claro para o mercado que a taxa terminará o ano em 13,75%.

— A alta do petróleo vai cedo ou tarde levar a um reajuste da gasolina e do diesel, o que impacta preço de produtos e serviços. Isso pode fazer a Selic aumentar ainda mais.

Na Europa, as Bolsas ficaram no vermelho. Em Londres, houve baixa de 0,25%; em Frankfurt, de 0,91%. Em Paris, a perda foi de 1,20%. Já no Japão, onde a produção industrial recuou 4,9% em abril, a Bolsa caiu 1,32%.

Eletrobras comemora privatização na B3

FOTOS: ALAN SANTOS/PR E ISAAC FONTANA/CJ PRESS



Maior empresa do setor elétrico da América Latina, a Eletrobras perdeu o controle estatal após seis décadas. Ontem, presidente Jair Bolsonaro e os ministros Paulo Guedes, da Economia, e Adolfo Sachsida, de Minas e Energia, participaram do ato na B3, a Bolsa de Valores, em São Paulo, marcando a privatização da companhia. O ato foi realizado em meio a protestos de movimentos sociais e sindicatos nos arredores da Bolsa. O prédio da B3 foi cercado por segurança e por um gradil, o que impediu que os manifestantes se aproximassem da porta da Bolsa.

Bolsonaro veta despacho gratuito de bagagem

Mudança havia sido incluída em medida provisória que flexibiliza regras da aviação civil. Governo argumentou que iniciativa é 'contrária ao interesse público'. Parlamentares ainda podem derrubar decisão

GERALDO DOCA E MANOEL VENTURA
economiaglobo.com.br

O presidente Jair Bolsonaro decidiu vetar a volta do transporte gratuito da bagagem nos voos domésticos e internacionais. A informação foi divulgada pelo Palácio do Planalto na noite de ontem. A decisão ainda será publicada no Diário Oficial da União.

O benefício foi incluído na votação da medida provisória (MP) que flexibiliza regras da aviação civil, batizada de Voo Simples. O prazo para a sanção da MP terminava ontem.



Visão. Governo avalia que gratuidade de bagagem reduziria a atratividade do mercado brasileiro a novos competidores

RISCO DE ELEVAR PREÇOS

Uma resolução da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), aprovada em dezembro de 2016, autorizou as companhias a cobrarem tarifas diferenciadas para despachar as malas dos passageiros. A gratuidade ficou restrita à bagagem de mão de até dez quilos por passageiro, em dimensões definidas, conforme as cabines das aeronaves.

Já a emenda incorporada pelos parlamentares à MP

proibiu as companhias de cobrar pelo transporte das malas de até 23 quilos nos voos domésticos e 30 quilos, nos internacionais. Um dos principais argumentos dos políticos foi o aumento nos preços das passagens.

Atualmente, bagagens de 23 quilos em voos nacionais e 32 quilos nos voos internacionais são cobradas à parte, com um valor adicional ao da

passagem. Cada empresa estabelece o critério de cobrança e as dimensões das malas.

O Palácio do Planalto disse que Bolsonaro decidiu vetar a volta da gratuidade no despacho de bagagem "por contrariedade ao interesse público".

"Na prática, a proposição aumentaria os custos dos serviços aéreos e o risco regulatório, o que reduziria a atratividade do mercado brasileiro a poten-

ciais novos competidores e contribuiria para a elevação dos preços das passagens aéreas. Em síntese, a regra teria o efeito contrário ao desejado pelo legislador", justificou o governo.

15 ARGUMENTOS CONTRA

O Palácio do Planalto também disse que, dentre outros impactos, a criação de uma nova obrigação às empresas aéreas

podia acarretar questionamentos e prejuízos a tratados internacionais dos quais o Brasil é signatário. Existem atualmente entendimentos bilaterais negociados com 115 países, dos quais a maior parte tem como pilares as liberdades de oferta e tarifária.

"Soma-se isso o fato de que a vedação à cobrança de franquia de bagagem penalizaria a aviação regional, que opera com aeronaves de menor porte, as quais não comportam o transporte de bagagens de até 23kg para todos os passageiros", acrescenta o governo.

Segundo fontes do Executivo, áreas técnicas dos ministérios da Economia, do Turismo e da Infraestrutura apresentaram ao presidente 15 argumentos para justificar o veto.

O Congresso ainda irá analisar o veto, podendo derrubá-lo. Em junho de 2019, ao sancionar a MP que acabava com a restrição ao capital estrangeiro nas companhias nacionais, Bolsonaro vetou a bagagem gratuita, e o Congresso manteve a decisão, levando em conta os argumentos do governo.

Relicitação de Viracopos é adiada por 2 anos

> A relicitação do aeroporto de Viracopos, em Campinas, distante 96 quilômetros de São Paulo, foi prorrogada por dois anos, a partir do dia 16 de julho próximo.

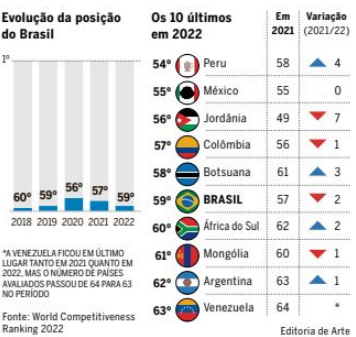
> A AABV, em nota, avaliou que a decisão de prorrogar o prazo é importante para que o processo de arbitragem, em curso desde novembro de 2021, possa chegar aos valores justos de indenização. (João Sorima Neto)

> E o governo indeniza a concessionária por melhorias feitas. Estimase que a indenização chegue a R\$ 4,5 bilhões.

Brasil cai para 59º lugar em ranking de competitividade

Lista com 63 países avalia eficiência do governo, infraestrutura e desempenho econômico

EFICIÊNCIA DA ECONOMIA EM QUESA



IVAN MARTÍNEZ-VARGAS
ivan.martinezvargas@globo.com.br

O Brasil perdeu posições pelo segundo ano seguido no Índice de Competitividade Mundial (WCY, sigla para World Competitiveness Ranking). Na edição de 2022, o país ficou em 59º lugar na lista, de 63 países, atrás de nações como Malásia (32º posição), Peru (54º) e Botsuana (58º).

flação (de 3,21% para 8,3% no ano) e o saldo negativo na balança de pagamentos (trocas com o resto do mundo, de -0,86% para -1,74%, em relação ao PIB).

—O Brasil vai historicamente muito mal nos indicadores de eficiência de governo. Está entre os piores do mundo — explica Carlos Arruda, professor da FDC e coordenador do levantamento no Brasil.

São avaliadas quatro categorias: desempenho da economia, eficiência dos negócios e infraestrutura. O Brasil tem mau desempenho em todas elas.

A categoria que mede eficiência dos negócios e do setor produtivo, em que o Brasil costumava estar mais bem posicionado, também teve desempenho fraco este ano. O país caiu da 49ª para a 52ª posição.

A perspectiva do Brasil para os próximos anos, de acordo com Arruda, segue ruim, devido ao baixo investimento em educação e infraestrutura. Países emergentes do leste europeu, por outro lado, têm avançado em inovação.

O Brasil caiu duas posições neste ano. Em 2021, já havia perdido uma, após quatro anos de avanços na lista. O ranking é elaborado anualmente pelo Instituto Internacional para o Desenvolvimento da Gestão (IMD, na sigla em inglês) e os dados brasileiros são coletados e analisados pela Fundação Dom Cabral (FDC).

No caso brasileiro, influenciaram o resultado a alta da in-

Zee.Dog entra no mercado de comida para cachorro

Marca da Petz lança alimento natural pronto para consumo para disputar com ração 'super premium'

U CAPITAL
RENAN SEITI
renan.seiti@zoozoo.com.br

A Zee.Dog, que nasceu como marca de acessórios para cães e gatos e foi comprada pela Petz, está entrando no segmento de alimentação animal — de longe, o maior do mercado pet. A empresa dos gêmeos Felipe e Thadeu Diz lançou uma linha de comida natural para cachorro pronta para consumo, que não precisa ser refrigerada e pode ser vendida nas gôndolas do varejo. O objetivo é competir com rações *super premium*, apostando que o apelo da saudabilidade é uma tendência que passa de tutor para pet.

Batizada de Zee.Dog Kitchen, a linha se enquadra na categoria *human grade*, de receitas semelhantes à comida de humanos. Inicialmente, serão nove versões, que vão de "pratos" como carne e frango a cardiopis de baixa caloria e para cães com peles sensíveis. A Zee.Dog está vendendo caixas com quatro embalagens de

400 gramas a partir de R\$ 80.

A nova linha de negócios nasceu depois da aquisição, em 2021, da Eleven Chimps, que era uma das líderes de comida natural para cachorro, mas vendia pratos congelados. Desde então, a Zee.Dog vinha adaptando sua produção com o objetivo de eliminar a necessidade de congelamento, que criava obstáculos para sua venda no varejo.

—Na Eleven Chimps, a gente cozinhava a matéria-prima, congelava e enviava para o cliente. Na Zee.Dog Kitchen, desenvolvemos um método em que cozinhamos a comida dentro da própria embalagem, criando um microclima estável que proporciona um ano



Mais saudável. Embalagem de vidro conserva a refeição por um ano até ser aberta

de validade antes de o frasco ser aberto — explica Pedro Vital Brasil, fundador da Eleven que virou sócio da Zee.Dog.

A fabricação é feita em Americana (SP), onde a unidade da antiga Eleven foi ampliada para atender a Zee.Dog Kitchen. Segundo a companhia, a matéria-prima vem de produtores locais da região, e as receitas foram elaboradas por profissionais de nutrição veterinária. Os potes são de vidro para evitar o uso de plástico. Atualmente, a fábrica tem capacidade para produzir 3,6 mil toneladas por ano — equivalente a R\$ 250 milhões de faturamento, ao preço de varejo.

As receitas chegaram ao *e-commerce* da Zee.Dog e, na sexta-feira, vão começar a ser vendidas no *app* de entregas expressas Zee.Now. No próximo mês, os produtos chegarão às prateleiras de cem lojas da Petz e, posteriormente, a distribuidores do varejo. A companhia também quer começar a exportar logo já este ano.

—Vejo a Zee.Dog Kitchen como o futuro da Zee.Dog, já que 60% do mercado pet global são comida. Identificamos uma oportunidade de explorar praticidade na alimentação saudável. A ração tradicional é prática, mas não a considero saudável. Já a congelada da Eleven era saudável, mas menos prática — sustenta Felipe Diz.

Este texto foi originalmente publicado na coluna de negócios Capital, no site do GLOBO: blogs.globo.com/capital

INDICADORES

IBOVESPA ▼ -0,52%
+3,22% em maio

DÓLAR

	COMPRAR	VENDER
Comercial (Ptax)	5,1197	5,1203
Turismo esp. (BB)	4,99	5,28
Turismo esp. (Bradesco)	N.D.	5,33

EURO

	COMPRAR	VENDER
Comercial (Ptax)	5,3322	5,3343
Turismo esp. (BB)	5,19	5,51
Turismo esp. (Bradesco)	N.D.	5,55

OUTRAS MOEDAS

	VENDER
Libra esterlina	6,1423
Real japonês	5,1122
Real sul-coreano	0,0048
Real chinês	0,0058
Real australiano	0,7596

Outras moedas estrangeiras podem ser consultadas nos sites www.bco.com.br e www.casim.com.br.

ÍNDICES

Índice	Variação	Variação
IPC-A	0,06%	10,56%
IPC-M	0,06%	10,56%
IPC-D	0,06%	10,56%

POUPANÇA

Índice	Variação	Variação
IPC-A	0,06%	10,56%
IPC-M	0,06%	10,56%
IPC-D	0,06%	10,56%

TR

Índice	Variação	Variação
IPC-A	0,06%	10,56%
IPC-M	0,06%	10,56%
IPC-D	0,06%	10,56%

IMPOSTO DE RENDA

Alíquota	Adicional
7,5%	R\$ 142,80
15%	R\$ 285,60
22,5%	R\$ 428,40
27,5%	R\$ 571,20

Deduções: a) R\$ 189,59 por dependente; b) dedução especial para aposentados, pensionistas e transferidos para a reserva remunerada com 65 anos ou mais; R\$ 1.903,98 o contribuinte mensal à Previdência Social; d) pensão alimentícia paga devido a acordo ou sentença judicial. Obs.: Para calcular o imposto a pagar, aplique a alíquota e deduza a parcela correspondente à faixa. A segunda parcela do IRPF 2022, que vence em 30 de julho, tem correção de 3%.

INSS

Alíquota (%)	Variação
7,5	15
9	18
12	24

Salário Mínimo

Salário	Variação
R\$ 1.212,00	13,25%

BOLSA DE VALORES

Índice	Variação	Variação
IPC-A	0,06%	10,56%
IPC-M	0,06%	10,56%
IPC-D	0,06%	10,56%

FUNDOS DE INVESTIMENTO: www.anbima.com.br e www.fundosdeinvestimento.com.br

IDR: www.fundosdeinvestimento.com.br

FEI: www.fundosdeinvestimento.com.br

SELIC: 12,75%



DITADURAS NA AMÉRICA LATINA

Quem puniu ou não puniu os militares?

Chile, Argentina e Uruguai processaram responsáveis por abusos, ao contrário do Brasil



GUERRA NA EUROPA

MOSCOW KEY

A violência da ofensiva russa no Leste da Ucrânia, agora com combates concentrados nas cidades de Severodonetsk e Lysychansk — as últimas na região de Luhansk ainda sob controle parcial ucraniano — levanta questões sobre a estratégia de Kiev para tentar evitar a perda dessa área crucial em uma guerra que alguns analistas já preveem que pode durar anos.

Os ucranianos sofrem até 200 baixas diárias e dependem dos armamentos prometidos pelo Ocidente para tentar reverter a situação. Nos combates pelo controle de Severodonetsk, os russos parecem perto de forçar a retirada ou a rendição das forças ucranianas. Apesar de a cidade devastada não ter grande importância estratégica, assumir seu controle seria um passo importante para os russos dominarem Luhansk.

Analistas militares dizem que as forças ucranianas, superadas em número e poder de fogo, estão tentando arrastar o conflito para infligir o maior número de baixas aos russos. A Rússia tem usado sua vantagem em artilharia de longo alcance para bombardear a distância as cidades do Leste da Ucrânia, arrasando-as e matando ou expulsando civis, levantando a questão sobre se vale o custo em vidas de soldados ucranianos para defendê-las. O presidente Volodymyr Zelensky descreveu Severodonetsk as como uma "cidade morta".

PEDIDOS DE ARMAS

Lá, dizem os analistas, a esperança dos ucranianos é que, ao atrair os russos para o combate rua a rua, eles consigam minimizar a vantagem de Moscou em armas pesadas, pelo menos por um tempo, uma vez que a luta de rua aumenta o risco para a Rússia de que seus bombardeiros de artilharia atinjam seus próprios soldados.

— Se os ucranianos tiverem sucesso na tentativa de atrair [os russos] para o combate de casa em casa, há uma chance maior de causar baixas aos russos que eles não possam suportar — disse Gussav Gressel, um especialista em Ucrânia no Conselho Europeu de Relações Exteriores.

Ainda assim, os ucranianos estão assumindo um risco ao atrair os russos para os combates de rua, arriscando-se a ficar presos na cidade — especialmente após a destruição da última ponte que permitia uma fuga rápida.

Mas com um fluxo lento de chegada das armas do Ocidente, os ucranianos parecem estar calculando que o risco vale a pena por enquanto. Embora os combates de rua matem grandes números de soldados ucranianos, também infligem baixas em maiores quantida-



Contra-ataque. Militares ucranianos preparam foguetes para lançamento perto de Izyum, ao sul de Kharkiv, área vem registrando confrontos mais recorrentes entre forças de Kiev e Moscou

CONFLITO LONGO E MAIS VIOLENTO

UCRÂNIA TENTA ATRAIR RUSSOS PARA LUTA DE RUA, DIZEM ANALISTAS

A SITUAÇÃO NO FRONT



Fonte: Instituto para o Estudo da Guerra

Editoria de Arte

des aos russos do que o fogo irregular de artilharia ou batalhas de tanques em campo aberto.

Nos últimos dias, os russos conquistaram novas áreas e destruíram todas as pontes de acesso a Severodonetsk, mas

não a controlam totalmente.

Neste cenário, há que se perguntar por quanto tempo os dois lados vão manter uma guerra que analistas dizem ser mais violenta do que os conflitos no Iraque e no Afeganistão.

Pelo lado ucraniano, a resposta passa pelas armas prometidas pelo Ocidente.

— Estamos segurando [os russos] lá [em Donbass, no Leste] com uma desvantagem de equipamentos de 10 para

um — afirmou, ao Financial Times, Andriy Zagorodnyuk, ex-ministro da Defesa ucraniano e conselheiro do governo.

As autoridades ucranianas repetem que precisam receber armamentos mais potentes e modernos, incluindo sistemas de defesa aérea, obuses (equipamentos de artilharia), mísseis antitanque, metralhadoras e munição. Os itens foram incluídos em pacotes de ajuda militar anunciados por EUA, Canadá e União Europeia.

Mas a entrega foi dificultada por questões logísticas, pela ameaça russa de atacar comboios de transporte e pela relutância de governos em fornecer armas que pudessem ser usadas contra o território russo — há medo de uma ação do tipo ser vista como um ataque direto da Otan, aliança militar liderada pelos EUA, com consequências imprevisíveis.

TREINAMENTO INVIÁVEL

Ontem, a vice-ministra da Defesa da Ucrânia, Anna Malyar, disse que o país recebeu só 10% do equipamento requisitado ao Ocidente.

— Por mais esforços que faça a Ucrânia, e por mais profissional que seja nosso Exército, sem a ajuda de nossos aliados ocidentais não poderemos ganhar esta guerra — disse Malyar, citada pela AFP, sem explicar se o número se refere a pedidos recentes ou envolve todo o período da guerra.

Ao New York Times, o conselheiro do presidente Zelensky, Mykhailo Podolyak, disse que a Ucrânia precisa de 300 sistemas móveis de lançamento de foguetes, mil obuses, 500 tanques, 2 mil veículos blindados e mil drones para poder combater no Donbass.

Konstantinos Loukopoulos,

especialista grego que atuou na Otan e lecionou em acadêmicas militares russas e ucranianas, apontou que itens como blindados precisam de treinamento, "e isso não muda em tempos de guerra".

— Para que a Ucrânia absorva as armas do Ocidente e as torne operacionais, formando as unidades e treinando-as, seriam necessários oito, nove meses, e eles não podem retirar unidades do front para treiná-las — afirmou à Al-Jazeera.

APOSTANDO EM FISSURAS

Pelo lado da Rússia, saber até quando Moscou está disposta a lutar passa menos pelo campo de batalha — onde o Kremlin não parece disposto a desmobilizar seus esforços de guerra e ainda conta com grande apoio interno — e mais pelas hoje estagnadas negociações. Em artigo no começo de junho na Foreign Policy, Tatiana Stanovaya, da consultoria R.Politik, afirma que Putin não considera estar perdendo a guerra e que, neste momento, o mais importante é manter a presença militar na Ucrânia e atacar sua infraestrutura.

O líder russo ainda apostaria em fissuras no apoio aos ucranianos e em um eventual acordo com o Ocidente, no qual a Ucrânia seria apenas uma parte — antes do início do conflito, Putin exigia "garantias de segurança" relacionadas à expansão da Otan no Leste Europeu, com a exclusão da possibilidade da adesão de Kiev. Hoje, não há qualquer movimentação, seja em Bruxelas ou Washington, nesse sentido.

"É isso aí: uma ideia de quanto tempo o conflito poderá durar: anos, no melhor dos casos", afirmou Stanovaya. (Com o New York Times)

Navalny é transferido de prisão

> O opositor russo Alexei Navalny foi transferido para uma nova colônia prisional de "regime severo", anunciaram ontem pessoas próximas, que não sabem onde ele está e temem por sua vida. Preso desde janeiro do ano passado, Navalny é o principal nome da oposição ao presidente russo, Vladimir Putin. — Disseram em Pokrov (sua antiga colônia penitenciária) que

Navalny não está mais detido lá, que foi transferido para uma nova colônia de regime severo — disse Olga Mikhailova, uma das advogadas da oposição, à agência Tass. — Está relacionado ao fato de que o veredicto de seu novo caso entrou em vigor.

> No final de maio, a Justiça russa confirmou a pena de nove anos de prisão de Navalny pelo desvio de

fundos doados para organizações de combate à corrupção. Ele rejeita as acusações, considerando-as politicamente motivadas, e afirma que se trata de uma tentativa do Kremlin de afastá-lo da vida pública.

> Além dessa condenação, o advogado e ativista anticorrupção já cumpria uma pena por condenação por fraude, em um

caso que remonta a 2014.

> Até agora, ele era mantido preso em uma colônia de Pokrov, a 100km de Moscou, considerada uma das mais duras do sistema penal do país.

> "Enquanto não soubermos onde Alexei está, ele continuará a ser confrontado com um sistema que já tentou matá-lo. Por isso,

nossa principal tarefa é localizá-lo o mais rapidamente possível", comentou sua porta-voz, Kira Iarmyn, no Telegram, referindo-se a um envenenamento, em 2020, com uso do agente nervoso Novichok e atribuído ao Kremlin.

> A porta-voz denunciou que nem o opositor, nem seus advogados, nem sua família foram informados da transferência.

Biden abandona hostilidade a sauditas de olho no petróleo

Com invasão da Ucrânia pressionando preços dos combustíveis, presidente vai visitar reino que ele jurou tornar um 'pária'

JORDAN FABIAN, JENNIFER JACOBS E JOSH WINGROVE
Do Bloomberg
WASHINGTON

Em sua visita à Arábia Saudita no mês que vem, o presidente americano, Joe Biden, tentará reatar os laços desgastados com o país e com seu líder de fato, o príncipe herdeiro Mohammed bin Salman, uma viagem que marca uma reversão da promessa do chefe de Estado de tornar o reino um "pária" em relação aos direitos humanos.

A visita encerrará quatro dias de viagem na região, que também inclui paradas em Israel e na Cisjordânia, onde se encontrará com o primeiro-ministro israelense, Naftali Bennett, e o presidente da Autoridade Nacional Palestina (ANP), Mahmoud Abbas.

Mas a parada no reino começa a se tornar o evento principal da turnê, já que Biden procurará persuadir o país a aumentar a produção de petróleo para tentar diminuir os preços recordes da gasolina, além de re-

bater as críticas de que vêm suavizando suas objeções ao histórico de direitos humanos do reino, incluindo o assassinato do jornalista Jamal Khashoggi, colunista do Washington Post, que vivia nos EUA.

A disposição do presidente americano de viajar ao reino mostra até que ponto seus esforços para reduzir os preços da gasolina e isolar ainda mais a Rússia pela invasão da Ucrânia anularam seu desejo de adotar uma linha mais dura contra Riad.

MESES DE DIPLOMACIA

Em 2019, Biden prometeu tornar o reino "o pária que eles são", e seu governo divulgou um relatório, no ano passado, revelando que o príncipe herdeiro saudita foi responsável pelo assassinato de Khashoggi em 2018, dentro do consulado do reino em Istambul. Biden também se recusou a falar diretamente com MBS, como o príncipe é conhecido — segundo seu governo, sua contraparte



Reabilitado. O príncipe herdeiro da Arábia Saudita, Mohammed bin Salman, no G20 em Osaka: Biden se reunirá com ele, apesar de suas críticas anteriores

apropriada era o secretário de Defesa, Lloyd Austin. O príncipe herdeiro negou ter ordenado o assassinato de Khashoggi, mas assumiu a responsabilidade como governante de fato de seu país.

A corda bamba diplomática de Biden ficou evidente nos anúncios sobre a viagem — os documentos oficiais dos EUA não mencionavam qualquer reunião com o príncipe herdeiro; autoridades americanas disseram apenas que ele e Biden devem se encontrar.

Um comunicado da embaixada saudita em Washington, no entanto, disse categoricamente que Biden e o príncipe teriam "conversas oficiais". Segundo a declaração da embaixada, os dois líderes se concentrarão em uma variedade de questões, incluindo investi-

mento econômico, segurança cibernética, clima, segurança alimentar e energética.

Biden viajará de 13 a 16 de julho e, oficialmente, deve se reunir com uma dezena de líderes estrangeiros durante uma cúpula regional em Jeddá. Um alto funcionário do governo disse, sob anonimato, que a visita é o resultado de meses de diplomacia dos EUA com a Arábia Saudita e países do Oriente Médio, e que o relacionamento entre os dois países "exigia uma recalibragem", mas nunca houve um rompimento.

Biden também já criticou anteriormente a campanha aérea de uma coalizão liderada pela Arábia Saudita contra militantes houthis na guerra civil do Iêmen, na qual deze-

nas de milhares de civis morreram, segundo a ONU.

A invasão da Ucrânia pela Rússia em fevereiro, no entanto, reordenou as prioridades de Biden em todo o mundo, inclusive no Oriente Médio, rico em petróleo. O presidente tem se esforçado para aumentar o fornecimento global de energia para substituir a produção russa e conter os preços crescentes da gasolina, que prejudicaram sua posição política e pesam sobre seu partido nas eleições de meio de mandato de novembro.

ELOGIOS A RIAD

A Opep+, organização que reúne os principais exportadores de petróleo do mundo mais a Rússia, liderada pela Arábia Saudita, concordou no início do

mês com um aumento modesto na produção de petróleo em julho e agosto, um gesto que foi bem recebido por Washington.

Ele veio depois de várias visitas à Arábia Saudita por Brett McGurk, o principal conselheiro da Casa Branca para o Oriente Médio, e Amos Hochstein, conselheiro sênior do Departamento de Estado para segurança energética.

Biden também elogiou, em comunicado este mês, o papel de Riad na intermediação da extensão de uma trégua no Iêmen, mas já deixou claro que levantaria questões de direitos humanos se decidisse visitar a Arábia Saudita.

— Não vou mudar minha visão sobre direitos humanos — garantiu.

Premier escocesa relança campanha por independência

Nacionalista Nicola Sturgeon divulga o primeiro de uma série de documentos argumentando que país ficaria melhor fora do Reino Unido

EDIMBURGO

A primeira-ministra da Escócia, Nicola Sturgeon, lançou ontem uma nova campanha pela independência escocesa ao apresentar o primeiro de uma série de documentos para mostrar como o país estaria melhor separado do Reino Unido. O objetivo é convocar um novo referendo, mas ainda não há um cronograma para que o voto aconteça.

Em entrevista coletiva em Edimburgo, Sturgeon afirmou que "chegou a hora de apresentar uma visão diferente e melhor" após tudo que aconteceu nos últimos anos — "o Brexit, a Covid, Boris Johnson". Permanecer como parte do território britânico e fora da União Europeia (UE), disse ela, é prejudicial para o futuro escocês, apontando para uma oportunidade de "olhar com

esperança e otimismo e nos inspirarmos em outros países pela Europa".

— É hora de falarmos de independência — afirmou a premier, ressaltando que seu governo explora caminhos legais para o referendo e irá apresentá-los ao Parlamento "em breve". — O Brexit nos tirou da UE e do mercado único contra a nossa vontade, com danos enormes para o comércio, as condições de vida e os serviços públicos.

BREXIT REABRIU DISCUSSÃO

O anúncio vem após meses de críticas de nacionalistas escoceses, que defendiam a realização mais rápida de uma nova votação. A pressão se acen- tuou desde maio do ano passado, quando o Partido Nacional Escocês (SNP), de Sturgeon, foi o grande vencedor das eleições parlamentares.

Segundo a premier, a sigla foi reeleita na votação de 2021 com o "compromisso de dar ao povo da Escócia a escolha de se tornar um país independente" — resultado que deu ao SNP um "mandato democrático indiscutível". A sigla governa em coalizão com os Verdes, que também são favoráveis à ruptura com o Reino Unido.

O SNP foi o principal articulador do referendo de 2014: na votação que mobilizou o país e, indiretamente, todo o Reino Unido, 55% dos escoceses votaram pela permanência no território britânico, e a questão foi dada como encerrada por ao menos uma geração. Dois anos depois, contudo, os britânicos foram às urnas e aprovaram o divórcio da UE, que só se concluiu no ano passado.

O Brexit, no entanto, é impopular na Escócia, onde cerca de 62% da população vota-



Nova investida. A premier Sturgeon apresenta a iniciativa em Edimburgo

ram para permanecer na UE em 2016, e sua concretização fez renascer os discursos separatistas. Sturgeon, em particular, faz dura oposição ao premier britânico, Boris Johnson.

O documento apresentado ontem é intitulado "Independência no mundo moderno: mais ricos, mais felizes, mais

justos: por que não a Escócia?" e argumenta que o país tem tamanho e características similares às de outras nações europeias com melhor desempenho socioeconômico. Aponta para métricas como pobreza infantil e igualdade de gênero, por exemplo. A culpa, argumenta, é o fato de o país es-

tar atrelado a Londres.

Com a independência, também teríamos as alavancas e autonomia que esses países têm como certas para ajudar a cumprir seu potencial.

O rompimento dos laços de 315 anos, contudo, não é necessariamente o desejo da maioria. Segundo a pesquisa mais recente, realizada pelo Instituto Ipsos, 46% dos entrevistados dizem ser pró-permanência e 45%, pró-independência — 8% afirmam ainda não terem tomado uma decisão.

TUDO PASSA POR LONDRES

A convocação legal tem dois caminhos, e ambos passam por Londres. O primeiro envolve a ativação da chamada "Seção 30" pelo governo de Boris, que daria ao governo de Sturgeon o poder de convocar uma votação segundo a Lei da Escócia. Boris, no entanto, se opõe ao voto. No segundo caminho, a Escócia aprovaria uma lei, que pode ser legalmente desafiada por Londres. A decisão final caberia à Suprema Corte britânica.

Justiça britânica cancela voo com refugiados para Ruanda

Polêmico programa de deportação do governo Boris Johnson para a África começaria ontem; ministra diz que continuará tentando

LONDRES

Em meio a uma batalha judicial, o primeiro voo que partiria com refugiados vetados no Reino Unido para Ruanda ontem foi cancelado, segundo informou o Ministério do Interior britânico à BBC. Mais cedo, o governo de Boris Johnson havia deci-

dido seguir com o envio dos solicitantes de asilo, mesmo com a expectativa de o avião partir basicamente vazio, para evitar um prejuízo de £ 500 mil (R\$ 3,7 milhões), já que o valor não poderia ser reembolsado.

Era esperado que até sete pessoas fossem removidas do Reino Unido e enviadas para

Ruanda ontem, mas o voo foi cancelado após o Tribunal Europeu dos Direitos Humanos (TEDH) intervir o que, por sua vez, ocorreu depois de um tribunal britânico autorizar a decolagem do voo em meio a uma série de apelações judiciais apresentadas entre segunda e ontem.

O acordo de £ 120 mil-

hões (R\$ 738 milhões) para enviar solicitantes de asilo que chegaram ilegalmente ao Reino Unido para Ruanda foi assinado por Londres e Kigali em abril, gerando uma enxurrada de críticas internacionais e de grupos de direitos humanos. Segundo eles — que destacam as acusações de que o gover-

no do país da África Central é alvo por um histórico de supostas violações de direitos humanos — o acordo poderia violar os direitos dos refugiados.

— Embora estejamos aliviados em saber que o voo para Ruanda não decolou como planejado esta noite, é claro que o governo continua deter-

minado a continuar com este acordo, deixando-nos continuar a testemunhar o sofrimento humano, angústia e caos que a ameaça de remoção causará com consequências de longo alcance para pessoas desesperadas que simplesmente precisam de segurança — disse Enver Solomon, diretor executivo da organização Conselho de Refugiados.

Já o ministro do Interior, Priti Patel, disse estar desapontada com o fato de o voo não poder partir, mas afirmou que o governo não seria "impedido de fazer a coisa certa".

Equador: líder indígena é detido após bloqueios

Detenção de Leonidas Iza, acusado de vandalismo, pode 'provocar onda de violência', alerta ONG; manifestações contra alta de preço dos combustíveis e por renegociação de dívidas dos camponeses ocorrem em ao menos 11 das 24 províncias do país

A prisão do líder indígena equatoriano Leonidas Iza por supostos atos de vandalismo não impediu que milhares de pessoas voltassem a bloquear rodovias ontem, pelo segundo dia consecutivo, em protesto contra o governo. As manifestações, convocadas por tempo indeterminado, ocorreram em pelo menos 11 das 24 províncias equatorianas, incluindo nos acessos a Quito.

O presidente conservador Guillermo Lasso denunciou que na segunda-feira aconteceram "atos de vandalismo", como invasões de produtores agrícolas e o ataque a uma instalação de bombeamento de petróleo na Floresta Amazônica — ataque que foi negado por vários ministros da área de segurança na mesma noite.

— Aqueles que cometem atos de vandalismo responderão à Justiça — enfatizou Lasso, que assumiu o cargo há um ano.

PRISÃO VIOLENTA

Após reportagens, Lenin Sarzosa, advogado do líder do povo kichwa-panzaleo, afirmou que a prisão foi feita "de maneira violenta" e anunciou que impletraram um habeas corpus para solicitar a libertação imediata de Iza.

Em um vídeo divulgado pelo Ministério do Interior, o líder indígena aparece de pé, usando um chapéu vermelho e poncho, enquanto um policial lhe diz que foi preso por "sabotagem", crime que pode ser punido com até dez anos de prisão.

Os indígenas, que exigem a redução dos preços dos



Descontentamento. Uma camponesa agita uma bandeira equatoriana em um bloqueio de rua em Quito: manifestações devem continuar nos próximos dias

combustíveis e a renegociação das dívidas dos camponeses com os bancos, continuam bloqueando estradas com pneus em chamas, tochas e barricadas de terra e pedras. Eles representam cerca de 25% dos 17,3 milhões de habitantes do país.

Mas, com exceção de alguns incidentes isolados, o primeiro dia de manifestações havia transcorrido com alguns bloqueios que não afetaram muito o funcionamento dos serviços essenciais. A prisão de Iza, no entanto, deve "provocar maior indignação e uma onda de violência", segundo a ONG de direitos humanos Inredh

Iza, chefe da poderosa Confederação de Nacionalidades Indígenas (Conaie), foi preso durante a manhã de ontem no setor de Pasto, na província andina de Cotacachi, no Sul do país. Em um primeiro momento, o engenheiro ambiental de 39 anos foi transferido para a Unidade de Flagrantes, localizada no centro de Quito, que amanheceu fortemente vigiada pelas forças de segurança. Algumas horas depois, foi levado de helicóptero para Latacunga, na província de Cotacachi, onde se encontra esperando para ser levado a um tribunal.

A Conaie, que reúne 14

povos originários do Equador e em 2019 liderou mais de uma semana de manifestações violentas contra o governo que deixaram 11 mortos, classificou a detenção de Iza — presidente da confederação desde junho de 2021 — como "violenta, arbitrária e ilegal".

APELO À RADICALIZAÇÃO

"Grupos de elite da Polícia e das Forças Armadas detêm ilegalmente Leonidas Iza, presidente da Conaie. Convocamos a nossa estrutura organizacional a RADICALIZAR as medidas de fato pela LIBERDADE de nosso líder máximo e pela digni-

dade de nossa luta", afirmou o movimento no Twitter.

O ministro do Interior, Patricia Carrillo, por sua vez, informou que há cinco detidos: quatro autores materiais e um autor intelectual de atos, "que aguardam audiência". Em entrevista a jornalistas, ele disse que a "estratégia" dos manifestantes é "paralisar, saquear, seqüestrar, atacar".

— Para que a desordem, o caos, o vandalismo sejam o que gere agitação social diante de um governo que tenta para gerar oportunidades para os equatorianos.

As autoridades estimaram que cerca de 6 mil pes-

soas participaram dos protestos nacionais de segunda-feira. Por sua parte, Iza sustentou que o Executivo está "minimizando" as manifestações e alertou que elas continuariam de maneira "indefinida".

A Confederação de Nacionalidades Indígenas do Equador, que já participou de vários diálogos malsucedidos com o governo de Lasso, propõe que os preços dos combustíveis sejam reduzidos para US\$ 1,50 para o galão de 3,78 litros de diesel e US\$ 2,10 para a gasolina de 85 octanos.

Os indígenas também protestam contra a falta de emprego e a entrega de concessões de mineração em seus territórios. Eles exigem também o controle de preços dos produtos agrícolas.

PRESIDENTES DERRUBADOS

Fundada na década de 1980, a Conaie é a maior organização indígena do país, e uma das mais antigas e importantes do continente. Um dos marcos da luta da organização foi a insurreição indígena de 1990, contra o então presidente Rodrigo Borja Cevallos, quando se estima que mais de um milhão de pessoas participaram das manifestações lideradas pela Conaie.

Sua força ficou ainda mais evidente ao longo da década e no início dos anos 2000, quando o país sofreu o retrocesso econômico mais severo da América Latina, e a Conaie teve um protagonismo social importante, ajudando a derrubar diversos presidentes, como Abdalá Bucaram, em 1997; Jamil Mahuad em 2000; e Lucio Gutiérrez, em 2005.

Bolívia: condenação de Ñez pode gerar crise, alertam especialistas

Ex-presidente interina foi sentenciada a 10 anos de prisão em processo contestado

MARINA GONÇALVES
marina.goncalves@folha.com.br

A condenação da ex-presidente interina da Bolívia Jeanine Ñez a dez anos de prisão abre agora um precedente para que mais políticos e outros atores que participaram do processo que culminou com a renúncia de Evo Morales sob ultimato militar, em novembro de 2019, sejam julgados, o que pode levar a uma crise institucional, segundo analistas. Apoiada, à época, por forças opositoras bem mais conhecidas e poderosas do que ela — como o hoje governador Luis Fernando Camacho e o ex-ministro de Governo Arturo Murillo, que fugiu do país e acabou preso nos EUA — Ñez está detida desde março do ano passado numa prisão feminina.

Após a condenação, na última sexta-feira, dois ex-ministros de seu governo foram detidos: Álvaro Guzmán, de Justiça, e Álvaro Coimbra, de Energia. Mas vários políticos que compuseram seu Ministério já fugiram do país: além de Murillo, o ex-ministro da Defesa Fernando López dei-

xou a Bolívia quando o Movimento ao Socialismo (MAS) voltou ao poder com o presidente Luis Arce, vitorioso nas eleições presidenciais de 2020. Yerko Núñez, ex-ministro da Presidência, também está foragido, assim como Roxana Lizarraga, ex-ministra das Comunicações que pediu asilo no Peru.

'RISCO DE INSTABILIDADE'

Outros, como Camacho, que se elegeu governador em Santa Cruz, têm foro privilegiado e estão imunes à ação judicial. — É possível que haja outros processos, dado o alto nível de dependência entre o Judiciário e o Executivo, mas com cargos menos visíveis que o da ex-presidente — disse ao GLOBO Daniel Moreno, sociólogo e diretor da Ciudadanía (Comunidade de Estudos Sociais e Ação Pública). — Definitivamente, Jeanine Ñez era uma figura muito visível, mas também muito frágil em termos políticos e contra quem era possível cometer os abusos que foram cometidos. Seria muito mais problemático julgar e condenar o governador de Santa

Cruz, por exemplo.

A analista política Maria Eugenia Rojas Valverde, da Rede Latino-Americana pela Democracia, alerta para o risco de que o julgamento abra uma jurisprudência perigosa.

— Há um forte risco de uma ruptura democrática, ou seja, de que essa condenação seja capaz de produzir instabilidade institucional. O governo já disse que prevê usar a sanção a Ñez contra todos os atores que fizeram parte do governo transitório. Por isso, muitos deles deixaram o país — diz. — Há ainda a possibilidade de que as leis promulgadas durante o mandato de Ñez, incluindo a convocação das eleições ou a designação de novos membros do Tribunal Eleitoral, sejam consideradas nulas, o que poderia até pôr em xeque a própria eleição de Arce.

Após a decisão da semana passada, alguns políticos do MAS deixaram em aberto a possibilidade de um pedido de apelação para que a pena seja aumentada para 30 anos. Já o Ministério Público anunciou, antecorrendo, que não concorda com a pena e solicitará 15 anos de prisão.



Única punida.

A ex-presidente interina Jeanine Ñez é levada por policiais em La Paz após ter sua prisão decretada no ano passado sob acusação de golpe de Estado

A oposição, por sua vez, afirmou que recorrerá a órgãos internacionais, denunciou a politização do processo e anunciou que convocará manifestações. Ontem, dezenas de pessoas foram às ruas em La Paz. Carolina Rivera, filha da ex-presidente, disse que irá à Corte Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) contra a decisão, alegando que "a Justiça do país está submetida ao poder político".

— Não se pode ir a nenhuma instância do Estado porque todas estão tomadas pelo Movimento ao Socialismo — afirmou. — Não vamos desistir.

Pouco conhecida fora de sua província natal, Beni, Ñez era a segunda vice-presidente do Senado quando, dois dias após a renúncia de Morales,

declarou-se presidente interina em um processo controverso, sem quórum em nenhuma das duas Casas do Congresso — graças à ausência das bancadas majoritárias do MAS.

REFORMA PARADA

Ao longo do julgamento, em que foi acusada pelo crime de golpe de Estado, especialistas apontaram abusos processuais. Moreno afirma que o processo revela uma "muito visível e escandalosa" falta de independência do Judiciário.

— Em primeiro lugar, as autoridades nacionais e ex-presidentes têm direito a um julgamento no Corte Suprema de Justiça, que julgou inclusive o ditador mais nefasto da História do país, [Luis] García Meza, há 20 anos. Ou seja, a instância

em que Ñez foi julgada é absurda, em termos legais, por mais que tenha sido uma presidente constitucional. Em segundo lugar, durante o ano e meio em que esteve presa, Ñez teve seus direitos de defesa restringidos.

A falta de independência da Justiça, no entanto, não é algo novo na Bolívia: em seu governo interino, a própria Ñez conduziu processos contra os então opositores do MAS, incluindo um pedido no Tribunal Penal Internacional para investigar Morales, que ficou no poder de 2006 a 2019, por crimes contra a Humanidade — o pedido foi rejeitado. A reforma do Judiciário, uma das promessas de Arce na campanha, chegou a ser iniciada, mas o processo foi paralisado.



DENGUE

Brasil ultrapassa 500 mortes em 2022

Número é mais do que o dobro de 2021; país já contabiliza 1,1 milhão de diagnósticos



PEIXES



FIM DA CALVÍCIE

Primeiro tratamento contra alopecia é aprovado nos EUA

GIULIA VIDALE*
gui.vidal@oglobo.com.br
SÃO PAULO

Alopecia areata é um tipo de calvície que afeta homens, mulheres e até mesmo crianças. A doença pode variar em gravidade. Para alguns, a perda total de pelos no corpo, incluindo cabelos, cílios, sobrancelhas, até no nariz e nas orelhas, pode ser devastadora. Até esta semana, não havia uma solução específica para a doença. Mas o cenário acaba de mudar com a decisão da agência que regula medicamentos nos Estados Unidos de aprovar a droga baricitinibe como tratamento.

O medicamento, fabricado pela Eli Lilly, regenera o cabelo impedindo o sistema imunológico de atacar os folículos capilares. Ao GLOBO, a fabricante disse que a indicação do medicamento para alopecia areata já está em análise pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa). A empresa aguarda aprovação no último trimestre de 2022, com comercialização prevista no Brasil para 2023.

O baricitinibe já é aprovado no país para o tratamento de diversas condições, como artrite reumatoide e Covid-19. Inclusive, para essas indicações, ele já foi incorporado ao Sistema Único de Saúde (SUS). Recentemente, o medicamento foi aprovado para dermatite atópica.

Nos Estados Unidos, alguns médicos já usavam o baricitinibe para alopecia antes mesmo da aprovação

da FDA. A diferença é que agora, é possível solicitar a cobertura do tratamento, que é considerado de alto custo, aos planos de saúde. O preço de tabela no mercado norte-americano é de quase 2.500 dólares ao mês.

Dois outras empresas, a Pfizer e a Concert Pharmaceuticals, também contam com medicamentos semelhantes, conhecidos como inibidores de JAK, cuja eficácia está em avaliação. Assim como o baricitinibe, essas outras drogas já estão no mercado para o tratamento da artrite reumatoide e outras doenças autoimunes.

A droga da Lilly foi estudada em dois ensaios, patrocinados pela empresa e publicados no mês passado na revista *New England Journal of Medicine*, envolvendo 1.200

pacientes com a doença. Quase 40% dos que tomaram a droga tiveram um crescimento de cabelo completo ou quase completo após 36 semanas. Depois de um ano, a taxa aumentou para quase 50% dos voluntários.

Os efeitos colaterais foram considerados leves e incluíram um pequeno aumento do risco de acne e infecções como a do trato urinário. Essas consequências foram facilmente tratáveis ou melhoraram sem tratamento.

RESULTADO PROMISSOR

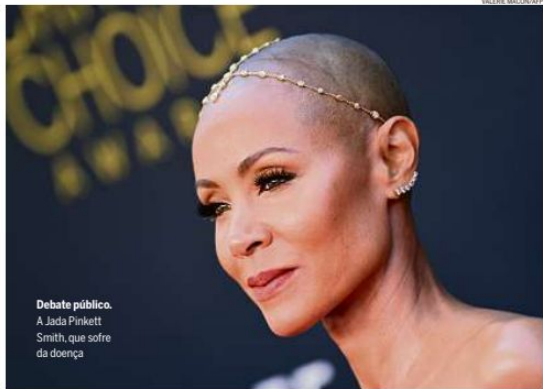
Em um editorial que acompanhou a publicação do estudo na *New England*, os médicos Andrew Messenger, da Universidade de Sheffield, e Matthew Harries, da Universidade de Manchester, consideraram as

conclusões do estudo da Lilly "impressionantes". E acrescentaram que os resultados "representam os primeiros ensaios publicados de fase 3 de qualquer tratamento para essa condição".

O médico Brett King, professor de dermatologia da Universidade de Yale, está à frente de todos os estudos que avaliam a eficácia desses medicamentos para a alopecia areata. Ele disse estar otimista de que a taxa de sucesso das drogas aumentará.

King é considerado o responsável pelo interesse no uso de inibidores de JAK para tratar alopecia areata. Tudo começou entre 2012 e 2013, quando ele notou três estudos envolvendo camundongos que indicaram que esses medicamentos poderiam reverter a queda de cabelo.

VALENTIN MACINTOSH



Debate público.
A Jada Pinkett Smith, que sofre da doença

Mais de 300 mil americanos vivem com alopecia areata grave, de acordo com a FDA. A doença ficou mais conhecida após a cerimônia do Oscar, quando o ator Will Smith deu um tapa no comediante Chris Rock como reação a uma piada sobre a careca de sua esposa, Jada Smith. Ela é completamente calva devido ao problema.

Origem obscura.

Perda de cabelo causada pela alopecia é multifatorial e inclui reação autoimune

MÚLTIPLAS CAUSAS

Segundo a Sociedade Brasileira de Dermatologia, a condição é uma doença inflamatória sem causa específica. Diversos fatores estão envolvidos no seu desenvolvimento, como a genética e até uma questão autoimune. Fatores emocionais, traumas físicos e infecções podem desencadear ou agravar o quadro.

Para a maioria dos pacientes, a doença se manifesta como uma ou algumas pequenas regiões calvas na cabeça. Mas aqueles com casos graves têm uma progressão acentuada. Três meses ou até três semanas depois das manifestações, eles não têm mais pelo algum.

A perda de cabelo severa não apenas "rouba a identidade de uma pessoa", mas é "uma questão médica", explica a dermatologista Natasha Atanaskova Mesinkovska, acrescentando que, quando as pessoas perdem cabelo no nariz e nas orelhas, isso afeta as alergias e a audição.

Um dos primeiros pacientes de King foi Kyle. Quando tinha 25 anos, ele procurou o médico para tratar sua psoríase. Ele quase não tinha cabelo e sua cabeça e corpo tinham grandes placas escamosas e vermelhas.

Por sugestão do médico, o paciente adotou um tratamento inédito, com uma droga aprovada para artrite reumatoide. King deixou claro que só havia evidências de estudos em ratos. Kyle passou a tomar tofacitinibe, um inibidor de JAK da Pfizer semelhante ao medicamento da Lilly. Oito meses depois, seu cabelo estava de volta.

*Com *The New York Times*

STJ autoriza três pessoas a plantarem maconha

Decisão do tribunal trata de casos específicos de uso medicinal, mas pode abrir precedente para outras cortes

ANDRÉ DE SOUZA
andre.menai@fotoblog.com.br
BRASÍLIA

A Sexta Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) concedeu dois salvo-condutos para o cultivo de maconha com fim medicinal. Com isso, três pessoas que apresentaram recursos à Corte poderão manter o plantio sem risco de sofrer reprimendas do Estado. A decisão, proferida por unanimidade, tem efeito imediato apenas para esses casos específicos, mas, como partiu de um tribunal superior, serve de precedente para outras cortes e juízes.

Foi a primeira vez que o STJ concedeu um salvo-

conduto para o cultivo da planta com fins medicinais. O relator de um dos processos, o ministro Rogério Schietti, afirmou que o Estado brasileiro se omite diante do tema. Atualmente, já é possível fazer uso da maconha para a saúde, mas é preciso importar o produto. Não há regulamentação do cultivo. A importação, por sua vez, é mais cara, o que restringe o acesso ao tratamento.

Numa das ações, há dois beneficiados, uma tia e seu sobrinho. A outra atinge um único usuário com diabetes e ansiedade. Com a decisão, eles não correrão mais o risco de sofrerem repressão ou de



Contrastes. Atualmente, é possível fazer uso da maconha para a saúde no país, mas é preciso importar o produto, por preços inacessíveis a parte da população

serem investigadas pela polícia e pelo Ministério Público.

— Hoje ainda temos uma negativa do Estado brasileiro, quer pela Anvisa, quer pelo Ministério da Saúde, em regulamentar essa questão. Nos autos transcrevemos decisões dos órgãos mencionados. A Anvisa transferindo ao Ministério da Saúde essa responsabilidade, o ministério eximindo-se. E assim milha-

res de famílias brasileiras ficam à mercê da omissão, inércia e desprezo estatal por algo que, repito, implica a saúde e bem-estar de muitos brasileiros, a maioria incapacitada de custear a importação dessa medicação — disse o ministro Schietti.

Ele também disse ser preciso afastar preconceitos e criticou discursos moralistas, muitas vezes baseados

em dogmas religiosos:

— O discurso contrário a essa possibilidade é um discurso moralista, muitas vezes com cunho religioso, baseado em dogmas, falsas verdades e estigmas. Quando se fala maconha, parece que tudo que há de pior advém da palavra, quando é uma planta medicinal como outras.

O ministro Sebastião Reis, relator da outra ação, que be-

neficia uma pessoa, fez coro:

— Simplesmente tachar de maldita uma planta porque há preconceito, sem um cuidado maior em se verificar os benefícios, é de uma irresponsabilidade total.

O ministro Antonio Salda-

na falou do papel da corte:

— Infelizmente o Judiciário tem que entrar nessa seara como um ato de resistência ao obscurantismo.

Dieta rica em gordura eleva resistência das células

Chamada de cetogênica, alimentação com pouco carboidrato pode ser uma chave para combater envelhecimento

EVELIN AZEVEDO
evelin.machado@fotoblog.com.br

Ter uma alimentação rica em gordura e pobre em carboidratos — a famosa dieta cetogênica — pode tornar as células musculares e de outros tecidos do corpo mais resistentes ao estresse e combater o envelhecimento. É o que concluíram os pesquisadores da Faculdade de Medicina da Universidade de Stanford, nos Estados Unidos, em um estudo recentemente publicado na revista Cell Metabolism.

A dieta cetogênica vem ga-

nhando adeptos que buscam o emagrecimento. Apesar de parecer contraditório — ingerir mais gordura com o objetivo de emagrecer — esse tipo de alimentação faz sentido. O corpo humano usa preferencialmente carboidratos para a obtenção de energia. Quando esse macronutriente falta, a gordura é utilizada no lugar. Esse regime alimentar “treina” o organismo para isso, aumentando a perda de reservas adiposas.

Os cientistas observaram que o jejum e a dieta cetogênica enviam as células-tronco musculares para um esta-

do de repouso profundo que retarda o reparo muscular, mas também as torna mais resilientes ao estresse.

A pesquisa explora como o corpo responde à privação e à abundância de alimentos e dá pistas sobre o efeito do envelhecimento na capacidade de regenerar e reparar tecidos danificados. Embora o estudo tenha se concentrado em células-tronco musculares, os pesquisadores acreditam que as descobertas são aplicáveis a outros tipos de tecidos em todo o corpo.

Segundo Thomas Rando, professor de neurologia e ci-

ências neurológicas e principal autor do estudo, os tecidos do corpo experimentam uma cicatrização mais lenta e menos completa à medida que envelhecemos. O trabalho mostrou que o jejum ou a dieta cetogênica ajudam as células-tronco musculares a sobreviverem por mais tempo diante do estresse gerado pela privação de alimentos, até que os nutrientes voltem a estar disponíveis.

Em um dos experimentos feitos pela equipe de Stanford em camundongos, os animais que jejuaram entre 1 e 2,5 dias foram menos capazes de re-

generar músculos em suas patas traseiras em resposta a lesões do que os roedores que não jejuaram. Essa capacidade regenerativa reduzida persistiu por até três dias depois que os animais começaram a se alimentar novamente e retornaram ao peso normal, o que ocorreu uma semana após a privação de calorias.

Em outro experimento, células-tronco musculares de roedores mais velhos foram tratadas com corpos cetônicos (produtos da digestão da gordura) por uma semana. Apesar de as células musculares envelhecidas terem um cresci-

mento pior em laboratório quando comparadas às de animais mais jovens, elas sobreviveram pelo mesmo tempo.

SUPERRESISTÊNCIA

O autor afirma que a maioria das células-tronco musculares cultivadas em laboratório morre quando transplantadas. Porém, quando estão em um estado de repouso chamado de quiescência profunda induzida por cetona, elas se tornam capazes de suportar muitos tipos de estresse.

Embora mais pesquisas precisem ser feitas, os resultados são intrigantes, disseram os pesquisadores. Equilibrar essas variáveis — redução da regeneração e maior resistência a estresse — pode ajudar a combater o envelhecimento e melhorar a função das células-tronco no corpo.

EUA liberam smartwatch para monitorar sinais do Parkinson

Aplicativo usado no dispositivo da Apple recebeu aval de agência regulatória

EDUARDO F. FILHO
eduardo.filho@fotoblog.com.br
SÃO PAULO

A Food and Drug Administration (FDA), agência que regula medicamentos nos Estados Unidos, autorizou a startup Rune Labs, de São Francisco, a utilizar o Apple Watch no monitoramento de tremores e outros sintomas comuns em pacientes com Parkinson.

Um grupo de pesquisadores da empresa de tecnologia americana já havia publicado um estudo em 2021, nare-

vista Science Translational Medicine, mostrando que o relógio era eficaz para monitorar sintomas da doença.

O aplicativo desenvolvido pela startup usa sensores de movimento integrados ao relógio para detectar quedas. Além disso, dados do Apple Watch serão combinados com informações de outras fontes relacionadas a medicina, como um implante Medtronic que poderá medir sinais cerebrais.

A combinação desses dados servirá para ajustar o

tratamento dos pacientes. Segundo o presidente-executivo da empresa, Brian Pepin, a maioria dos médicos precisa de anos para observar os sintomas de Parkinson em um paciente durante uma breve visita clínica. Toda essa etapa será feita pelo relógio, que medirá e coletará um fluxo contínuo de dados e enviará diretamente ao profissional.

— No processo de dar a alguém a terapia ideal, a combinação de medicamentos e dispositivos, ou até mesmo



No pulso. App poderá ser usado para monitoramento da doença por médicos

definir se um paciente pode ou não ser adequado para determinado ensaio clínico, é uma decisão muito difícil quando você tem apenas um pouco do contexto — explicou o presidente.

Não é de hoje que a Apple visa fazer parcerias com star-

tups relacionadas à saúde física e mental. Recentemente, a empresa fechou um acordo com a Johnson & Johnson para estudar se o smartwatch pode ser usado na redução de derrames.

Há pelo menos quatro anos, a Apple tenta adicio-

nar um monitor de pressão arterial ao seu relógio digital. O plano deve se completar apenas em 2024, adiado por dificuldades das equipes em alcançar a precisão necessária ao lançamento.

Atualmente, os dispositivos da gigante da tecnologia e de sua rival Samsung já oferecem a opção de medição de pressão, mas a tecnologia por enquanto exige que os relógios passem por uma calibração mensal com um monitor convencional.

Entre outras novidades recentes no campo dos vestíveis voltados para a saúde está a e-skin, uma “pele eletrônica” colado ao corpo por meio de spray. Desenvolvido pela Universidade de Tóquio, é capaz de captar batimentos cardíacos e impulsos elétricos dos músculos, para monitorar doenças crônicas.

QUEM PODE SE VACINAR

HOJE

RIO DE JANEIRO (RJ)
D4 para trabalhadores da saúde a partir de 30 anos

SÃO PAULO (SP)
Quinta dose para pessoas com 50 anos ou mais imunossuprimidas

BELO HORIZONTE (MG)
D3 para adolescentes de 14 e 15 anos

OUTRAS CIDADES
CURITIBA (PR)
Reforço e repescagem
BRASÍLIA (DF)
Reforço e repescagem
PORTO ALEGRE (RS)
Reforço e repescagem

MAIS DETALHES DA VACINAÇÃO

Aponte a câmera do seu celular para o QR e veja o calendário de algumas cidades

MAIS À FRENTE

AMANHÃ — Não haverá vacinação

AMANHÃ — Não haverá vacinação

BEM-ESTAR



Marcio Atalla
Formado em Física com especialização
em tratamento de doenças da alergia e
pós-graduação em Nutrição pela USP



Quero meu arroz com feijão!

Você já escutou a frase: não vou comer arroz com feijão porque é muito pesado! Talvez até você já tenha até feito essa afirmação. Ninguém sabe por que, mas o arroz e o feijão viraram uma duplinha do horror, que engorda, que pesa ou que é de difícil digestão.

Eu adoro comer um prato de arroz com feijão, puro. E nada mais. Só a dupla. Ainda mais quanto está fresquinho, saindo da panela direto pro prato. Você já experimentou? Eu te desafio a testar. Sabe o que vai acontecer cerca de duas horas depois? Você

vai estar com fome!! E certamente não é porque pesa e nem porque a digestão é ruim, mas ao contrário: o arroz com feijão é uma dupla perfeita em sua combinação, pelo fornecimento de fibras, vitaminas, minerais. Carboidrato e proteína vegetal juntos, com baixas calorias. Sim!

Um belo prato de 300 gramas de arroz com feijão fornece cerca de 350 calorias. Achou muito? Tente lembrar do que você come todos os dias. Um lanche saudável, por exemplo, com banana e suco de laranja, já tem cerca de 300 calorias. Percebeu?

Mas, vale lembrar: estou falando do feijão feito sem carnes, sem excessos de gordura na preparação e o típico arroz soltinho caseiro. Estou falando da dupla que fornece carboidrato, cerca de 12 gramas de fibras, é fonte de proteína vegetal, e dos minerais ferro, cálcio e magnésio.

Mas, por que o arroz com feijão virou esse inimigo? Eu não sei dizer. Talvez porque não seja caro, e seja muito comum. "Precisamos" alimentar a indústria com produtos "exclusivos, caros, indispensáveis" (ou não).

Segundo dados do Vigilante de 2020, atualmente o brasileiro consome por dia cerca de 275 gramas da mistura arroz com feijão, sen-

do 142 gramas de arroz e 132 de feijão. De 2009 pra cá, os brasileiros que costumavam comer arroz com frequência passaram de 84% para 76%, e os que comiam feijão regularmente eram 73% e hoje são apenas 60%. O consumo caiu. Mas, se é o feijão com arroz que faz o ovo engordar,

A dupla fornece carboidrato, cerca de 12g de fibras, é fonte de proteína vegetal, e dos minerais ferro, cálcio e magnésio

porque será que de 2009 pra 2022 os números de obesidade e sobrepeso no Brasil, só fizeram crescer? Crescer não, explodir! Os casos de obesidade aumentaram quase 70%, e mais da metade da população já tem excesso de peso.

Pra quem não sabe os parâmetros do que é considerado sobrepeso e obesidade, basta fazer o cálculo do IMC (dividir o peso pela altura ao quadrado) e se o resultado for entre 18,5 e 24,5 significa que o peso está normal; entre 25 e 29,9, está com sobrepeso; entre 30 e 39,9, já é obesidade, sendo que acima de 40 é o que chamamos de obesidade mórbida.

Enquanto isso, na Coreia do Sul, acontece algo diferente. O arroz branco é consumido sem medo por lá. Enquanto o brasileiro tem

consumido cerca de 34 quilos por ano, por pessoa, os coreanos comem 142 quilos por ano, por pessoa. E ao contrário da nossa população, que vive uma epidemia de obesidade, na Coreia do Sul há apenas 4,3% da população com obesidade! Em comparação, a média mundial do problema é de 17,2%. Definitivamente a culpa não é do arroz.

E falando do feijão? Uma ótima fonte de proteína vegetal, que vem sendo substituída por outras, sobretudo por animais. Aquela famosa e monótona prato das dietas, salada com filé grelhado, só aquela carne, se tiver o mesmo peso (300 gramas) do nosso arroz com feijão, vai fornecer em torno de 700 calorias. Cerca de 250 calorias por 100 gramas, só que junto com um monte de gordura saturada e nenhuma fibra.

Pra quem quer um prato completo e equilibrado, seria uma quantidade menor de arroz com feijão (uns 200 gramas), com uma bela salada, e uma porção de proteína, podendo ser animal, se for do gosto do cliente, também menor (uns 100 gramas). Assim, garantimos fornecimento de todos os nutrientes, fibras, vitaminas e minerais necessários. O que não dá é pra jogar o arroz com feijão pra fora do prato e colocar uma coroa no filé e suas variações.



Menos é mais? Fracionar doses de imunizante é uma alternativa que já rendeu frutos positivos em epidemias como as de febre amarela e pólio e teria impacto sanitário coletivo em todo o planeta

MARIANA ROSÁRIO
mariana.rosario@poglobo.com.br
SÃO PAULO

Um novo estudo iniciado recentemente no Brasil testa uma estratégia de vacinação capaz de alcançar mais pessoas com menos doses de imunizantes contra Covid-19: reforço com aplicações fracionadas de vacinas já aprovadas pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), além de dezenas de agências

internacionais. São 700 pessoas participantes nas cidades de Belém (PA) e Natal (RN).

O trabalho é fruto de uma parceria entre os pesquisadores de Oxford responsáveis por desenvolver a vacina contra a Covid-19 no Brasil e no Reino Unido além da Coalizão para Inovações em Preparação para Epidemias (CÉPI).

Neste momento, a pesquisa já recruta voluntários e busca analisar a respos-

ta desses "boosters" fracionados em pessoas com vacinação inicial com a CoronaVac há pelo menos seis meses. Divididos em grupos, os participantes receberão doses — fracionadas ou completas — dos imunizantes Oxford/AstraZeneca ou Pfizer/BioNTech.

— Estamos testando meia dose de vacinas comparando com dose inteira. Essa estratégia pode definir novas políticas em relação a intervalos de aplicação, produ-



"Estamos testando meia dose de vacinas comparando com dose inteira. Essa estratégia pode definir novas políticas em relação a intervalos de aplicação, produção e oferta"

Sue Ann Clemens, principal investigadora do estudo

ção e oferta, e diminuir reatogenicidade das vacinas, uma vez que reduzimos a dose — explica Sue Ann Clemens, principal investigadora deste estudo e autora do livro "História de uma vacina: O relato da cientista brasileira que liderou os testes da vacina Oxford/AstraZeneca no país".

Embora caia como uma luva para a atual situação, — em que países mais pobres não conseguem arcar com a logística de vacina-

ção contra a Covid-19 — a estratégia de fracionar doses de imunizante é uma alternativa que já rendeu frutos positivos em epidemias de febre amarela e pólio.

Clemens afirmou que há interesse do Ministério da Saúde, parceiro da análise, para saber o desfecho do estudo. Ela explica que ter evidências sobre a vacinação é uma estratégia de governo para conter a Covid-19 e que pode ser utilizada no futuro.

REFORÇO NA BERLINDA

O Brasil, vale dizer, apresenta dificuldades em avançar na vacinação de reforço.

De acordo com levantamento realizado pelo Ministério da Saúde a pedido do GLOBO, 46 milhões de adultos ainda não foram aos postos receber a terceira aplicação contra a Covid-19 — um passo fundamental para reduzir a força da variante Omicron e suas derivadas, em ampla circulação no país atualmente.

Outros 17 milhões de brasileiros nem mesmo foram aos postos de saúde receber a segunda dose, ou seja, estão apenas com uma única dose de imunizante contra Covid-19 no braço, o que já era insuficiente e ficou ainda mais diante da alta de casos atual no país.

Especialistas em saúde explicam que, em casos assim, o atraso vacinal se dá por falsa sensação de segurança, medo de efeitos adversos e uma comunicação errônea de que a terceira dose, por exemplo, seria uma aplicação extra, fundamental somente aos grupos de risco — o que é um entendimento equivocado.

OMS avalia se varíola dos macacos é emergência de saúde

Organização fará reunião no próximo dia 23 para decidir status da doença que já registrou mais de 1.300 casos no mundo

A Organização Mundial da Saúde (OMS) anunciou ontem que convocará uma reunião de seu comitê de emergência no próximo dia 23 para avaliar se a varíola dos macacos representa uma "emergência de saúde pública de alcance internacional", como é o caso da Covid-19.

A proliferação atual de casos de "incomum e preocupante", declarou o diretor-geral da organização, Tedros Adhanom Ghebreyesus, em coletiva de imprensa. Segundo o representante da OMS, essa disseminação fora do esperado é o que

motivou a futura reunião. Adhanom também disse que o órgão monitora os relatos do Brasil, incluindo uma morte da doença que, se confirmada, seria a primeira do mundo nesse surto.

A varíola dos macacos pode causar febre, dor de cabeça, dores musculares, dor nas costas, gânglios linfáticos inchados, calafrios e fadiga. Além disso, é caracterizada pelas erupções cutâneas (na face, palmas das mãos, solas dos pés), lesões, pústulas e crostas. Seus sintomas geralmente desaparecem dentro de duas a três semanas.



Alerta. O diretor-geral Tedros Adhanom diz que OMS monitora situação no Brasil, em que uma morte é suspeita

De acordo com a organização, em 8 de junho, o número de casos confirmados em países fora de regiões onde o

vírus monkeypox é endêmico havia chegado a 1.300. A doença é comum em 11 países da África Ocidental e na

África Central. Enquanto isso, a Comissão Europeia e o laboratório dinamarquês Bavarian

Nordic anunciaram também ontem que fecharam um contrato para a compra de mais de 100 mil doses da vacina contra a varíola dos macacos para os países do bloco.

O imunizante é comercializado com o nome de Imvanex na Europa; Jynneos, nos Estados Unidos, e Imvamune, no Canadá. Ele foi autorizado pelo órgão europeu em 2013 para a varíola em adultos.

No início de junho, a agência reguladora europeia de medicamentos (EMA) anunciou que havia iniciado negociações com a Bavarian Nordic para eventualmente ampliar seu uso contra a varíola dos macacos, uma vez que a vacina contra a versão tradicional da varíola também funciona para o patógeno atual.



UMA FORÇA PARA A TROPA

Policiais que bateram meta de redução da violência vão receber R\$ 59 milhões

CAROLINA HERINGER
carolina.heringer@o Globo.com.br

A notícia foi bem recebida em quartéis e delegacias fluminenses — e não é para menos. De uma tacada só, o governo do estado promete pagar, ainda esta semana, a premiação referente a três semestres atrasados do Sistema Integrado de Metas, programa de bônus concedido a policiais civis e militares pela redução de índices de criminalidade em suas áreas de atuação. Mais de R\$ 59 milhões serão distribuídos em 57.106 prêmios — 86,4% do valor total vai beneficiar 25,2 mil PMs, ou seja, mais da metade da corporação. O restante irá para policiais civis.

— A retomada do pagamento dessa premiação foi conseguida graças a um forte trabalho de gestão de recursos que estamos fazendo no governo. É um reconhecimento ao trabalho diário das polícias Civil e Militar de manter nosso estado mais seguro — disse o governador Cláudio Castro, em vídeo divulgado na internet.

O último pagamento do sistema de metas foi feito em janeiro de 2021. Na ocasião, foram liberadas as gratificações referentes ao segundo semestre de 2018 e ao primeiro de 2019. O governo pretende agora pagar os prêmios do segundo semestre de 2019 e os dois de 2020, deixando em aberto os do ano passado.

O programa premia policiais de batalhões e delegacias de áreas onde foram batidas metas de redução de índices considerados estratégicos, como letalidade violenta — que engloba homicídio e lesão corporal seguida de morte, por exemplo — e roubos. A morte por intervenção policial tinha sido retirada do indicador em setembro de 2019, no governo de Wilson Witzel, mas em dezembro do ano seguinte votou a fazer parte da lista de crimes a serem reduzidos para que os policiais recebam a premiação.

Nesse sistema montado pelo governo que estabeleceu as metas a serem alcançadas, os policiais da área que ficou em primeiro lugar recebem R\$ 3 mil. Os do segundo lugar ganham R\$ 2 mil, e R\$ 1,5 mil é pago aos que conquistam a terceira colocação. Aqueles que conseguiram bater parte da meta, ficando sem colocação específica, também recebem a gratificação proporcional ao resultado alcançado. O valor mais baixo pago é R\$ 350. Para outras unidades operacionais e administrativas que não têm como medir a produtividade em relação a índices de criminalidade, há um prêmio de “boas práticas”, que podem ser projetos ou iniciativas de gestão.

O número de unidades

APTOS À PREMIAÇÃO

Receberão a bonificação policiais militares e civis dos batalhões e delegacias das áreas que bateram as metas de redução dos índices de criminalidade



Efetivo: 43.631

Editoria de Arte

premiadas por produtividade cresceu nos últimos anos. Das 39 Áreas Integradas de Segurança Pública (Aisps) do estado, 19 foram escolhidas no segundo semestre de 2019, 25 no primeiro semestre de 2020 e 28, no segundo. No topo dessa lista, estão sete áreas. Apenas duas estão localizadas na capital. A região do 15º BPM (Duque de Caxias), que engloba ainda quatro delegacias da cidade, ficou em primeiro lugar no segundo semestre de 2019. No primeiro semestre de 2020, a Aisp ficou em segundo lugar. Um policial lotado nas unidades nos dois períodos, por exemplo, terá mais R\$ 5 mil em seu contracheque.

'BOAS PRÁTICAS'

A área do 35º BPM (Itaboraí), que inclui quatro cidades, ficou em terceiro lugar nos dois semestres de 2020. Policiais que estavam no batalhão ou em uma das cinco delegacias da região nos dois períodos vão embolsar R\$ 3 mil.

Na lista da premiação por boas práticas figuram unidades como a Subsecretaria de Inteligência da Polícia Civil, a Delegacia de Homicídios da Baixada Fluminense, o Hospital Central da Polícia Militar e a Diretoria de Licitações da PM. Nesse quesito, são escolhidas três iniciativas da Polícia Civil e outras três, da Polícia Militar.

O Sistema Integrado de Metas é previsto em decreto, mas as marcas a serem batidas não são fixas. Os números são estabelecidos trimestralmente em comum acordo com as secretarias de Polícia Civil e da Polícia



Militar e o Instituto de Segurança Pública. O cálculo é feito tendo como base os resultados dos indicadores registrados no mesmo semestre do ano anterior.

O governo do estado não informou de que forma foi possível restabelecer o pagamento nem de onde sairá a verba para os policiais. Segundo dados fornecidos pela Secretaria de Polícia Militar, das mais de 57 mil premiações, 48,7 mil foram concedidas a 25,2 mil PMs. No total, R\$ 51,2 milhões serão pagos aos militares. Procurada, a Polícia Civil não informou quantos agentes serão beneficiados.

Presidente do sindicato dos delegados do Estado do Rio (Sindelpol), o delegado Leonardo Salgado afirma que a entidade vê a iniciativa de Castro como

algo positivo:

— É algo que as polícias aguardavam. O governo pelo menos está regularizando esse pagamento e esperamos que não haja mais esse atraso.

SINDICATO COMEMORA

O vice-presidente do sindicato dos policiais civis do estado, Luiz Cláudio Cunha, ressaltou que, como o programa foi criado para incentivar a redução dos índices de criminalidade, o correto é que não haja atraso no pagamento. Ele alerta que a demora pode fazer com que os agentes não se sintam estimulados a buscar melhores resultados.

— Vejo com bons olhos (o pagamento) porque é um compromisso do governo com os policiais. Mas lamento o atraso. O programa

tem um objetivo que é, em tese, dar incentivo para que os policiais cumpram a meta e sejam remunerados por isso. Então, é lamentável que esse reconhecimento demore tanto — disse o sindicalista.

Cunha criticou a incerteza sobre o recebimento: — Foram dois anos de frustração e dúvida porque não sabíamos se seríamos pagos nem quando receberíamos. Isso é muito negativo.

O atual programa de metas foi criado em 2009, no governo de Sérgio Cabral. Essa premiação foi na contramão da controversa “gratificação fareste”, paga, nos anos 90, a policiais que participavam de operações que resultavam em morte de acusados. Os agentes tinham aumento no salário de até 150% devido a “atos de bravura”.

Reforço no contracheque. Policiais militares vão receber 86% do valor que será liberado esta semana pelo governo do estado



“A retomada do pagamento dessa premiação foi conseguida graças a um forte trabalho de gestão de recursos”

Cláudio Castro, governador

“O programa tem um objetivo que é, em tese, dar incentivo para que os policiais cumpram a meta. Então é lamentável que esse reconhecimento demore tanto”

Luiz Cláudio Cunha, vice-presidente do sindicato dos policiais civis do estado

Tempo

TEMPERATURA

>40° 37°/40° 33°/36° 29°/32° 25°/28° 20°/24° 16°/19° 12°/15° <12°

PREVISÃO

Sol Nublado parcial Nublado Parcial de chuva Nublado com chuva Chuva e trovoadas Gelo

SOL E LUA

Maç. 08:15 Pôrdo. 20:05

Chão de Rio 04:30

Topo do Rio 15:05

Nova 23:05

Oriz. 06:07

MARÉ

Hora Alta

Maré Alta 0,5m

Maré Baixa 1,3m

Maré Média 0,3m

Maré Baixa 1,3m

PREVISÃO

ZONA SUL

ZONA NORTE

ZONA LESTE

HOJE 15/23° 14/24° 14/24°

AMANHÃ 15/24° 14/26° 13/25°

SÉXTA 16/27° 14/29° 14/28°

SÁBADO 17/27° 16/28° 17/27°

DOMINGO 18/21° 17/22° 17/21°

SEGUNDA 17/22° 16/23° 17/22°

TERÇA 16/23° 15/24° 16/23°

SENSAÇÃO TÉRMICA/RIO

PROBABILIDADE DE CHUVA

HOJE 12/23° Baixa

AMANHÃ 13/25° Baixa

SÉXTA 14/28° Baixa

SÁBADO 17/27° Alta

DOMINGO 16/21° Alta

SEGUNDA 15/22° Alta

TERÇA 15/23° Alta

PREVISÃO

ZONA SUL

ZONA NORTE

ZONA LESTE

HOJE 15/23° 14/24° 14/24°

AMANHÃ 15/24° 14/26° 13/25°

SÉXTA 16/27° 14/29° 14/28°

SÁBADO 17/27° 16/28° 17/27°

DOMINGO 18/21° 17/22° 17/21°

SEGUNDA 17/22° 16/23° 17/22°

TERÇA 16/23° 15/24° 16/23°

SENSAÇÃO TÉRMICA/RIO

PROBABILIDADE DE CHUVA

HOJE 12/23° Baixa

AMANHÃ 13/25° Baixa

SÉXTA 14/28° Baixa

SÁBADO 17/27° Alta

DOMINGO 16/21° Alta

SEGUNDA 15/22° Alta

TERÇA 15/23° Alta

PREVISÃO

ZONA SUL

ZONA NORTE

ZONA LESTE

HOJE 15/23° 14/24° 14/24°

AMANHÃ 15/24° 14/26° 13/25°

SÉXTA 16/27° 14/29° 14/28°

SÁBADO 17/27° 16/28° 17/27°

DOMINGO 18/21° 17/22° 17/21°

SEGUNDA 17/22° 16/23° 17/22°

TERÇA 16/23° 15/24° 16/23°

SENSAÇÃO TÉRMICA/RIO

PROBABILIDADE DE CHUVA

HOJE 12/23° Baixa

AMANHÃ 13/25° Baixa

SÉXTA 14/28° Baixa

SÁBADO 17/27° Alta

DOMINGO 16/21° Alta

SEGUNDA 15/22° Alta

TERÇA 15/23° Alta

Com onda de frio, procura por abrigos no Rio sobe 27%

Baixa temperatura faz com moradores de rua busquem unidades da prefeitura. Mínima deve ficar em 13 graus esta semana

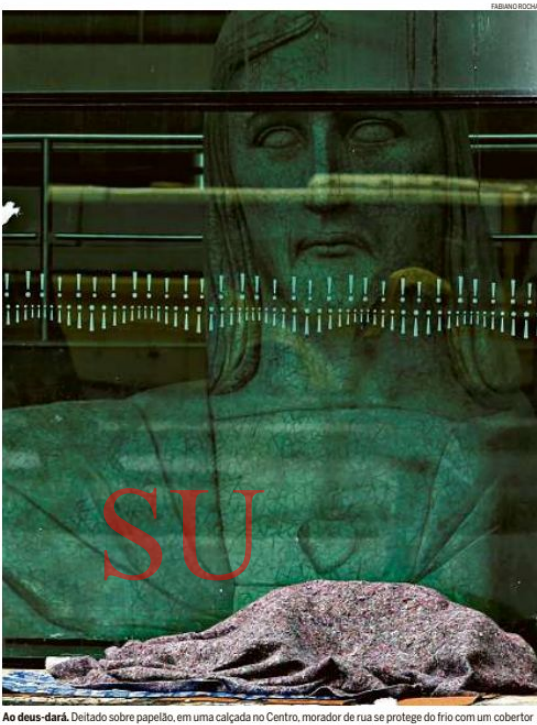
NATÁLIA OLIVEIRA
natalia.oliveira@oglobo.com.br

A onda de frio na cidade do Rio levou a um aumento na procura por abrigos da Prefeitura. Com os termômetros registrando mínimas perto dos dez graus, a Secretaria municipal de Assistência Social verificou, no último fim de semana, crescimento de 27% nos atendimentos de pessoas em situação de rua atrás de um lugar protegido da chuva e das baixas temperaturas.

Cristiano Costa de Moura, de 50 anos, foi um dos que aceitaram ser levados a um abrigo municipal. Ele,

que costumava dormir perto da Candelária, no Centro, chegou na noite de segunda-feira à Unidade de Reinserção Social Haroldo Costa, na Taquara. Segundo Cristiano, mesmo agasalhado, é impossível viver nas ruas com esse frio sem adoecer.

— Não tem como você se proteger do ar gelado que respira, da umidade. Junta isso com o vento, com os carros passando, com a poluição, com a chuva. Logo vem a irritação na garganta, a tosse. O que a rua te oferece? Um papelão e, no máximo, uma coberta. Mesmo se for um edredom muito pe-



So deus-dará. Deitado sobre papelão, em uma calçada no Centro, morador de rua se protege do frio com um cobertor

sado, você não consegue carregar e acaba sendo levado para o lixo — descreve.

No último fim de semana, 876 pessoas em situação de rua foram abordadas pelas equipes da prefeitura. A rede municipal conta com 53 unidades de acolhimento e criou 90 novas vagas para dar conta do aumento da demanda. Atualmente, 2.213 pessoas estão vivendo em abrigos municipais.

‘PRESENTE FORA DE ÉPOCA’
Nas ruas há 17 anos, Gilson de Miranda Pedrosa, de 60 anos, sofre de alcoolismo. Depois de “perder tudo” e passar 22 anos preso, Gilson diz que conseguiu uma vaga em um abrigo é um alento.

— Após tudo o que eu vivi na rua, encontrar um espaço seguro é um presente de Natal fora de época. O abrigo hoje é tudo na vida de quem quer viver. Eu vim para cá na sexta-feira, porque suportar o frio na rua não é nada fácil, mas, no fundo, no fundo, pior do que o frio é a saudade que bate do passado e das pessoas — contou emocionado Gilson, que também foi recebido na Unidade de Reinserção Social Haroldo Costa.

Segundo o Alerta Rio, as temperaturas vão ficar estáveis nos próximos dias, mas a mínima não deve passar dos 13 graus.

Perícia confirma que enteado foi envenenado

Cintia Dias Cabral, a madrasta, acusada de tentativa de homicídio contra Bruno, teve a prisão temporária prorrogada por mais um mês

PAOLA SERRA
paola.serra@oglobo.com.br

O laudo complementar de exame de corpo de delito feito a partir da análise do material gástrico de Bruno Carvalho Cabral, de 16 anos, mostra que o estudante foi vítima de “ação química, envenenamento por carbamatos”, compostos orgânicos

usados como inseticida. O documento ampara pedido do delegado Flávio Rodrigues, titular da 33ª DP (Realengo), de prorrogação por mais 30 dias da prisão temporária de Cintia Mariano Dias Cabral, madrasta de Bruno, deferido ontem pelo juiz Alexandre Abrahão Dias Teixeira, do II Tribunal do Júri. Ela é acusada de tentativa de homicídio contra o enteado.

No laudo, o perito Gustavo Figueira Rodrigues explica que o exame laboratorial revelou a presença de grânulos esféricos diminutos, de coloração azul escura, no organismo de Bruno — “forma de apresentação de raticida ampla e clandestinamente comercializado e conhecido como chumbinho”. A análise

química do material, no entanto, não revelou a presença de substâncias tóxicas. Segundo o perito, “o uso de carvão ativado promove a absorção do produto tóxico no estômago e ao longo do tubo digestivo, diminuindo não somente a absorção da substância tóxica, como também a probabilidade de detecção de exame laboratorial, sangui-

neo e do material coletado”. “O quadro clínico e a apresentação dos grânulos revelam quadro clássico de intoxicação por raticidas, carbamatos, aldicarb. Caso a vítima não tivesse sido submetida a tratamento imediato, como ocorreu, teria provavelmente evoluído para óbito”, assegura o laudo do IML. Na decisão, o juiz argumen-

ta que somente a manutenção da prisão de Cintia “possibilitará a eventual aplicação da lei penal e instantânea garantia da ordem pública, evitando-se a reiteração criminosa”. A madrasta também é investigada por suposto homicídio cometido contra a irmã de Bruno, Fernanda Carvalho Cabral, de 22 anos.

De acordo com o inquérito, Bruno começou a passar mal minutos após deixar a casa onde Cintia morava com seu pai, Adelson Cabral, no dia 15 de maio. Durante o almoço, teria reclamado que o feijão estava com gosto amargo.

IMAGENS QUE EMOLDURAM SENTIMENTOS.

Aponte a câmera do celular no Qr-Code e conheça nossas opções de molduras para avisos fúnebres e religiosos ou acesse anunciosreligiosos.oglobo.com.br

Anuncie agora via WhatsApp ou Telegram

☎ 2534-4333 de 2ª a 6ª feira, das 9h às 18h

Plantão 2534-5501 | Sábados, das 10h às 17h

Domingos e Feriados, das 16h às 19h

O GLOBO

O GLOBO

PREÇOS PARA AVISOS RELIGIOSOS E FÚNEBRES

	DIA ÚTIL	DOMINGO
LARGURA		
ALTURA		
1 col. (14,6 cm)	3 cm	R\$ 1.542,00
1 col. (14,6 cm)	4 cm	R\$ 2.088,00
1 col. (14,6 cm)	5 cm	R\$ 2.088,00
2 col. (14,6 cm)	3 cm	R\$ 2.088,00
2 col. (14,6 cm)	4 cm	R\$ 2.088,00
2 col. (14,6 cm)	5 cm	R\$ 2.088,00
3 col. (14,6 cm)	3 cm	R\$ 2.088,00
3 col. (14,6 cm)	4 cm	R\$ 2.088,00
3 col. (14,6 cm)	5 cm	R\$ 2.088,00
4 col. (14,6 cm)	3 cm	R\$ 2.088,00
4 col. (14,6 cm)	4 cm	R\$ 2.088,00
4 col. (14,6 cm)	5 cm	R\$ 2.088,00
5 col. (14,6 cm)	3 cm	R\$ 2.088,00
5 col. (14,6 cm)	4 cm	R\$ 2.088,00
5 col. (14,6 cm)	5 cm	R\$ 2.088,00

• Para outros formatos consulte: 2534-4333, de 2ª a 6ª feira, das 9h às 18h.

• Plantão: 2534-5501

Sábados: das 10h às 17h / Domingo e feriados: das 16h às 19h.

Leitores

MENSAGENS CARTAS@OGLOBO.COM.BR

As cartas, contendo telefone e endereço do autor, devem ser dirigidas à seção Leitores. O GLOBO, Rua Marquês de Pombal 25, CEP 20.230-240, pelo fax, 2534-5535 ou pelo e-mail cartas@oglobo.com.br

Perda de soberania

É irônico imaginar que justo no governo militarizado de Bolsonaro o Estado brasileiro esteja perdendo a soberania da Amazônia, não para nações estrangeiras, para o crime organizado.

FLÁVIO FRANKLIN DE AZEVEDO
RIO

Bolsonaro pôs as Forças Armadas na Amazônia, alegando que era para protegê-la. O desmatamento aumentou. Garimpeiros e madeireiros agem livremente com a proteção do Estado. Numa região com tantos rios, a água potável está escassa. A água e os peixes estão contaminados com mercúrio. Denunciar o que está errado é sentença de morte. Como se vê, o genocida veio mesmo para destruir o Brasil. Quem continua apoiando este desgoverno tem rabo preso com essa milícia que aniquila o país. Enfim, o Brasil é o túmulo da humanidade.

NELSON TANGERINI
RIO

Bruxas na floresta

A última tragédia humana na Amazônia desta vez não é para inglês ver. E por enquanto a boiada, ou melhor, a bruxa fica mais que nunca solta. Coitada da Amazônia, perdida de corpo e alma nas mãos do bruxo de serviço.

JEAN MARIE BRUCHE
RIO

'Governo é de direita'

Só numa república como o Brasil, a Polícia Federal precisa de mais 60 dias para investigar as fake news do presidente da República

sobre a vacina contra a Covid-19 que são de conhecimento público, como a de que, se você se vacinar, vai virar jaca ou pegar Aids. E também ainda não descobriu onde estão os desaparecidos indigenistas e jornalista britânico na Amazônia, tendo o principal suspeito do crime em mãos. Como disse o próprio Bolsonaro pelo fato de encerrar as buscas pelos desaparecidos políticos da famigerada ditadura brasileira, "é porque o governo é de direita".

PONTO FINAL.
VERA GERTEL
RIO

Leão que mia

A grande mídia, no afã da disputa com as redes sociais, especializa-se na criação de fantasmas e ameaças. Esse é um dos motivos para, dia sim, outro também, "alertar" para o risco da quebra institucional que será produzida por presidente e generais nas datas que ambos os lados escolhem, por suas conveniências. A realidade, entretanto, mostra que, apesar dos generais fascistas que catam moedas à volta da mesa presidencial, as FAs são muito mais que aquilo; também que, quando apertado, o leão mia como gatinho. 07 de Setembro de 2021 deixou isso muito claro.

CÂNDIDO ESPINHEIRA FILHO
RIO

Expert em trações

O ex-governador de São Paulo João Dória declarou que saiu da vida pública para não mais voltar. Como político, acostumado às trações e às

mentiras, ele sabe que existem poucas maneiras de se sair dela, e uma é por morte natural. Ou por morte provocada. Tem, ainda, a possibilidade (remotíssima) de ser preso, se bem que alguns conseguem se safar, sair da prisão e até voltar a disputar a Presidência da República, o Senado Federal etc. Claro que João — como pediu pra ser chamado — tem exitosa carreira como empresário, e "as chuteiras penduradas" de prefeito e governador do maior estado de América do Sul, além de comporem o currículo e cenário de sua bela mansão, provavelmente, estarão ali para lembrá-lo de algumas máximas de Maquiavel como: "A política ama a traição, mas abomina o traidor" e "Na política, os aliados de hoje são os inimigos de amanhã". Dória, como homem de marketing, também conhece várias estratégias para se voltar por cima, o que pode tê-lo convencido a bater em retirada num momento tão desconfortável e adverso como este. Para tentar voltar, muito em breve, ao cenário de trações, mentiras e outras "qualidades" que tanto viu de perto e, birras à parte, parece ter gostado.

JOÃO DI RENNA
QUISSAMA, RJ

Esparrela secular

Os candidatos à Presidência da República estão prometendo o que sabem que não poderão cumprir. O vale-tudo para se eleger já é antigo. Urge que estejamos alertas para que não caiamos mais uma vez nessa esparrela.

NILA MARIA DO CARMO SIQUEIRA
RIO

ACERVO **A legalização do divórcio no Brasil**

Proposta de Emenda Constitucional foi aprovada pelo Congresso há 45 anos



O STJ e os planos

Editorial do GLOBO ("STJ tomou decisão certa ao limitar a cobertura dos planos de saúde", 11 de junho) informa que as demandas relativas a saúde na Justiça resultaram em mais de 2,5 milhões de processos entre 2015 e 2020, segundo levantamento do Conselho Nacional de Justiça. Imaginando-se um tiquete médio atualizado de R\$ 30 mil por demanda (ninguém entra na Justiça por causa de R\$100), isso dará em média R\$ 15 bilhões por ano. Esse é o valor estimado que a decisão da maioria dos ministros do STJ poupará das operadoras de saúde às custas dos usuários de planos, ao decidir pelo rol taxativo da ANS. Também no GLOBO, informe publicitário das entidades que defendem os interesses das operadoras (12 de junho) diz cingidamente que "nenhuma cobrança adicional será feita em função da deliberação dos ministros". Como poderia haver cobrança adicional se as operadoras vão deixar de gastar cerca de R\$ 15 bilhões por ano? Uma decisão comprometida com a justiça e a sociedade deveria também obrigar a uma queda nos preços dos planos e seguros-saúde na mesma proporção que os custos economizados; ao invés disso fala-se em aumento de até 80% nos planos coletivos. A Justiça e a ANS têm que fazer alguma coisa!

RICARDO VILLA-FORTE
RIO

A decisão do STJ sobre o chamado "rol taxativo" possui uma lógica estranha: acredita que as empresas possuem mais conhecimento do estado de saúde dos pacientes do que os médicos que os acompanham. Pelo visto, os planos deixaram

de ser de cuidado à saúde para o de morte não assistida. Um retrocesso.

MARCOS MARQUES DE OLIVEIRA
NITERÓI, RJ

Machismo tóxico

Parabéns para o sempre impiedoso Leo Aversa! O que bela análise de um filme ("Top gun" e o machismo tóxico", 14 de junho)!

JULIETA SOUSA DA ROCHA
RIO

Leo, comecei o dia chorando de rir com teu texto! Muito bom!

IESA RODRIGUES
RIO

Um mega-Bangu I

A população do Rio está à mercê dos ladrões furtivos que todos os dias furtam tudo que encontram. Em breve, viver no Rio será considerado um ato de bravura, e quem ainda sobreviver terá que ser condecorado com a medalha de honra ao mérito por bravura de guerra. Diariamente os imóveis no bairro de Riachuelo sofrem os ataques dos meliantes, roubam portões, hidrômetros, canos, fiação elétrica, vasos de plantas, roupas, chinélos velhos e até vasilhas de cachorros beberem água. O absurdo maior ocorrido semana passada foi o dia em que roubaram os portões da delegacia de polícia em frente à Uerj, sem falar que levaram tudo de uma entidade espírita do local, inclusive as painéis e as quinientas que eram distribuídas aos necessitados. Prefeito, será que permitir o funcionamento de "ferros-velhos não contribui para esse estado de coisas? Será que uma fiscalização efetiva

protegeria os nossos lares? Claro que sim. Infelizmente, a continuar assim, seremos prisioneiros como os presos de Bangu I.

JOÃO CARLOS DA CUNHA
RIO

Vira-lata de Deus...

Estou vivendo uma nova fase na minha vida. Repleta de demonstrações de amor e de carinho. Como é gostoso cuidar de outro ser vivo que depende tanto de mim e me faz tão dependente dele também. É um verdadeiro transbordamento de pura fofura. Que nova comunidade é essa em que, como criança, dou bom dia alegre todos os dias. Papoça, Chico, Mike são os amiguinhos do meu Lobinho, um vira-latina que encheu minha vida de alegria. Deus existe. E se apresenta de várias formas.

JOSÉ CARLOS DA SILVA FILHO
RIO

... olha a capivara!

Alerto os donos de cães que passeiam às margens da lagoa para manterem seus animais na coleira e ficarem alertas à presença de capivaras. O cão do meu filho foi atacado e mordido por duas delas na altura do Parque da Catacumba. Ele tentou livrar o animal e também foi atacado e mordido, felizmente sem maior gravidade. Os guardas municipais que acorreram explicaram que os ataques têm se tornado cada vez mais frequentes e que todo o cuidado é pouco. No hospital em que ele foi atendido, informaram que está virando rotina receberem vítimas (graves) dos ataques, que estão se tornando rotina. A Prefeitura deveria pôr placas no local alertando para o perigo.

EVANDRO FAGY
RIO

NOVO APLICATIVO O GLOBO

A nova versão do app oferece funções que facilitam a navegação, além de unir todo o conteúdo on-line e impresso. Baixe agora ou atualize o aplicativo disponível na Apple Store e no Google Play



Como navegar
A tela inicial destaca o conteúdo on-line que pode ser atualizado

Em Editoriais, o leitor consegue acessar suas seções preferidas

Ao clicar no símbolo, o leitor pode salvar uma matéria para leitura posterior

O time de colunistas do GLOBO está reunido em um único lugar no app

EXCLUSIVO PARA ASSINANTES



CONSULTE CONDIÇÕES DA OFERTA NO SITE CLUBEOGLOBO.COM.BR

Compras mais baratas na internet

R\$ 10 desconto

Uma das maiores plataformas de e-commerce do Brasil,

o Submarino oferece desconto especial para assinantes O GLOBO. Graças ao Clube, compras acima de R\$ 40 no portal e no aplicativo saem com R\$ 10 OFF. Acesse o nosso site e confira o código promocional para aproveitar a oferta.



Uma noite embebada pelo rock

50% desconto

O cantor e compositor Jay Vaquer sobe ao palco do Teatro Rival



Refit, no Centro do Rio, no sábado. Assinante compra ingressos pela metade do preço. Veja mais detalhes da oferta em nosso site.

A atriz Leila Diniz figura na lista dos mortos de um acidente com o DC-8 da Japan Air Lines que caiu a 30km de Nova Délhi, na Índia, com 78 passageiros e 11 tripulantes a bordo. Leila, que voltava de um festival de cinema na Austrália, embarcava em Bangkok, na Tailândia, com destino a Londres. A lugosávia estreou ontem na Taça Independência impondo à Venezuela goleada como há muito não se via em Curitiba: 10 a 0. Outra estreia foi do Chile, que venceu o Equador em Natal, por 2 a 1. Portugal ganhou do Irã de 3 a 0 em Recife, e o Paraguai derrotou o Peru por 1 a 0, em Campo Grande.

LOTERIAS

LOTOFÁCIL (concurso 2.547): 1-2-9-10-12-15-16-18-19-21-22-23-24-25. QUINA (concurso 5.879): 23-30-62-73. DUPLA SENA (concurso 2.379): 1º sorteio — 7-9-21-29-34-36; 2º sorteio — 5-6-17-23-31-44

O leitor deve checar os resultados também em aplicativos oficiais e no site da CEF porque, com os horários de fechamento do jornal, os números aqui publicados, divulgados sempre no fim da noite pela CEF, podem eventualmente estar defasados.

Esportes



SIMULADOR DA COPA

Quem vai ser campeão no Catar?

Com 32 seleções definidas, ferramenta do GLOBO traça possíveis caminhos até a final



Braz resiste à ciranda no Flamengo e mantém poder

Dirigente conduz escolhas e demissões de técnicos e sobrevive à desgaste pela má fase do time, que hoje pega o Cuiabá

DIÓGO DANTAS

esportes@globo.com.br



Flamengo

Diego Alves, Mathusuzinho, Pablo, David Luiz e Ayrton Lucas; Jôlio Gomes, Andreas, Everton Ribeiro e Arrascaeta; Bruno Henrique e Gabigol.

Local: Maracanã. **Horário:** 20h30. **Árbitro:** Sívio Pereira Sampaio (DF). **Transmissão:** Premiere e Rádio CBN.



Cuiabá

Walter, Jôlio Lucas, Marlton, Paulão e Uendel; Camilo, Pepê e Rafael Gava; Felipe Marques e André.

De uma das cabines do Maracanã, onde o Flamengo volta a jogar hoje, contra o Cuiabá, às 20h30, o vice de futebol Marcos Braz tem assistido às cobranças da torcida rubro-negra, que vão além do técnico e dos jogadores, e chegam com força à diretoria em meio à péssima campanha no Brasileiro. O dirigente resiste à pressão externa e interna por mudanças e uma maior profissionalização da pasta.

Após se recuperar de um problema de saúde recentemente, Braz chamou para si a responsabilidade de mais uma troca de treinador, demitiu Paulo Sousa e contratou Dorival Júnior.

Aos mais próximos, Braz já indicou que não vai abandonar o barco em um momento ruim do clube.

Internamente, o prestígio junto ao presidente Rodolfo Landim se deve principal-



Escalção nova. Dorival Júnior conversa com jogadores no treino de ontem; técnico vai promover alterações na equipe para o jogo de hoje, contra o Cuiabá

mente ao papel que Braz ainda desempenha. Ainda que haja relatos de desgaste no comando do futebol, o dirigente responde diretamente pela pasta junto ao mercado e no trato com jogadores, agentes e funcionários do futebol do Flamengo.

Segunda disse uma fonte do mercado, Braz "manda no clube". Apesar de funções de diretor, gerente e supervisor abaixo do vice de futebol, é de Braz a palavra final.

Entre os atletas e membros

da diretoria, os sinais de desgaste durante a má fase foram claros. Braz foi questionado internamente por aparecer menos em público, defender menos o trabalho, os jogadores e o técnico, e se viu criticado também por conselheiros e torcedores, com direito a faixas na Maracanã, protesto na Gávea e no aeroporto.

O cenário gerou movimentação política no clube para que opções fossem cogitadas, mas tirar Braz não é tarefa fácil. O dirigente tem boa

entrada com alas da oposição e a guerra fria com vice-presidentes da gestão Landim é administrável. Um rompimento abrupto poderia gerar uma cisão incontornável.

CEBOLINHA MAIS PERTO

Dorival Júnior fará mudanças hoje. Filipe Luis, Rodrigo Caio, Arão e Thiago Maia ficaram fora, Andreas será recuado após a volta de Arrascaeta. Everton Cebolinha e Bruno Henrique viraram os assuntos principais do merca-

do da bola no Flamengo nos últimos dias. O interesse do rubro-negro na contratação do jogador do Benfica avançou para uma proposta de compra de 100% dos direitos seja feita de forma oficial. O Fla oferece um contrato de cinco anos.

A negociação, que deve girar em torno de R\$ 70 milhões, não depende da saída de Bruno Henrique. O Flamengo entende que nesta função o ideal é ter as duas alternativas.

Fluminense encara América-MG com volta de joia

Enquanto Luiz Henrique faz seus últimos jogos, Matheus Martins pode ser titular em partida pelo Brasileiro pela primeira vez



América-MG
Jailson, Patric, Éder, Conti e Marlon; Lucas Kal, Juninho e Alê; Felipe Azevedo, Everaldo e Aloisio.



Fluminense
Fábio, Samuel Xavier, Nino, Manoel e Marlon; Wellington, Yago e Ganso; Luiz Henrique, Matheus Martins e Cano.

Local: Estádio Independência (Belo Horizonte). **Horário:** 21h30. **Árbitro:** Anderson Daronco (Fifa-RS). **Transmissão:** TV Globo, Premiere e Rádio CBN.

Parece que foi ontem que João Pedro, hoje no Watford-ING, saiu de Xerém para brilhar no profissional do Fluminense. Três anos depois, o tricolor segue formando atacantes em profusão. Luiz Henrique, titular hoje contra o América-MG, está a quatro jogos de partir

para o Betis-ESP e já soma como passado. O presente é Matheus Martins.

Aos 18 anos, voltou da seleção brasileira sub-20, campeão do Torneio Internacional do Espírito Santo. É um nome forte para manter a roda tricolor girando: o clube forma a joia, aprovei-

ta o talento por até três temporadas no profissional, vende para o futebol do exterior, usa o dinheiro para manter as finanças sob controle e prepara uma nova promessa nas divisões de base em Xerém.

Entre os profissionais, o garoto soma oito partidas e

três gols. Fernando Diniz gradativamente dá mais tempo em campo ao jogador. Foi titular contra o Oriente Petrolero, quando marcou três na goleada de 10 a 1, e pode começar jogando sua primeira partida pelo Campeonato Brasileiro. Arias, titular, está suspenso.

Outras opções para formar o ataque com Germán Cano e Luiz Henrique são Caio Paulista e Willian Bigode. Mas a tendência é o garoto receber a oportunidade. No melhor dos mundos para o Fluminense, conseguirá suprir a saída de Luiz Henrique.

Maurício assume Vasco com desafio maior que rejeição da torcida

BRUNO MARINHO

bruno.marinho@redesim.br

Maurício Souza assumiu o Vasco ontem e uma das primeiras coisas que fez para tentar desmontar a resistência dos vascaínos foi falar sobre seu passado como torcedor do cruz-maltino. O treinador, contratado para o lugar de Zé Ricardo, tem na inexperience à frente de equipes profissionais e na forte identificação com o Flamengo, onde foi auxiliar entre 2018 e 2021, duas pedras no seu caminho. Mas elas não são as únicas.

—Entendo todos os torcedores. É quero dizer que, no final, depois do objetivo alcançado, estarei de braços abertos para abraçar quem está com alguma rejeição. Uma coisa é certa: pode ter alguém com a mesma vontade do que eu. Maior que a minha, não existe.

A estreia será contra o Londrina, sábado, no Estádio do Café. Ali um dos desafios de Maurício se revelará: melhorar o desempenho como visitante. Parte da boa campanha até aqui se deve ao fato de o Vasco ter feito sete partidas em casa e cin-

cofora. Longe da Colina e do Maracanã, o time soma quatro empates e uma vitória.

Além disso, Maurício deve tentar ir além do que Zé Ricardo deixou. O bom sistema defensivo é legado, mas em contrapartida o Vasco ainda precisa melhorar ofensivamente, criar mais chances de gol — de acordo com o site SoScore, o Vasco é apenas o 17º time que mais chuta na Série B.

—O Zé pretendia ter um time com mais posse, marca-



No G4. Maurício assume com o Vasco em terceiro lugar

ção mais alta, antes de sair. Isso já vinha acontecendo. O time já vem apresentando uma evolução. Mas não pode parar por aí — ressaltou o treinador.

Com contrato até dezembro, Maurício Souza terá de lidar com possíveis incertezas decorrentes da venda da SAF do Vasco para a 777 Partners. A vinda do técnico contou com o aval do grupo americano, que deve assumir o controle do departamento em meio à disputa da Série B. A tendência é que mudanças maiores aconteçam somente ao

fim da temporada, mas de qualquer forma poderão haver trocas de nomes ao redor do técnico.

—Talvez eu pensaria duas vezes caso fosse dado para mim o prazo de um trabalho temporário. Se a 777 chegar e por acaso quiser mudar, estarei extremamente feliz por viver isso que estou vivenciando agora — contemplou o técnico.

De fato, é a grande oportunidade da carreira do treinador de 48 anos. Ainda que não permaneça à frente do Vasco em 2023, o acesso à Série A com o cruz-maltino poderá ser um divisor de águas para Maurício.

—Esperar uma chance como essa a vida inteira.

BOTAFOGO Alvinegro negocia com Fransérgio

Enquanto a equipe não consegue desempenhar bem no Brasileiro, a diretoria do Botafogo segue tentando reforçar o

elenco disponível para o técnico Luis Castro e trabalha para contratar oito jogadores na próxima janela de transferências. Depois de Marçal e Zahavi, que já estão avançados, o alvinegro conversa com o volante Fransérgio. A informação foi divulgada inicialmente pelo Canal do TF.

Revelado pelo Athletico-PR, o jogador de 31 anos está há nove anos no futebol europeu. Na última temporada ele defendeu o Bordeaux-FRA. O atacante português Bruma, que estava na mira alvinegra, fechou com o Fenerbahçe-TUR.

LIGA DAS NAÇÕES Alemanha aplica cinco na Itália

A rodada de ontem da Liga das Nações foi marcada por duas goleadas, ambas no Grupo 3. Em Moenchengladbach, a Alemanha aplicou 5 a 2

na Itália, com gols de Timo Werner (2), Gundogan, Müller e Kimmich. Gnonto e Bastoni descontaram no fim. Jogando em casa, em Wolverhampton, a Inglaterra foi surpreendida pela Hungria, que goleou por 4 a 0, com dois gols de Salay, um de Nagy e outro de Gazdag.

A Hungria lidera o grupo com 7 pontos, seguida por Alemanha (6), Itália (5) e Inglaterra (2). Pelo Grupo 4, a Holanda (10 pontos) bateu Gales (1) por 3 a 2, com gol de Depay no fim. Fora de casa, a Bélgica (7) derrotou a Polónia (4) por 1 a 0.

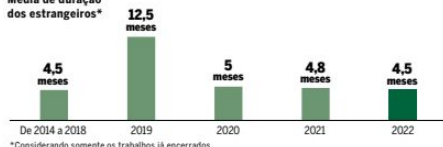
COPA DO MUNDO Costa Rica vence e vai ao Mundial

O último classificado à Copa do Mundo do Catar foi conhecido ontem. Com um gol de Joel Campbell logo no início, a Costa Rica

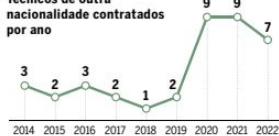
derrotou a Nova Zelândia por 1 a 0, em Doha, na repescagem mundial entre Oceania e Concacaf. Em sua sexta Copa a terceira seguida —, a Costa Rica vai integrar o Grupo E, com Alemanha, Espanha e Japão.

ALTA ROTATIVIDADE

Média de duração
 dos estrangeiros*



Técnicos de outra
 nacionalidade contratados
 por ano



Estrangeiros mais longevos na Série A



RAFAEL OLIVEIRA
 E THALES MACHADO
 esporte@oglobo.com.br

TRAGADOS PELO SISTEMA

Cai a média de tempo no cargo de técnicos estrangeiros

O Brasileiro de 2022 já pode ser considerado um marco na onda de treinadores estrangeiros no país. Até agora, dez nomes diferentes passaram ou seguem no comando de alguma das 20 equipes da elite. Um número recorde. Embora seja consenso de que o convívio com eles provoca impacto, ainda é cedo para identificar um possível legado. O caminho inverso, contudo, já é visível. Por serem tantos, os técnicos de fora já foram sugados pelo círculo vicioso das demissões. A queixa de que ter uma nacionalidade diferente dá mais respaldo a um trabalho — tão repetida por profissionais locais — não se sustenta mais.

Em 2019, o sucesso fora da curva de Jorge Jesus no Flamengo e a boa campanha do Santos de Jorge Sampaoli no Brasileiro deram a impressão de que treinadores estrangeiros sempre emplacariam trabalhos duradouros. Hoje, não há mais porque pensar assim. As passagens deles retornaram à média de duração dos anos anteriores à vinda do português e do argentino.

O ano de 2014 pode ser considerado o início da era que preparou o terreno para a enxurrada dos gringos. Antes, suas aparições eram muito mais pontuais. Nas duas temporadas anteriores, por exemplo, nenhum foi contratado.

Do ano da Copa no Brasil até 2018, houve ao menos um por temporada. Neste intervalo, a média de permanência foi de 4 meses e meio — a mesma de 2022, se não considerada as passagens que ainda estão em vigor. Alexander Medina comandou o Inter por quatro meses. Já Paulo Sousa durou cinco no Flamengo.

Trata-se de uma média provisória, já que estamos em junho e os trabalhos em andamento podem fazer esta marca crescer. Mas serve para mostrar como a longevidade de nomes como Jesus, Sampaoli e, principalmente, Abel Ferreira (há 20 meses no Palmeiras e que não entra na conta justamente por ser

uma passagem em curso) são exceções. Não a regra.

Os dois treinadores contratados em 2019 tiveram uma média de 12 meses e meio no posto. No ano seguinte, este número desabou. Os oito profissionais contratados em 2020 contabilizaram uma marca de cinco meses cada.

Naquele ano, situações tão esdrúxulas quanto as vividas pelos técnicos nacionais deixaram claro que ser de outro país não é escudo por aqui. No Botafogo, Ramon Diaz foi contratado e demitido sem ter dirigido a equipe. A passagem durou 18 dias. Neste tempo, enquanto ele se recuperava da retirada de um tumor, seu filho e auxiliar Emiliano co-

mandou o time em três jogos.

Na mesma temporada, o português Augusto Inácio deixou o Avaí após dois meses com a pior das impressões. Acusou a comissão permanente do clube de boicotá-lo e reclamou da falta de tempo para implementar um trabalho. — Não querem um treinador que seja português ou brasileiro. Querem um milagreiro, e milagres eu não faço — disparou na ocasião.

No ano passado, foram sete chegadas e partidas de gringos. A duração média voltou a cair: 4,8 meses. Gustavo Morinigo (há 17 meses no Coritiba) e Juan Pablo Vojvoda (há 13 no Fortaleza) não entram nesta conta.

Assim como na temporada anterior, a cidadania estrangeira não impediu que o Bahia demitisse o argentino Diego Dabove após seis partidas e nem que o Internacional mandasse Miguel Ángel Ramirez embora depois de três meses. Já o também argentino Ariel Holan não esperou sua vez chegar e se demitiu dois meses depois de chegar ao Santos insatisfeito com o que encontrara por lá.

PRESSIONADOS

Dos sete contratados em 2022, cinco seguem em seus postos. Mas longe de poderem se considerar estáveis. A semana do Atlético-MG começou com o diretor de futebol Rodrigo Caetano afirmando em coletiva de imprensa que o clube não pensa em demitir o argentino "Turco" Mohammed, há cinco meses no cargo. Hoje, a equipe visita o Ceará com o técnico pressionado por não vencer há três jogos e pela oscilação nas atuações.

Após a quarta derrota seguida do Botafogo, o português Luís Castro foi vaiado.

— Se já estávamos pressionados, agora estamos mais — disse o treinador alvinegro.

De 2014 até hoje, 30 trabalhos com estrangeiros à frente foram iniciados e terminados nos principais clubes do país. Somado o tempo de duração de todos eles, a média é de 5,2 meses para cada. É a roda girando como sempre.

betnacional

A bet dos brasileiros

JOGOS AO VIVO - MELHORES COTAÇÕES
 SAQUES IMEDIATOS - SUPORTE 24H

www.betnacional.com

MULHERES DE CABEÇA ERGUIDA

BEST-SELLER NO MUNDO TODO E COM OBRAS ADAPTADAS PARA O STREAMING, ESPANHOLA MARIA DUEÑAS APRESENTA 'SIRA', COM EVITA PERÓN AMPLIANDO A LISTA DE PERSONAGENS FORTES QUE CARACTERIZAM SUA LITERATURA

RUAN DE SOUSA GABRIEL
 rgabrieldesousa@oglobo.com.br
 SÃO PAULO

Na última segunda-feira, diante de uma plateia de livreiros no Farol Santander, em São Paulo, a escritora espanhola María Dueñas contou sobre que tipo de personagens gosta de escrever: uma jovem de classe social modesta, ingênua, que vai amadurecendo a cada página, até se tornar uma mulher que enfrenta o destino de cabeça erguida.

De fato, em "O tempo entre costuras", romance que transformou Dueñas em best-seller em 2009, Sira Quiroga é uma costureira que, às vésperas da Guerra Civil Espanhola (1936-1939), pensava em se casar com um pacato funcionário público, mas se apaixona por Ramiro e foge com ele para o Marrocos. Lá, é abandonada pelo amante... e vida que segue.

Em "Sira", a continuação de "O tempo entre costuras" (2021), que María veio apresentar ao leitor brasileiro, a Segunda Guerra Mundial já acabou e a protagonista não é mais a costureirinha, e sim uma mulher forte e ambiciosa que se casa com um espião inglês. Mas Dueñas achou que ela poderia amadurecer ainda mais e resolveu "matar" seu marido.

— Nos anos 1940, uma mulher com marido não podia ser independente. Estava ligada a ele. E eu queria que Sira fosse livre, que seguisse seu caminho — justifica Dueñas. — Não queria escrever sobre uma mulher estática.

"Estática" é uma palavra que não combina com os cinco romances históricos de Dueñas. "Sira", por exemplo, se passa em quatro localidades: Palestina, Reino Unido, Espanha e Marrocos.

FIGURAS REAIS

Este mês, Dueñas embarcou em sua primeira turnê de divulgação desde o início da pandemia. Antes de São Paulo, passou por Bogotá e Buenos Aires, onde todos os jornalistas tinham a mesma pergunta: por que ela transformou Eva Perón, a mítica primeira-dama argentina, em personagem de "Sira"?

Sim, no novo livro, a costureira-espiã conhece Evita, que visitou a Espanha em 1947. Arruinada após duas guerras (a civil e a mundial) e isolada internacionalmente devido à ditadura fascista que vigorava por lá, a Espanha precisou recorrer a empréstimos argentinos. O general Francisco Franco tentou aproveitar a visita da "mãe dos descamisados" para fazer propaganda do regime.

— Não podia escrever um romance que se passa na Espanha em 1947 sem falar sobre a visita de Eva Perón, que foi o evento mais importante daquele ano, inclusive para nossa economia. Eram tempos de muita dor, fome e repressão. A visita de Evita foi como um refresco — explica. — Tentei ser muito

Volta por cima.
 "Ainda há homens, inclusive jornalistas e escritores, que têm preconceito contra livros escritos por mulheres. Mas esse preconceito com frequência é vencido", ela diz



No topo.
 Acima, os títulos de Dueñas: cinco milhões de cópias pelo mundo, e 200 mil somente no Brasil



respeitosa ao representá-la. Por sorte, os argentinos são muito prolíficos e não falta material sobre ela.

Não é a primeira vez que Dueñas escala personagens reais em seus romances — até Carlos Gardel dá as caras em "As filhas do capitão" —, mas poucos tiveram o mesmo destaque que Evita. Ou melhor: de Doña María Eva Duarte. Os jornais, diz Sira, não se atreviam a chamá-la no diminutivo. Já os descamisados espanhóis, gratos pela generosidade da tão bem-vestida primeira-dama argentina, apelidaram-na de "Perona".

Novamente a serviço dos britânicos, Sira se disfarça de repórter da BBC para seguir de perto o périplo de Evita pelo país e descobrir como os interesses da ditadura estavam em jogo naquela visita. Sira tem até que lidar com trapalhadas de Juancito, irmão de Evita e "ovelha negra" da comitiva argentina.

HOMENS MUITO SINCEROS

Nesta quinta passagem pelo Brasil, Dueñas se surpreendeu que a maioria das perguntas do público tenha vindo de leitores homens. Dueñas já reclamou de ser chamada para eventos literários só para cumprir uma "cota feminina" e de ter seus romances tachados de literatura para moças.

— Ainda há homens, inclusive jornalistas e escritores, que têm preconceito contra livros escritos por mulheres. Mas esse preconceito com frequência é vencido. Os leitores homens são muito sinceros. Eles me dizem: "Não tinha nenhuma intenção de ler o seu livro, mas minha filha e minha mulher leram, me disseram que eu ia gostar, então li e adorei" — ri a autora.

Os livros de Dueñas já venderam mais cinco milhões de cópias pelo mundo — 200 mil somente no Brasil.

Ultimamente, no entanto, ela anda trocando a escrita solitária pelas salas de roteiros. Foi contratada pela plataforma de streaming Vix, parceria da mexicana Televisa e da americana Univisión. Dois de seus romances já haviam inspirado séries de TV: "O tempo entre costuras" e "Destino: La Templanza". Adaptações de "As filhas do capitão" e "Sira" já estão em andamento.

Tudo mudou muito desde que filmaram "O tempo entre costuras". Antes, os produtores queriam que nós, escritores, assinássemos o contrato e desaparecêsemos. Não queriam nossa colaboração — diz ela. — Nos últimos anos, com o surgimento de novas plataformas, tudo mudou e somos convidados não só a ajudar a adaptar nossos próprios livros, mas também a desenvolver conteúdo original. É muito gratificante que contem conosco. Meu caminho é a literatura, mas escrever roteiros é uma experiência muito rica.

HISTÓRIAS DA MÚSICA QUE DÃO UM FILME

CARMEM ANGEL
carmem.angel@globo.com.br

Apos duas edições on-line, o In-Edit Festival Internacional do Documentário Musical está de volta a partir de hoje, desta vez em formato híbrido, com sessões presenciais em São Paulo e on-line para todo o Brasil. Entre os 67 títulos nacionais e internacionais, estão filmes sobre nomes da música como Léa Freire, Sidney Magal, Belchior, Sinéad O'Connor, Tina Turner, Rick James e Courtney Barnett.

Até o dia 26, o público pode ver gratuitamente 40 filmes no site oficial do festival e nas plataformas Sesc Digital e Itaú Cultural Play.

— Éramos uma "piada de paulista", mas nesses últimos dois anos acabamos sendo reconhecidos em todo o país. Não poderíamos deixar esse público na mão, é crucial mantermos o acesso on-line — diz Marcelo Aliche, diretor do evento, que chega à sua 14ª edição.

A programação presencial do festival começa com o longa "Nothing compares", sobre a vida da cantora irlandesa Sinéad O'Connor. A obra inédita no Brasil teve sua estreia em janeiro, em Sundance, onde concorreu ao prêmio do Grande Juri. O documentário da cineasta Kathryn Ferguson resgata momentos marcantes da carreira da artista, com a voz da própria como narradora e cenas como a polêmica participação no programa Saturday Night Live em 1992, quando rasgou uma foto do Papa João Paulo II em protesto contra denúncias de abusos



EM FORMATO HÍBRIDO, COM SESSÕES PRESENCIAIS EM SP E EXIBIÇÃO GRATUITA ON-LINE, FESTIVAL IN-EDIT REÚNE 67 TÍTULOS COM TRAJETÓRIAS DE ASTROS DO ROCK A RAPPER BAIANO



"As faces do Mao". Documentário de Dellani Lima e Lucas Barbi sobre o líder da banda Garotos Podres

sexuais na Igreja Católica.

Entre os destaques internacionais estão ainda os documentários "Delia Derbyshire: The myths and the legendary tapes", de Caroline Catz, que narra a história de uma das pioneiras da música eletroacústica, criadora de sons ícones da cultura pop, como o tema da série "Doctor Who"; e "Anonymous club", em que o cineasta Danny Cohen passa pela intimidade da cantora Courtney Barnett com uma câmera 16mm numa espécie de diário pessoal.

Uma novidade deste ano é uma mostra que destaca o heavy metal e traz nove títulos, incluindo "Rock camp", de Douglas Blush e Renee Barron, com estrelas como Paul Stanley, Roger Daltrey,

Jeff Beck, Dave Mustaine e Rob Halford. O filme mostra um acampamento de verão onde fãs aprendem truques musicais com seus ídolos.

PANORAMA BRASILEIRO

A produção nacional marca presença com 33 títulos de diversos gêneros musicais e personagens dos quatro cantos do Brasil. Na mostra competitiva, seis filmes inéditos no circuito comercial concorrem por uma vaga no circuito In-Edit de festivais e uma exibição na edição de Barcelona, na Espanha.

O repertório inclui "Belchior — Apenas um coração selvagem", de Natália Dias e Camilo Cavalcanti; "A música natureza de Léa Freire", de Lucas Weglinski; "Alan", de Daniel Lisboa e Diego Lisboa, que acompanha o rapper baiano; e "As faces do Mao", de Dellani Lima e Lucas Barbi, sobre o líder da banda Garotos Podres. A lista inclui ainda "Mangeubebit", de Jura Capela, que investiga o movimento desde sua origem em Pernambuco, e "Café", de Lírio Ferreira e Natara Ney, sobre o fotógrafo, morto em 2019, que marcou a história da música brasileira com capas de álbuns clássicos, como "Clube da Esquina", de Milton Nascimento e Lô Borges.

Entre as mostras, a programação traz ainda produções como "Me chama que eu vou", de Joana Mariani, sobre Sidney Magal, "As canções de amor de uma bixa velha", de André Sandino Costa, em torno de Marcio Januário.

— Neste ano, tivemos 162 filmes nacionais inscritos, um recorde — diz Aliche.

PRÊMIO DO CINEMA

Foram anunciados os indicados ao Grande Prêmio do Cinema Brasileiro, evento anual da Academia Brasileira de Cinema e Artes Audiovisuais, que chega à 21ª edição em 2022. "Marighella", filme de estreia de Wagner Moura na direção, é a produção com maior número de indicações (17), seguido por "O silêncio da chuva", de Daniel Filho (11), "7 prisioneiros", de Alexandre Moratto (9), e "Veneza", de Miguel Falabella (9).

A lista de finalistas reúne 17 longas brasileiros e dez estrangeiros, além de 15 curtas e 18 séries nacionais. A cerimônia será no dia 10 de agosto na Cidade das Artes, no Rio, após três edições realizadas em São Paulo.

CLEO LANÇA LIVRO E FALA DE DOR E DA FAMA DE SEXY

Em parceria com a roteirista Tatiane Maciel, a atriz Cleo está lançando "Todo mundo que ame já me fez chorar". É um livro de ficção baseado em histórias reais de relacionamentos tóxicos e vários tipos de abuso (físico, psicológico, moral). Nos contos, entre os conflitos com as personagens precisam lidar, estão jogos de amor, interesses não correspondidos, tensões com pais autoritários e contato com colegas traiçoeiros.

— Em todos, eu me vi ou vi alguém muito próximo. O livro foi um processo de cura. Mas dolorido também. Porque você acaba revivendo coisas que achava que estavam resolvidas e acaba sofrendo mais um pouco com o que havia sofrido lá atrás — diz Cleo.

A questão do corpo, mais especificamente, é familiar a Cleo, que

desde muito jovem foi tratada como símbolo sexual.

— Sempre consegui deixar as coisas superficiais no lugar delas — conta. — Mas quando vi que (ser ícone de beleza) atingia diversas camadas da minha existência, não só ficou mais divertido isso como acabou me trazendo para lugares onde eu sentia que precisava quebrar esses rótulos. Acho deliciosa ser considerada sexy, mas não quando isso te limita.

O processo de escrita a quatro mãos foi entre lágrimas e risos.

— Eu chorei mesmo, mas ri muito também, porque sabemos rir de nós mesmas — diz Tatiana.

As duas contam já ter recebido mensagens de ex perguntando se as histórias sobre abuso eram indiretas.

COVID EM 'PANTANAL'

Seguindo o protocolo para gravações de novelas, a TV Globo decidiu antecipar em uma semana o fim das gravações de "Pantanal", no Mato Grosso do Sul, por conta de casos de Covid entre os atores. "Os Estúdios Globo estão acompanhando o desdobramento e os impactos da Covid-19 e, sempre que necessário e de acordo com as melhores práticas das áreas de saúde, revista e atualiza os protocolos para viabilizar o trabalho nos sets com segurança para todos os envolvidos", diz um trecho da nota divulgada pela emissora. As gravações em MS, que já estavam terminando, foram adaptadas. O número de atores infectados não foi informado, mas nos bastidores comenta-se que quatro ou cinco pessoas testaram positivo.

HORÓSCOPO Cláudia Lisboa

ÁRIES (21/3 A 20/4) Elemento: Fogo. Modalidade: Impulsivo. Signo complementar: Libra. Regente: Marte. Os trabalhos que estiverem pendentes lhe alcançarão sem demora. Dedique-se com atenção às demandas que ficarão pelo caminho e precisem ser finalizadas. Liberdade é estar em dia com suas responsabilidades.

TOURO (21/4 A 20/5) Elemento: Terra. Modalidade: Frio. Signo complementar: Escorpião. Regente: Vênus. Você executará com segurança seus próprios planos, você precisará não apenas de autoconfiança, mas de consistência em seus estratagemas. Aproveite o momento produtivo e elabore seus próximos passos.

GÊMEOS (21/5 A 20/6) Elemento: Ar. Modalidade: Intelectual. Signo complementar: Sagitário. Regente: Mercúrio. Você merecerá um tempo de silêncio e recolhimento junto aos seus pensamentos para digerir as novidades que surgirão. Respeite-se. Uma aparente quietude interior pode ser apenas o nascer de um novo ciclo.

CÂNCER (21/6 A 22/7) Elemento: Água. Modalidade: Impulsivo. Signo complementar: Capricórnio. Regente: Lua. Antes de se dedicar aos cuidados alheios, atente-se para as suas próprias necessidades. Será preciso estar forte e inteiro para poder doar-se sem se perder. As relações são um grande espelho. Olhe para si.

LEÃO (23/7 A 22/8) Elemento: Fogo. Modalidade: Frio. Signo complementar: Aquário. Regente: Sol. Para não se afastar do seu caminho, invista na organização da rotina e de suas prioridades. Mesmo que assim a trilha pareça mais longa, os resultados serão mais consistentes e duradouros. Organize-se.

VIRGEM (23/8 A 22/9) Elemento: Terra. Modalidade: Medido. Signo complementar: Peixes. Regente: Mercúrio. O seu sucesso dependerá diretamente da regularidade de seu emprego e da habilidade de manter os pés no chão. Mas você também será altamente beneficiado ao deixar sua mente voar por aí. Pense fora da caixa.

LIBRA (23/9 A 22/10) Elemento: Ar. Modalidade: Impulsivo. Signo complementar: Áries. Regente: Vênus. Para estabelecer diálogos sinceros e transformadores, será preciso, antes de tudo, construir uma relação de confiança. Não tenha pressa, o tempo sempre será o melhor arquiteto de relacionamentos. Confie.

ESCORPIÃO (23/10 A 21/11) Elemento: Água. Modalidade: Frio. Signo complementar: Touro. Regente: Plutão. Mesmo que você seja atravessado por sensações profundas e difusas, o ideal agora será usar a razão. Assim, você terá percepções que o envolvimento emocional não permite. Observe-se e seja pragmático.

SAGITÁRIO (22/11 A 21/12) Elemento: Fogo. Modalidade: Medido. Signo complementar: Gêmeos. Regente: Júpiter. Para fazer suas sementes crescerem, será preciso perseverança e paciência. Do contrário, os frutos esperados poderão não chegar. Use a maturidade para enxergar a beleza de cada etapa do processo.

CAPRICÓRNIO (22/12 A 20/1) Elemento: Terra. Modalidade: Impulsivo. Signo complementar: Câncer. Regente: Saturno. Com a sensibilidade aflorada, você poderá agora perceber com maior facilidade as necessidades alheias, já que através de um olhar pragmático nem sempre é possível perceber as sutilezas da alma. Acolha.

AQUÁRIO (20/1 A 19/2) Elemento: Ar. Modalidade: Frio. Signo complementar: Leão. Regente: Úrano. Cuidar do corpo será tão importante e significativo quanto cuidar da mente, já que um não existe sem o outro. Comece por onde lhe for mais confortável e verá que, ao se movimentar, o mundo se anima junto.

PEIXES (20/2 A 20/3) Elemento: Água. Modalidade: Medido. Signo complementar: Virgem. Regente: Netuno. Com a sensibilidade aflorada, você poderá encontrar importantes limites sobre sua própria disponibilidade. Procure equilibrar o cuidado consigo e com o outro.



ANA PAULA LISBOA
segundocaderno@oglobo.com.br

'GOOD VIBES ONLY'

É sério, eu acredito nas vibrações, acredito em alma, auras, energias sutis. Eu sempre fui a pessoa sem religião mais religiosa que eu conheço. Minha casa sempre teve altar e assentamento.

Outro dia estava lembrando que minha mãe sempre pedia para eu despaçar os doces do altar de Cosme e Damião. É que eu estudava numa escola ao lado de uma praça com um grande gramado. Ela ainda dizia "faz um pedido quando colocar na grama, pede para tirar boas notas e saúde".

Era a coisa mais angustiante do mundo ser uma criança macumbeira, ter respeito

pelas entidades e ao mesmo tempo não querer ser vista pelos colegas da escola colocando doce na grama às sete horas da manhã. Bom, o que importa é que minhas notas sempre foram altas e minha saúde, de ferro.

Eu acendo vela, rezo e oro todos os dias. Eu canto também, "porque quem canta reza duas vezes". Canto oris para Oxum, "Elegbará", do Baticado Tamarindo, canto "Alma boa", do Pedro Cezar, "Three little birds" na versão do Gil, até a Fernanda Brum e o Salmo 46 em "Há um rio", que continua me emocionando. Tudo isso para manter minha vibe lá em cima e não pas-

sar o dia chorando em posição fetal. Pelo menos 90% dos meus amigos estão deprimidos e/ou ansiosos. Bebeem muito, fumam demais, dormem mal e trabalham até quase o cérebro derreter. Eu incluo meu nome e sobrenome na lista. Os outros 10% também não estão bem e têm outros vícios, mas ainda não assumiram isso para si mesmos.

A gente fica aqui enchendo a cara de filtro tentando maquiagem as coisas e não percebe os resacas que o corpo dá. Se a sua pele está toda ressecada, pode ser sinal de que você não esteja bebendo água suficiente. Se está com olheiras, pode ser que você não esteja dormindo o suficiente.

Se a sua unha e cabelos estão quebradiços, pode ser que você não esteja se alimentando bem, mas, se você vive com extensão na unha e lace na cabeça, como vai saber? "Por fora bela viola, por dentro pão bolorento", já dizia dona Celeste. E eu

incluo meu nome e sobrenome na lista.

Mas, óbvio, falo aqui do meu lugar de quem pode pagar um dinheiro de terapia e ter pelo menos uma hora por semana para pensar e repensar essas coisas. Quer dizer, um dinheiro para quem, né? Certamente para mim e para a maioria da população brasileira que, segundo dados do IBGE, viu em 2021 a renda média mensal domiciliar per capita cair para R\$ 1.353, menor valor em dez anos.

Os perfis do Instagram Pra Preto Ler e Pra Preto Psi, projetos de Bárbara Borges e Francini Gomes, fizeram um post importante há uns dias, racializando a "good vibes". Porque, sim, é muito mais fácil ser leve quando se tem dinheiro. Tudo que foi criado pelo ser humano foi criado em um contexto cultural e social pertencentes a uma época.

Eu sempre desconfio quando, no meio de uma meditação, alguém diz para eu visualizar uma luz branca. E quem foi que classificou o preto como ausência de luz?

Uma vez fui parar num vídeo em que uma minha branca explicava sobre karma fazendo uma analogia sobre "karma mau" e "karma bom" com a vida de quem tinha nascido na Etiópia e quem tinha nascido na Finlândia. Eu quis entrar na tela e dar uma surra naquela mulher. Desequilibrava totalmente os meus chakras.

GUSTAVO CUNHA
gustavo.cunha@oglobo.com.br

Nesta semana em que uma frente fria derruba as temperaturas no Rio de Janeiro, numa prévia do inverno que se inicia na próxima terça-feira, 18 bailarinos do Grupo Corpo lançam um sopro de calor no Teatro Multiplan, na Barra. "Primavera", o mais recente espetáculo da cultuada companhia de dança — que ganha apresentações de hoje a domingo pela primeira vez em solo carioca, após temporadas em São Paulo e Belo Horizonte —, exalta a vida e a alegria.

A montagem com coreografia de Rodrigo Pederneiras é uma resposta colorida a um dos momentos mais difíceis enfrentados pela trupe. Há pouco mais de um ano, em meio a crescentes percalços financeiros — que reduziram pela metade os salários de toda a equipe —, o Corpo buscava maneiras de se manter de pé num dos períodos mais críticos da pandemia de Covid. Naquela época, para que o risco de contágio pela doença fosse menor, os bailarinos se dividiram em pequenos grupos, em três salas diferentes na sede da companhia, na capital mineira, para transformar em passos de dança o que parecia ser uma queda rumo ao desconhecido.

— A ideia era criar uma coisa "para cima" e que visse com mais calor e cor naquele cenário tão cinza em que vivíamos — diz Pederneiras. — "Primavera" representa o renascer, o recomeçar. Estava tudo muito chato. A gente vinha de alguns problemas financeiros e ficou um período sem produzir nada... Então quisemos fazer algo que fosse o oposto do que está-

RIOSHOW

COR E CALOR CONTRA MAUS MOMENTOS

GRUPO CORPO APRESENTA PELA PRIMEIRA VEZ NO RIO 'PRIMAVERA', CRIADO COMO RESPOSTA A UM DOS MAIS DIFÍCEIS PERÍODOS DA COMPANHIA, QUE ENFRENTOU PERCALÇOS FINANCEIROS PARA SE MANTER DE PÉ



Novidades.
Duplas e trios dividem o palco em cenas curtas no espetáculo adaptado à pandemia, que será apresentado com outra peça de 2017

O Popload Festival anunciou ontem o line up da próxima edição do evento, marcada para 12 de outubro. O grupo indie americano Pixies, o guitarrista Jack White, o duo The White Stripes, o australiano Chet Faker, os britânicos da banda Years and Years, a cantora argentina do duo Perotó Chingó e a paulistana Jup do Bairro subirão no palco que será montado no Centro Esportivo Tietê, na região central de São Paulo.

PIXIES, JACK WHITE, CHET FAKER E WHITE STRIPES EM FESTIVAL

POPLOAD ANUNCIA LINE UP PARA OITAVA EDIÇÃO DO EVENTO, QUE ACONTECE EM OUTUBRO NO CENTRO ESPORTIVO TIETÊ, EM SP

Os ingressos para a oitava edição do festival também começaram a ser vendidos ontem, pelo site ticketforfun.com.br. A capacidade total de público é de 15 mil pessoas.

Idealizador da plataforma Popload, que inclui site de notícias do universo indie, rádio, podcast e outros pro-

Cena indie.
Os americanos da banda Pixies: "São a cara do festival", diz organizador



vamos passando, e que trouxesse um olhar mais gostoso para o futuro.

PALAVRA CANTADA

A coreografia é embalada por canções da dupla Palavra Cantada, com peças infantis de Paulo Tatit e Sandra Peres adaptadas para uma trilha instrumental que vai do jazz à percussão. Ao longo de 36 minutos, trios de bailarinos apresentam cenas curtas em que apenas dançarinos casados se encostam (um vestígio dos tempos em que reinava a palavra "distanciamento"), enquanto a imagem

de seus corpos são projetadas, em vídeo ao vivo, no fundo do palco.

É, como reconhece Pederneiras, uma linguagem completamente diferente do que costuma fazer o Corpo, quase sempre com vários bailarinos simultaneamente no tablado.

— Mas isso não tira a dimensão da alegria — reforça o coreógrafo. — É legal porque se conhece mais os bailarinos.

O espetáculo "Gira", originalmente encenado em 2017, completa o programa como um bom contraste à nova obra. Ali, todos os bailarinos estão sempre no palco, a todo instante. A coreografia com trilha da banda Metá Metá se inspira em ritos da umbanda, com músicas que tomam Exu, o orixá que simboliza os caminhos e as encruzilhadas, como principal motivo poético.

— Criamos o "Gira" buscando elementos de certas entidades religiosas, mas sem utilizar a linguagem afro, o que seria muito óbvio — diz Pederneiras, que passou a frequentar terreiros de candomblé e umbanda há cinco anos em função de pesquisas para a coreografia. — Não conhecia nada, entrei ali para entender e hoje sou parte dessa religião.

Esta é a primeira vez, em mais de uma década, que o Grupo Corpo não estreia um espetáculo no Teatro Municipal, devido a dificuldades com a agenda do local, algo gerado pela pandemia. A expectativa é que o grupo volte a se apresentar por lá no segundo semestre.

Onde: Teatro Multiplan. Village Mall. Av. das Américas 3.900, Barra (3030-9970). **Quando:** Qua a sáb, às 20h. Dom, às 17h. Até 19 de junho. **Quando:** De R\$ 50 a R\$ 240. **Classificação:** 14 anos.

jetos, Lúcio Ribeiro diz que, por conta da pandemia, ainda está difícil trazer artistas internacionais para o Brasil, mas se diz satisfeito com a programação do Popload:

— Pixies e Jack White são a cara do festival. Chet Faker nem se fala, e Years & Years foi um achado. As negociações levaram muito tempo. Com toda essa dificuldade, todo esse rearranjo por conta da Covid, calhou de ficar muito legal — diz Ribeiro. — A resposta do público está sendo muito boa.



INJUSTIÇA CLIMÁTICA ENTRA NA PAUTA

Aquecimento global afeta a população de forma desigual. Empresas precisam avançar na agenda

LIANA MELO
Especial para a Prática ESG
economiaglobos.com.br

“N

ão podemos discutir mudança climática sem incluir a justiça climática nas decisões, porque não adianta a gente salvar as árvores, se a gente não salvar quem está protegendo as árvores”. Foi assim que Txai Suruí, líder indígena ativista brasileira da etnia suruí, finalizou sua participação no seminário internacional O Salto Amazônico, em maio, nos EUA. O encontro foi promovido pelo Lab Brazil, da Universidade de Princeton. Na plateia, acadêmicos, ambientalistas, empreendedores e pesquisadores estavam reunidos para pensar soluções para uma economia de baixo carbono para a Amazônia.

Às vésperas da viagem, Txai listava os sinais de injustiça climática no Brasil para incluir no seu discurso, lido em inglês. O mês de abril havia sido repleto de exemplos, mas dois deles se conectavam diretamente com o tema. O primeiro deles, a morte de uma jovem de 12 anos do povo lanomâni. O segundo, a maior taxa de desmatamento na Amazônia em 15 anos, segundo o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe). Foram mais de mil quilômetros quadrados de floresta derrubados.

—Para a transição ser justa, ninguém pode ficar para trás —defendeu a jovem ativista em Princeton, ostentando no seminário o mesmo cocar de penas coloridas que havia usado em Glasgow, na Escócia, durante a COP 26.

Na ocasião, ganhou notoriedade internacional ao ser a primeira indígena a discursar na

abertura de uma conferência do clima. Txai é coordenadora do movimento da juventude em defesa dos direitos dos povos tradicionais de Rondônia.

A palavra-chave em seu discurso —justiça— é também tema central de discussões que se tornaram mais frequentes com a pandemia, inclusive no ambiente corporativo. A chamada injustiça climática ou injustiça socioambiental, se refere ao apontamento de como os impactos das mudanças climáticas são e serão sentidos de forma desigual por diferentes grupos e lugares.

Outro termo para entender essa problemática é a “vulnerabilidade”, determinada por uma mistura de fatores socioeconômicos, ambientais e culturais, mas que também é exacerbada por questões como (falta de) políticas de habitação, planejamento urbano, distribuição de renda e acesso a saúde e saneamento básico.

VULNERABILIDADE

Estudo recente do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC, na sigla em inglês) mostra que cerca de 3,3 bilhões a 3,6 bilhões de pessoas estão altamente expostas a mudança do clima. O relatório deixa claro que há uma associação direta entre subdesenvolvimento e alta vulnerabilidade a riscos climáticos. Entre 2010 e 2020,



“Enquanto os tomadores de decisão se mantiverem com pouca diversidade, dificilmente a justiça climática será central”

Flávia Bellaguarda,
cofundadora da La Clima

a mortalidade humana por inundações, secas e tempestades, por exemplo, foi 15 vezes maior em regiões altamente vulneráveis, em comparação com áreas com vulnerabilidade muito baixa. A vulnerabilidade também tem relação com gênero e raça.

—A flexão de gênero, raça e etnia é indissociável da discussão sobre justiça climática no Brasil —argumenta Iago Hairon, que está à frente do Programa para a América Latina da Fundação Open Society.

Por muito tempo, comentou, os esforços de proteção da Amazônia por organizações filantrópicas, não governamentais e organismos multilaterais concentraram-se em programas de conservação e políticas no âmbito nacional. Hoje, há clareza de que isso não é suficiente.

—É preciso engajar áreas urbanas amazônicas e suas populações, constituídas principalmente por indígenas e afrodescendentes —diz Hairon.

Ao conectar os direitos humanos com as mudanças climáticas, a Open Society, rede internacional de filantropia fundada pelo magnata George Soros, ampliou, há pouco mais de um ano, seu portfólio de doações, incluindo a justiça climática no seu foco. O orçamento de 2021 foi de US\$ 1,3 bilhão, dos quais US\$ 5 milhões foram repassados a projetos com esse recorte no Brasil e na América Latina. O valor deste ano ainda não foi definido.

O movimento da justiça climática despontou a partir dos anos 1990. Mas foi na COP 26 em 2021 que o tema ganhou visibilidade, depois de a pandemia ter escancarado as desigualdades e os líderes entenderem que a gravidade e frequência de eventos extremos estão aumentando.

No Brasil, que tem uma eco-

nomia extremamente dependente das commodities, os impactos da mudança climática vão ser sentidos do Cerrado à região do Matopiba (fronteira agrícola que reúne os estados de Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia), passando pelos agricultores familiares do semiárido, populações ribeirinhas, indígenas e moradores de áreas de risco das cidades.

—Quando chove em São Paulo, não é a Faria Lima ou a Avenida Paulista que alaga, mas Brasilândia, onde eu moro —compara Amanda Costa, fundadora do Instituto Perifa Sustentável.

Ela é também conselheira do Pacto Global da ONU, na categoria juventude, e vice-cuidadora no Global Shapers, a comunidade de jovens do Fórum Econômico Mundial. Localizada no extremo norte da cidade, Brasilândia é, segundo o Mapa de Desigualdade da Rede Nossa São Paulo (2021), a região paulistana com uma concentração de 25,4% de residências em favelas em relação ao total de domicílios.

Amanda já participou de três conferências do cli-

ma, incluindo a de Glasgow. —São sempre os mesmos que detêm o poder de fala e o poder de decisão: os homens brancos e heteronormativos, do Norte Global, que não entendem, por exemplo, o que é viver numa periferia ou numa comunidade indígena —diz ela, embora admita que uma mudança não se adaptem a essas novas demandas sociais colocadas à mesa, elas correm o risco de não sobreviver.

1% TEM 30% DA RENDA

O mesmo se aplica aos governos, argumenta. No Perifa Sustentável, a missão de Amanda é pressionar os tomadores de decisão a protocolarem e aprovarem leis de emergência climática.

—Enquanto os tomadores de decisão e os negociadores se mantiverem com pouca representatividade e diversidade, dificilmente a justiça climática vai ser central. O centro da negociação precisa ser diverso, precisa ser plural —reforça Flávia Bellaguarda, gerente de Relações Internacionais no Centro Brasil no

Clima e uma das fundadoras da La Clima, rede de advogadas da América Latina com foco na questão climática.

O Brasil está na categoria dos países mais desiguais do mundo: 1% da população mais rica detém quase um terço da renda total do país. É neste contexto que o país precisa avançar na pauta ESG, sigla para páticas ambientais, sociais e de governança.

—Independente do nome, temos que avançar e traduzir o conceito da justiça climática de uma forma mais clara —afirma Sônia Consiglio, especialista em sustentabilidade e SDG Pioneer do Pacto Global (líderes empresariais reconhecidos por promoverem os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável).

DANIELA CHIARETTI

globo.globo.com/economia
daniela.chiaretti@valor.com.br



Quem investirá na Amazônia do crime?

Trabalho lá há 11 anos e nunca vi uma situação tão difícil. Os indígenas dizem que hoje a quantidade de invasões é comparável à do período anterior à demarcação. A frase do indigenista Bruno Pereira foi dita em entrevista em dezembro de 2021 e se refere à região do Vale do Javari, no Amazonas, fronteira Norte do país. Servidor da Funai licenciado e ex-coordenador geral de índios isolados de recente contato do órgão, Bruno ajudava os índios a mapearem as ilegalidades na Terra Indígena Vale do Javari, área onde vivem mais de 6.300 pessoas de várias etnias, muitos grupos isolados e é alvo cons-

tante de invasores. Uma frente de ameaças são pescadores e caçadores ilegais. Gente que pesca e caça em grandes volumes e têm conexão assustadora com o narcotráfico.

Os índios, por seu turno, conquistam protagonismo crescente na fiscalização da área. Usam drones e tecnologias de monitoramento para localizar os invasores. Ocupam um espaço que é dever e responsabilidade do Estado, mas que, como o mundo todo está vendo, tem sido deixado para o crime.

Bruno Pereira conseguiu destruir 50 balsas de garimpo no rio Jutai, uma artéria da região, em 2019. Foi a última grande operação conjunta da Funai, Ibama e da Polícia Federal na TI. O indigenista foi exonerado em seguida, mas seguiu trabalhando por ali. Dom Phillips, o jornalista britânico que o acompanhava e com ele desapareceu em 5 de junho, queria ver como os índios cuidam do próprio destino e tomam conta do que o Estado não faz — uma omissão criminoso.

Essa situação dramática escancara o desleixo dos órgãos públicos em uma área complexa, multicultural e sempre assediada por invasores. “Não dá para dizer que o narcotráfico seja uma novidade, mas ganhou proporção gigantesca neste governo, assim como a atividade predatória. Este é um elemento agravante muito forte para a governabilidade futura da região”, diz Márcio

Santilli, ex-presidente da Funai e sócio-fundador do Instituto SocioAmbiental, o ISA.

O que ocorreu com Bruno e Dom terá que ser esclarecido, mas os brasileiros tomaram conhecimento de mais uma frente do crime na Amazônia. A BBC trouxe dados de uma pesquisa realizada em 2014 pelo Center for International Forestry Research que estimou que 278 toneladas de carne de caça são vendidas por ano nas cidades da triplíce fronteira do Brasil, Peru e Colômbia. Pela lei, só indígenas e comunidades tradicionais podem caçar animais silvestres, para o seu sustento.

Ao Valor, o indigenista Orlando Possuelo contou que não é raro encontrar canoas com mil tracaças dentro, o que rende R\$ 100 mil ao pescador. Como a pesca predatória é muito agressiva, o peixe começa a rarear e os invasores migram para a TI. É gente que vive por ali e todos conhecem. O tráfico os seduz com redes de pesca, barcos e outros materiais caros.

Este é o ambiente de negócios que se encontra hoje em boa parte da Amazônia. “Está naturalizado, de certa forma, com o discurso do governo que briga com as ONGs e com os indígenas. E quem sai fortalecido é

narcotráfico”, resume Adriana Ramos, sócia do ISA. A Coalizão Brasil, que reúne mais de 300 representantes do agronegócio, setor financeiro, Academia e ONGs, cobra solução para o desaparecimento de Bruno e Dom. Há ali motivos humanitários mas também entendimento de que, do jeito que vai, o crime organizado está tomando conta da Amazônia.

Passou a hora de fazer conexões e ligar os pontos. Quem serão os malucos que irão investir numa Amazônia na rota de se tornar um imenso território tomado pela ilegalidade? Um estudo da Comissão de Combate à Grilagem diz que a papelada de terras registradas em cartórios no Pará dá conta de quatro vezes o tamanho do Estado.

Para quem serão pagos créditos de carbono se não se sabe quem é o dono da terra? Como fazer negócios nesta bagunça? Quem irá colocar recursos em bioeconomia ou em exploração legal de madeira?

Crime na Amazônia destrutura os três pilares — o ambiental, o social e a governança. A continuar como está, os números bilionários do potencial do mercado de carbono no Brasil serão apenas previsões delirantes das consultorias.

Daniela Chiaretti é repórter especial de ambiente do Valor, vencedora do prêmio Esso de 2011 na categoria Ciência

REPARAÇÃO SOCIAL POR MUDANÇAS NO CLIMA

Projetos aliam impacto ambiental com demandas de saneamento, gênero e justiça racial. Mulheres estão no foco

LIANA MELO
Especial para a Prática ESG
economista@globo.com.br

Sé sabido que as mudanças do clima não afetam igualmente a todos, o passo seguinte para qualquer remediação é entender como compensar os que sofrem mais e prevenir danos futuros. Um exemplo disso aconteceu em 2003, no Bra-

sil. Seis mil toras de mogno, madeira nobre da Amazônia, que saíram ilegalmente dos municípios de Altamira e São Félix do Xingu, ambos no Pará, foram apreendidas. A região era rota tradicional de comércio ilegal de madeira.

Por pressão dos movimentos sociais locais, a madeira embargada foi a leilão e o dinheiro arrecadado (R\$ 8 mi-

lhões) foi convertido em um fundo fiduciário vitalício. Assim, nasce o Fundo Dema, um dos primeiros projetos de justiça climática apoiado pela Open Society no Brasil, fundo filantrópico do magnata George Soros.

Na prática, o Dema é um fundo de justiça socioambiental cujos recursos financiam um total de 600 projetos cole-

tivos dos “Povos da Floresta”. A ONG Fase é quem administra o dinheiro, que hoje soma cerca de R\$ 18 milhões. Ainda que a Fase tenha sido escolhida como responsável jurídica e administrativa do fundo, sua governança cabe a um comitê gestor formado por organizações e movimentos sociais que atuam na Amazônia Legal.

— Não existe biodiversi-

dade sem a sociodiversidade — defende Simy Corrêa, coordenadora executiva do Fundo Dema.

Que iniciativas como essa fazem é uma tentativa de reparação social, que tem se consolidado na academia sob o nome de justiça socioambiental ou climática. A Rede Jandyras-Rede de Articuladores Ambientais, gerida pela organização Ame Tucunduba, de Belém (PA), é outro projeto apoiado pela Open Society e que trabalha nessa linha. O foco prioritário são as mulheres.

— Elas são as principais impactadas pelas mudanças climáticas — comentou Micaela Valentin, diretora-presidente da Ame Tucunduba.

No ano passado, a Rede Jandyras organizou um grupo de discussão com 40 mulheres para ampliar a participação feminina no debate político das agendas ambientais da cidade. As mulheres selecionadas eram prioritariamente não-brancas, moradoras de bairros periféricos e filhas da região. Juntas, elas construíram uma agenda climática para a cidade, conectando saneamento,

justiça racial e clima com habitação. Uma carta-compromisso foi entregue à Câmara de Vereadores e foi prometida a criação de um fórum de mudança climática no plano plurianual de Belém.

EFEITO DESIGUAL

Análises de gênero podem ser consideradas uma das mais importantes dentro da justiça climática, argumenta Letícia Teixeira Lima, autora do livro “Mulheres e (in)justiça climática no Antropoceno”. Lançado no ano passado, o livro faz parte do trabalho de pesquisa que a advogada desenvolve junto ao Grupo de Pesquisa que a advogada desenvolve junto ao Grupo de Pesquisa Direito, Ambiente e Justiça no Antropoceno (Juma), ligado a PUC-Rio.

— As demandas específicas das mulheres costumam ser invisibilizadas — diz.

O cruzamento da desigualdade de gênero com os riscos climáticos já foi reconhecido pelas Nações Unidas e está descrito no Acordo de Paris, o primeiro documento da ONU a incluir nas negociações internacionais a justiça climática.



Projeto. Rede Jandyras busca justiça socioambiental em Belém

ENTREVISTA

Virgílio Viana, ENGENHEIRO FLORESTAL

‘É PRECISO CRIAR INCENTIVO ECONÔMICO À RECICLAGEM’

ELIANE SOBRAL, especial para a Prática ESG, economista@globo.com.br sua mesa

O engenheiro florestal Virgílio Viana, tem um currículo tão extenso quanto o trabalho que realiza há anos pelo desenvolvimento sustentável da Amazônia. Foi durante sua gestão como Secretário de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável do Amazonas, entre 2002 e 2008, que foram instaurados 12 milhões de hectares de unidades de conservação, com redução de 60% do desmatamento na floresta. Atualmente, além das aulas que ministra como professor associado da Fundação Dom Cabral e livre docente na Esalq/USP, Viana está à frente da Fundação Amazônia Sustentável, como superintendente geral. No

início deste ano, também passou a integrar a Pontifícia Academia das Ciências Sociais do Vaticano, nomeado pelo Papa Francisco. Em trânsito entre Belo Horizonte e Manaus, Viana concedeu a seguinte entrevista:

O senhor foi nomeado diretamente pelo Papa Francisco e é o único brasileiro a integrar a Academia do Vaticano. Qual será seu papel lá?

Primeiro, é preciso que se diga que fiquei extremamente honrado com o convite. O Papa Francisco tem sido uma liderança de relevância global em muitas direções, especialmente sobre a preservação ambiental, das comuni-

dades indígenas, ribeirinhas. O meu papel é manter a Academia informada sobre as condições de preservação ambiental na região.

E quais são as condições atuais, especialmente no que diz respeito à reciclagem?

Nós atuamos tanto na agenda urbana quanto na rural e toda atividade que envolve a coleta de resíduos e reciclagem faz parte do nosso escopo também. Nós temos um trabalho de apoio à reciclagem em Manaus e também nas comunidades rurais, que é uma iniciativa pioneira e também um tremendo desafio.

Por questões de logística e infraestrutura?

Sim, mas não só. Porque nas cidades, o transporte é feito pelas ruas, avenidas e rodovias. Na Amazônia profunda, o meio de transporte são os barcos. Não existe rua, existe rio. Mas não deixamos de encontrar solução. E a coleta é

feita assim, de barco. Mas há também as questões culturais, mas temos muitos impactos.

Qual mudança cultural foi preciso implementar?

Até pouco tempo atrás, não existia embalagem. A pessoa comia uma banana e jogava a casca no chão e alguém comia, uma galinha, uma minhoca. Agora não. Agora tem embalagem de salgadinho, garra-

fa PET. Então, na minha opinião, temos muitos avanços, mas temos enormes desafios.

Quais as dificuldades? No engajamento da população ou em políticas públicas?

Temos que ter uma política de gestão de resíduos muito mais agressiva do que a que temos hoje. Começa pela embalagem PET. Eu defendendo já há muito tempo que tenha uma taxa de dez centavos, como tem na Alemanha e em vários outros países, sobre algumas embalagens. Por que não tem latinha em lugar nenhum? Porque criou-se uma viabilidade econômica em torno do alumínio. A gente tem que fazer isso com outros tipos de resíduos. Tem que ter uma lógica tributária capaz de criar um incentivo econômico para a reciclagem. Essa atividade, da reciclagem, é capaz de envolver a base da pirâmide.

Qual seria o caminho para este envolvimento?

Com políticas que incentivem essa atividade e a melhor remuneração dos catadores, por exemplo. Porque quem está nesta atividade hoje é a base da pirâmide socioeconômica, são as pessoas mais pobres.

Como tem sido o trabalho envolvendo as comunidades indígenas?

Começou na comunidade Três Unidos, do povo Kambeba, que fica às margens do Rio Negro, há cinco ou seis anos. O projeto que conta com o apoio da TetraPak, uma das nossas parceiras, e com resíduos sólidos. Mas era muito cara a logística para trazer para a cidade. Conseguimos implantar uma unidade recicladora lá mesmo e, agora, temos um barquinho que faz a coleta de vários materiais. Por isso, é preciso ver as políticas públicas se adequam às realidades que temos no Brasil. Normalmente, elas não se adequam.



DIVULGAÇÃO

MAIS DIGNIDADE A CATADORES DE LIXO

Com avanço da economia circular, cooperativas se profissionalizam para atender clientes, proporcionando melhoria de vida a cooperados. Pesquisa mostra que 60% deles tiveram aumento da renda com o trabalho

ELIANE SOBRAL
Especial para a Prática ESG
economiasocialglobo.com.br
SÃO PAULO

O avanço da pauta da economia circular está jogando luz sobre um elo fundamental na cadeia da reciclagem. Os catadores de lixo ou catadores, como também são chamados, começam a ganhar protagonismo e estão no centro de um movimento de valorização deste tipo de trabalho. Um bom exemplo é a cooperativa YouGreen, idealizada e fundada pelo engenheiro Roger Koeppl, um grupo de outros 21 profissionais, em 2011.

O diferencial da YouGreen é a profissionalização da prestação de serviços. A logística da coleta, por exemplo, acontece em dias programados com os clientes. E há rastreabilidade do material coletado — assim que chega à cooperativa, o lixo é pesado, recebe uma etiqueta com código de barras que acompanhará o material até virar fardo prensado, pronto para ser vendido às recicladoras. Com isso, cada cliente recebe relatórios sobre quanto e quais materiais foram descartados em suas unidades.

FRANQUIA PARA COLETA

No passado, diz Koeppl, esses relatórios eram enviados às matrizes, no caso dos clientes multinacionais, apenas como uma espécie de comprovante do que as subsidiárias estavam fazendo por aqui. Hoje, virou uma ferramenta importante para que conheçam e administrem os resíduos gerados.

Com a profissionalização para um trabalho tão desvalorizado como o dos catadores, a YouGreen não só cres-



Valorização. Koeppl, um dos fundadores da YouGreen, cooperativa que contrata profissionais com salários a partir de R\$ 1.800 por mês

ceu — hoje são 60 cooperados — como está expandindo seu modelo de negócio por meio de franquias. Atualmente, já são cinco em fase de implantação, em São Paulo e Rio de Janeiro, e a meta é abrir outras duas até o fim deste ano. Todo o processo leva entre seis meses e um ano e começa com *due diligence*, quando é verificada se a cooperativa que vai ser franqueada tem alguma pendência legal ou dívidas, como é feito com empresas.

Os catadores também passam por processo de educação e treinamento. Ao final, a cooperativa é convertida ao modelo da YouGreen passa a integrar um centro de servi-

ços compartilhados que conta com recursos humanos, consultoria jurídica, treinamentos e departamento comercial, que se encarrega de captar novos clientes, inclusive em nível nacional, uma vez que muitos operam também fora do estado de São Paulo.

De acordo com Koeppl, Salvador, Manaus e Ribeirão Preto já estão em fase de prospecção. Curiosamente, diz ele, a receptividade do novo modelo tem sido maior entre empresas do que entre catadores.

A Política Nacional de Resíduos obrigou as companhias a fazerem logística reversa. Patrocinar a instalação de uma franquia tem sido uma opção, pois é possível

rastrear o resíduo gerado. Já os catadores ficam desconfiados, principalmente quando lhes é dito que a renda deve aumentar consideravelmente quando passam a integrar a cooperativa. Em média, um catador ganha R\$ 600 por mês. Na YouGreen, o piso é de R\$ 1,8 mil. Segundo Koeppl, a instalação de uma unidade da empresa varia entre R\$ 125 mil e R\$ 250 mil. O investimento é único e a empresa patrocinadora recebe o pacote completo dos serviços oferecidos.

— Tem sido uma opção interessante para empresas, institutos e fundações porque nosso trabalho tem função social — diz Koeppl, explicando que

a maior parte dos cooperados é egressa do sistema penitenciário, imigrantes e refugiados que chegam ao Brasil sem qualquer estrutura.

MULHERES SÃO MAIORIA

O engenheiro eletricitista Frange Dimbumba é um exemplo. Há cinco anos ele saiu do Congo e veio para o Brasil fugindo das violentas disputas étnicas e da miséria que assola o país africano. Começou na YouGreen separando o material coletado. Hoje é gerente de operações da cooperativa e faz faculdade de administração. Em comum com os catadores brasileiros, Dimbumba tem um histórico de dificuldades e necessidades. Mas exibe algo que

os demais praticamente não têm: um diploma.

Levantamento que o C.Lab, laboratório de pesquisas da Nestlé, realizou em maio com 760 catadores cooperados em todo o Brasil, mostra que apenas 3% dos entrevistados têm ensino superior completo. Almoço é a principal refeição para 95% dos ouvidos. A falta de comida no prato é uma constante para quem vive de recolher materiais recicláveis: 30% deles já deixaram de fazer alguma refeição por não terem dinheiro, e outros 27% já ficaram o dia todo sem comer.

— Este estudo nos permite dar voz a estes agentes para aprofundar o entendimento de suas reais necessidades e melhor direcionar nossas ações — afirma Priscilla Caselatto, gerente de Consumer Insights da Nestlé Brasil.

Outros dados da pesquisa mostram que 61% dos respondentes são mulheres, 31% entre 25 e 44 anos e 71% são pretos e pardos. A coleta de lixo pelas ruas é a única fonte de renda para 82% deles.

Ao comparar sua vida antes e depois de integrar uma cooperativa, a maioria dos entrevistados disse que a vida melhorou. Sessenta por cento deles tiveram aumento de renda, 43% se sentiram mais valorizados e outros 30% notaram mais segurança no trabalho. Só o fato de saírem das ruas já explica essa melhora, afirma o CEO da YouGreen, onde os cooperados trabalham dentro de um galpão, no próprio cliente, ou dirigindo um dos dois caminhões da cooperativa que recolhem os materiais nas empresas.

PRÁTICA CIRCULAR

Reciclagem põe a sustentabilidade nos pés

Indústria de tênis investe em calçados feitos com material reaproveitado. Preço da matéria-prima ainda é entrave

CLAUDIO MARQUES economiasocialglobo.com.br Especial para a Prática ESG SÃO PAULO

A expressão “dar uma circularidade por aí” ganha um novo sentido quando se refere a um tênis feito com material reciclado. A indústria de tênis está seguindo a trilha da circularidade de materiais, caracterizada pelo reuso e a reciclagem. Já é possível encontrar nas lojas, principalmente as grandes, modelos que podem ter em sua composição garrafas PET reaproveitadas, EVA verde (resina produzida a partir de cana-de-açúcar) e algodão reciclado. Os nomes globais saíram na frente nesse processo, mas as empresas locais também buscam avançar nessa jornada.

A Alme, marca do grupo Arezzo&Co, e que tem duas lojas em São Paulo, lançou o modelo Lume. Sem cadarço, é fabricado com algodão reciclado no cabedal, fio de garrafa PET no elástico e costura, palmilha feita com EVA verde e solado com borracha reciclada e natural. Todo o material utilizado na confecção do calçado é rastreado, para ga-

rantir a origem e a adoção de práticas sustentáveis na cadeia de produção. As informações ficam disponíveis no QR Code da etiqueta do produto.

De acordo com o fabricante, o modelo emite 5,03 kg de CO₂. Do total emitido pelo Lume, 79% vêm da produção e dos materiais, 11% do transporte e 10% da embalagem. Estudo realizado pelo Massachusetts Institute of Technology

(MIT) em 2013 apontava que a produção de um par de tênis, sem material reciclado, gerava 13,6 kg de gás.

— O modelo é 100% carbono neutro. O que não conseguimos substituir por reciclados, compensamos — afirma Isabella Barbieri, líder de Sustentabilidade da Alme.

Produzir um tênis mais sustentável, no entanto, tem seus obstáculos. As principais dificuldades ainda estão nas ma-

térias-primas, porque elas acabam sendo mais caras. É preciso sempre dosar a questão do preço, diz Isabella. No site da empresa, o Lume é vendido por R\$ 330, um valor que pode ser considerado na média com o praticado pelo mercado em sua categoria.

Diretora de Comunicação Corporativa e ESG da Vulcabrás, Thaiany Assad concorda que a matéria-prima é mais cara.

— Há também a questão da escala. Uma coisa é fabricar com produtos iguais para todos os modelos. Outra é ter apenas uma linha específica. O desafio é que o produto não seja mais caro [para o consumidor] — afirma.

A Olympikus, marca da Vulcabrás, lançou em 2021 uma edição limitada do Corre Eco 1, feito com material reciclado. Agora, já planeja a colocação no mercado do Corre Eco 2, ainda sem data marcada.

Segundo Isabella, da Alme, a produção do fio de PET requer mais tecnologia, um fator que leva empresas a buscar o produto no exterior. No caso da Alme, o fio é importado da China, onde o plástico é coletado no lixo. Já o algodão

reciclado é produzido no Brasil, em Americana (SP).

Fundada no fim de 2017 e com uma rede de três lojas, duas em São Paulo e outra em Porto Alegre, a Yuool entrou essa jornada sustentável com dois modelos produzidos com um *blend* de fios oriundos de garrafas plásticas PET recicladas e rastreadas e algodão orgânico no cabedal.

De acordo com a empresa, cada 40 garrafas dão origem a 1kg de fio. Sócio da Yuool, Eduardo Rocha avança mais um passo no processo de circularidade, ao ressaltar que os pares são embalados em caixas feitas com papelão reciclado. A próxima etapa, diz, será instalar nas lojas pontos de coleta de tênis usados da marca para serem reaproveitados.

No pós-consumo, o programa Alme Retorne incentiva a doação dos tênis (e calçados em geral) usados com pontos de coleta em suas lojas. Ainda que esse material não retorne para o setor calçadista, o itinerário da circularidade se fecha com a maior parte desse material indo para a indústria do cimento, que o utiliza para gerar calor em seus fornos. Outros 14% são doados para instituições, por ainda estarem em boas condições.

Quer saber o que as grandes marcas internacionais estão oferecendo em tênis ‘verdes’? Acesse: <https://oglobo.globo.com/economia/esgl>

PASSO A PASSO DA PRODUÇÃO



Editoria de Arte

SUZANA LISKAUSKAS
Especial para a Prática ESG
economia@oglobo.com.br

Diante da crescente preocupação com o aquecimento global e da pressão da sociedade pela busca de energia limpa, várias empresas que atuam no segmento de transporte ou que têm a logística no coração dos negócios estão investindo na eletrificação da frota. A DHL Supply Chain no Brasil é uma delas. Para zerar as emissões de CO₂ em suas operações até 2050, a empresa vai dobrar a frota atual de 70 veículos elétricos em 12 meses.

Nos próximos 30 anos, a previsão da empresa no Brasil é que somente essa frota com 70 automóveis elétricos, incluindo VUC (Veículo Urbano de Carga) e caminhões, possa evitar a emissão de 22 mil toneladas de CO₂. Hoje, a frota elétrica atende oito clientes no Sul e Sudeste nos setores de comércio eletrônico, farmacêutico, moda e consumo.

— Até o fim de 2022, nossos veículos elétricos vão circular também na Bahia, Ceará e Pernambuco. Estamos concentrados na distribuição urbana, em rotas curtas por conta da limitação da infraestrutura de abastecimento de carga — diz Fábio Miquelin, vice-presidente de Transportes da DHL Supply Chain.

Segundo ele, outra meta é a utilização de energia limpa nos pontos de reabastecimento dos veículos elétricos. Será iniciada a instalação de painéis solares nesses pontos em 2023. Hoje, o Centro de Distribuição em Louveira (SP), já produz sua própria energia a partir de fonte solar.

A empresa não detalha o volume investido no país para a eletrificação da frota, mas Miquelin diz que os valores estão incluídos no montante destinado à América Latina para a Estratégia 2025, de € 30 milhões, incluindo desenvolvimento de tecnologia e projetos de inovação.

AUTONOMIA DOS VEÍCULOS

Um dos clientes da DHL que já utiliza vans e VUC elétricos para entregas em lojas de rua e shopping é o grupo Boticário, cuja meta é realizar todas as entregas com veículos elétricos até 2025 nas capitais brasileiras. Com autonomia em torno de 200 quilômetros, o VUC elétrico tem sido usa-



EMPRESAS APOSTAM EM FROTA ELÉTRICA PARA CORTAR EMISSÕES

Na indústria, na logística e no varejo, cresce uso de veículos movidos a bateria no transporte de carga. Falta de infraestrutura limita uso de automóveis elétricos em redes urbanas de entrega

do para entregas urbanas, trecho conhecido na logística como "última milha".

A eletrificação de caminhões considerados leves também é uma grande aposta da Volkswagen Caminhões e Ônibus no Brasil. Desde o início da produção, em junho de 2021, a fábrica em Resende, no Sul Fluminense, já vendeu 300 unidades dos modelos e-Delivery. Entre os compradores do modelo estão Ambev, JBS e Coca-Cola FEMSA Brasil. Para desenvolver e produzir o e-Delivery, a companhia investiu cerca de R\$ 150 milhões.

Até o fim de 2022, a produção brasileira de caminhões elétricos da Volks será vendida para a América Latina. Os modelos já foram apresentados para compradores na Argentina, Chile, Colômbia, Paraguai, Uruguai e México. Segundo a montadora, o processo está na fase de testes de altitude e homologações.

— Estamos aumentando a produção pouco a pouco no mercado brasileiro, mas já analisamos as exportações. Há uma previsão de entrega das primeiras unidades até o fim do ano, com foco no México e na Argentina — diz Roberto Cortes, presidente da VW Caminhões e Ônibus.

Segundo Cortes, os caminhões elétricos custam cerca de R\$ 850 mil, enquanto o modelo tradicional de mesmo porte fica em torno de R\$ 300 mil. Mas o custo de manutenção cai à metade, considerando um veículo que roda 24 horas. O investimento do caminhão se paga em cinco anos, diz o executivo.

Na análise de Cortes, para reduzir as emissões no modal rodoviário, o mais viável, no caso do Brasil, é a eletrificação da frota de caminhões voltados para a distribuição

urbana. Segundo ele, entre 10% e 15% da frota produzida no Brasil serão concentradas em modelos elétricos voltados para entrega urbana, por não exigir muita infraestrutura de carregamento.

A eletrificação do transporte também está no plano de descarbonização da Americanas. É uma das principais iniciativas para reduzir emissões e atingir a meta da companhia de se tornar carbono neutro até 2025, diz Patrícia Bello, gerente de operações de logística da varejista.

A Americanas começou a montar sua frota de utilitários

elétricos para rotas de até 200 km, em 2021. Hoje, tem 180 utilitários rodando em nove estados no Sudeste, Sul, Nordeste e Distrito Federal. A frota para a "última milha" também inclui 61 tuk-tuks elétricos e 86 bicicletas (convencionais e elétricas).

Com a eletrificação, a empresa reduziu em 90% os gastos mensais para manutenção da frota para distâncias mais curtas. Os custos com combustível foram substituídos pelo valor referente ao consumo de energia elétrica, que varia de acordo com as regiões do país.

INOVAÇÃO SOBRE RODAS QUE VEM DO SOL E DO GELO

Empresas usam inteligência artificial para otimizar rotas de caminhões

Não há, no curto e médio prazos, perspectivas de solução para eletrificar veículos pesados, inclusive pela ausência, em âmbito nacional, de políticas claras capazes de estimular essa indústria, diz Marcela Cunha, diretora executiva da Associação Brasileira de Operadores Logísticos (Abol). Enquanto a eletrificação encontra barreiras, empresas que dependem do modal rodoviário têm investido em alternativas para diminuir as emissões de gases de efeito estufa.

Um dos caminhos pode ser a inovação aberta. A start-up TRAILAR, do Reino Unido, venceu o programa de inovação aberta da DHL Supply Chain e desenvolveu um pro-

jeto para instalar placas solares superfinais, de três milímetros, em caminhões refrigerados que transportam carga para a indústria de saúde. Por conta do sistema de refrigeração, o consumo de combustível nesses veículos é maior.

OPERAÇÃO ECOEFICIENTE

Segundo Marcos Cerqueira, vice-presidente de Saúde da DHL Supply Chain, a tecnologia pode reduzir em 5% o consumo de combustível. Com a instalação das placas solares, cada caminhão pode deixar de emitir quatro toneladas de gases anualmente.

No Brasil, o sistema de placas solares foi instalado em 16 caminhões refrigerados

da Polar. A transportadora especializada em cadeia fria para indústria da saúde pertence ao grupo DHL e tem uma frota de aproximadamente 350 veículos.

Mesmo em dias mais nublados, as placas, que são resistentes à chuva, captam energia. A eficiência energética chega a até 960 watts por dia. O sistema de placas solares é fixado no teto dos caminhões e tem uma conexão direta com o motor e a bateria, auxiliando na alimentação de ambos.

Inteligência artificial (IA) e o aprendizado de máquina (machine learning), também são aliados da DHL no dia a dia para reduzir as emissões.



Meta. Parceria de Boticário e DHL para entregas com veículo elétrico

Fábio Miquelin, vice-presidente de Transportes da DHL Supply Chain, conta que a empresa usa um planejador e roteirizador para obter a melhor condição para entrega de cargas em cada rota.

— Os operadores buscam criar metodologias mais eficientes de formação de carga e otimização de rota. Isso demanda menos recursos e reduz os impactos

ambientais — afirma Marcela, da Abol.

Nos últimos cinco anos, a White Martins, fabricante de gases industriais e medicinais, também se valeu de tecnologias de IA para evitar a emissão de cerca de 4,5 milhões de toneladas de gases de efeito estufa. A empresa investiu US\$ 6 milhões na aquisição de um sistema logístico que utiliza recursos

de inteligência artificial para planejar rotas mais eficientes, chamado de PraGas e desenvolvido na Alemanha. Com ele, a empresa aumentou em 4,3% a eficiência operacional e reduziu em 5% a quantidade de emissões.

— Esse binômio de investimento e inovação se traduz em produtividade e sustentabilidade — diz Gilney Bastos, presidente da White Martins.

Para aumentar a entrega de gases líquidos com mais eficiência logística, a White Martins incrementou também a tecnologia das carretas criogênicas, que transportam gases líquidos. A empresa expandiu a capacidade das carretas. Na prática, isso significa que a carga anteriormente transportada em duas viagens, agora é entregue em uma única vez.

Na fabricação e aquisição dos veículos criogênicos mais eficientes, a empresa investiu US\$ 20 milhões entre 2018 e 2021. Hoje, a frota total tem 700 carretas. (S.L.)



— A maioria dos veículos que opera nossa logística ainda é movida a combustão, mas estamos melhorando em diversas modalidades — diz Patrícia, acrescentando que, em 2021, 14% das entregas na “última milha” foram feitas com frota ecoeficiente.

A eletrificação da frota também já chegou à indústria. A Vale está substituindo combustíveis fósseis por fontes limpas em minas e ferrovias. O projeto Powershift vai eletrificar essas duas áreas, que juntas respondem por 25% das emissões diretas de carbono da companhia. Um caminhão convencional pode emitir cerca de 886 toneladas/ano de CO₂, enquanto o elétrico praticamente não gera emissões.

1º TREM HÍBRIDO DO PAÍS

O mesmo vale para as locomotivas elétricas. Já uma locomotiva a diesel consome 940 mil litros do combustível por ano, emitindo em média 2.500 toneladas/ano de CO₂. “Se a tecnologia se mostrar viável, as locomotivas elétricas poderão contribuir para uma redução significativa das emissões na cadeia logística do minério”, disse a empresa em nota.

Na operação de metais da Vale no Canadá já estão em operação 40 veículos elétricos de mina subterrânea. A companhia vai começar agora a testar na Mina de Água Limpa (MG) e na Indonésia dois veículos elétricos de 72 toneladas no transporte de minério de ferro. A Vale espera receber, em 2024, protótipos de caminhões totalmente elétricos para operar fora de estradas, com capacidade entre 240 e 320 toneladas. Se o projeto avançar, ela pretende adquirir 30 caminhões desse porte a partir de 2027.

Na ferrovia, uma locomotiva elétrica já passou por testes na Estrada de Ferro Vitória a Minas (EFVM) e no pátio de manobra. O equipamento está passando por um retrofit e, no segundo semestre começará a operar na linha da EFVM, composto, com outras locomotivas a diesel, o primeiro trem híbrido do país. Uma segunda locomotiva 100% elétrica entrou nos trilhos em abril no pátio de manobra do Porto Ponta de Madeira, em São Luís (MA), em caráter piloto. Quando estiver em plena operação, vai transportar minério de ferro das minas da Vale no Pará pela Estrada de Ferro Carajás.

START-UP MIRA POSTOS PARA RECARGA NO PAÍS

Negócio cresce com solução para gargalo no abastecimento e atrai a gigante de combustíveis Vibra. Pontos são instalados em condomínios, mercados e shoppings

SUZANA LISKAUSKAS
Especial para a Prática ESG
economia@oglobo.com.br

No primeiro trimestre de 2021, a start-up Easy Volt Eletromobilidade (EZ-Volt), especializada em soluções de infraestrutura e gestão de recarga de veículos elétricos, mantinha 50 eletropostos para abastecer frotas em quatro estados brasileiros, com uma média de 70 recargas diárias. Em abril de 2022, tinha sob gestão 200 eletropostos, em nove estados, com a média de 300 recargas diárias.

A alta voltagem do negócio se reflete no faturamento que, nos dois primeiros anos de atuação (2019 e 2020), não ultrapassou R\$ 300 mil. Já em 2021, com os primeiros contratos focados na infraestrutura para abastecimento de frotas de veículos elétricos, a receita ultrapassou R\$ 1 milhão. Para 2022, a previsão de Gustavo Tannure, CEO e fundador da Easy Volt, é receita 300% maior.

Criada para solucionar a falta de infraestrutura no abastecimento de carros elétricos para pessoa física,

a start-up ganhou tração na gestão de recarga de frotas eletrificadas. Em fevereiro, recebeu aporte de R\$ 5 milhões da Vibra. A parceria marca a entrada da distribuidora de combustíveis na eletromobilidade.

O interesse da Vibra não está apenas na experiência da start-up na gestão da infraestrutura de uma das maiores redes de recarga de frota eletrificada do país.

Desenvolvemos um software que faz a gestão dos carregadores e nos permite identificar o nível de funcionamento dos dispositivos e da carga em cada veículo, com a estimativa de quantos quilômetros ele faz por quilowatt (KW)/hora — explica Tannure.

A expansão da EZ-Volt foi favorecida pela grande lacuna de infraestrutura para recarga de veículos elétricos no Brasil. A Associação Brasileira de Operadores Logísticos (Abol) monitora as mais de dez proposições legislativas que propõem medidas de estímulo ao desenvolvimento e uso do transporte elétrico no Brasil no âmbito das discussões em

torno da Política Nacional de Redes Elétricas Inteligentes moderna, da Política Nacional de Mobilidade Elétrica e de políticas prodescarbonização e Meio Ambiente. Mas a agenda avança em ritmo lento.

Infelizmente, trata-se de assunto que não avança no Brasil na celeridade desejada pelo setor de logística — diz Marcella Cunha, diretora executiva da Abol. — Não há tecnologia apropriada para a eletrificação de veículos pesados e no transporte em centros urbanos que comportem uma infraestrutura de abastecimento energético eficiente e sustentável.

CRÉDITO DE CARBONO

Onde há gargalo há oportunidade. A estrutura da EZ-Volt garante a gestão dos sistemas 24 horas por dia, sete dias por semana, de mais de 10 mil recargas por mês, sendo 90% para frotas e 10% para veículos de pessoa física. Os postos estão instalados em condomínios, supermercados e shoppings.

Nem nos meus sonhos eu imaginei que cresceríamos tanto. Começamos em um

cowoking em um andar e hoje nossa sede corporativa está instalada em um prédio de três andares — detalha Tannure.

Engenheiro com experiência nos setores de energia e engenharia civil, ele começou a imaginar a start-up em uma viagem a Paris na virada de 2015 para 2016. Fascinado por automobilismo, observou postos de recarga instalados na capital francesa e se deu conta de que, mesmo na Europa, a recarga de veículos elétricos, apesar de tendência, já era um gargalo na época.

Se era um problema na Europa, em breve, seria também no Brasil. Quando retornou, comprou um carro elétrico e me deparei com a primeira dificuldade. Não tinha como instalar o carregador na garagem do meu condomínio. Ai nasceu a Easy Volt — conta.

A bateria da EZ-Volt para projetos de descarbonização promete não descarregar nos próximos meses. No segundo semestre de 2022, a meta da empresa é concluir o processo de registro na Verra, certificadora global de projetos para negociação de créditos de carbono.



Alta voltagem.
Gustavo Tannure, fundador da start-up Easy Volt: previsão de crescer 300% em 2022



“Estamos concentrados, na distribuição urbana, em rotas curtas por conta da limitação da infraestrutura de abastecimento de carga”

Fábio Miqueli,
vice-presidente de Transportes da DHL Supply Chain

CONSULTORIA ESG

Você sabe o que é CPR Verde e como ele pode ajudar o agronegócio?

Título permite ao produtor rural arrecadar capital para continuar investindo em atividades ambientalmente positivas

RENATO BURANELLO



O futuro das nações depende de duas transições: a economia digital e a de baixo carbono. Crescimento e desenvolvimento econômico estarão vinculados à capacidade dos países de se posicionarem diante deste novo conceito e o Brasil tem oportunidade inigualável de se consolidar como uma potência agroambiental.

A intensificação da agricultura e o emprego de tecnologia no agronegócio multipli-

cou a produtividade, o que diminui a pressão para abertura de áreas em regiões de fronteiras agrícolas. A pecuária brasileira passa também por processo irreversível de modernização, com novas tecnologias e modernos métodos de criação de gado para redução de emissão de gases poluentes, o que se observa em processos de integração lavoura, pecuária e floresta, por exemplo.

Para isso, porém, são necessárias alterações normativas direcionadas e, aqui, merece destaque o novo capítulo do agronegócio brasileiro que nos últimos anos começou a

ser traçado. É o caso da aplicação dos serviços ecossistêmicos. Na Lei n. 14.119/2021 eles são conceituados como benefícios relevantes para a sociedade gerados pelos ecossistemas em termos de manutenção, recuperação ou melhoria das condições ambientais, sobre os quais se incluem os tão falados créditos de carbono.

Na prática, com o respaldo da Lei de Pagamentos por Serviços Ambientais, eles passam a ser objeto de transação financeira, na qual um pagador por serviços ambientais ou ecossistêmicos transfere a um provedor des-

ses serviços recursos financeiros ou outra forma de remuneração, nas condições acertadas. Assim, a preservação ambiental sai da aba custosa e caminha para a coluna do ganho potencial na produção, enquanto ativo financeiro ambientalmente positivo.

As soluções, porém, passam indissociavelmente pelos produtores rurais, que realizam importante trabalho de preservação das florestas nativas. Esse é justamente o objetivo da inserção desses mecanismos no contexto do título de crédito mais utilizado pelo agronegócio brasileiro: a Cédula de Produto Rural (CPR).

A CPR é título representativo de uma promessa de entrega futura de produto agropecuário ou seu valor em dinheiro. Decorrente do movimento iniciado pela Lei do Agro, houve substancial alargamento do objeto do título que pretendeu a criação da denominada “CPR Verde”. Para além dos produtos tradicionalmente agropecuários, este novo título pode ter como objeto a entrega de produtos oriundos de atividades de reflorestamento, manutenção de florestas nativas e manejo florestal, ou sua liquidação financeira, possibilitando, por exemplo, a promessa de entrega de carbono ou de biodiversidade, fomentando sua comercialização e financiamento.

É, pois, uma aproximação do produtor rural a um mecanismo que reconhece suas atividades ambientalmente positivas e lhe permite arrecadar capital para

continuar investindo e atuando nesse sentido. Operando de forma similar a seu par já mais conhecido, a CPR, a CPR Verde depende de certificação na sua emissão para atestar a destinação dos recursos para atividades ambientalmente positivas.

Desta forma, além de garantir ao produtor a remuneração pela exploração econômica já anteriormente exercida, permite agora que esses adentrem e explorem novas opções, impulsionando o exercício de atividades que protejam o meio ambiente na maior busca por exploração econômica sustentável.

Renato Buranello é sócio do escritório VBDO Advogados e fundador do Instituto Brasileiro de Direito do Agronegócio (IBDA). Colaboraram também Philippe Käfer, advogado no VBDO, e Bárbara Breda, diretora-executiva do IBDA.

Perguntas podem ser encaminhadas para: praticaesg@edglobo.com.br

ARTIGO

Como mitigar os riscos da tripla crise planetária?

Há possibilidades de soluções que podem alinhar a sobrevivência dos negócios à preservação da condição da vida humana

ILONA SZABÓ DE CARVALHO



O mundo enfrenta uma tripla crise planetária: dispersão climática, perda de biodiversidade e aumento da poluição. Somadas à ameaça à saúde pública e às cadeias de suprimentos trazidas pela pandemia e às questões geopolíticas agravadas pela guerra, essas crises resultam em uma gama crescente de riscos interconectados, imediatos e sistêmicos.

Esses desafios e suas possíveis soluções foram amplamente debatidos no último encontro do Fórum Econômico Mundial de Davos, em maio. Descontada a ameaça de uma guerra nuclear, há

um progressivo consenso de que as mudanças climáticas são o maior risco sistêmico de todos, tanto por sua improvável reversibilidade, quanto pelos efeitos diretos e indiretos em todos os setores e regiões, e no sistema financeiro global.

Os impactos econômicos da pandemia e da guerra — que incluem inflação alta, baixo crescimento, uma iminente crise da dívida e a volta da fome nos países em desenvolvimento — não se compararam aos que ainda estão por vir se não agirmos imediatamente para alinhar as atividades econômicas e o modo de vida com a segurança climática e a proteção da natureza.

Em Davos, governos, grandes bancos e empresas globais foram além dos

compromissos de neutralidade de carbono já assumidos e comprometeram-se, também, a reverter as perdas da natureza (e se tornarem *nature-positive*) e a melhorar a compreensão de risco, com métricas que permitam análises mais granulares, de nível local, e que integrem de uma vez por todas as questões sociais na equação da tomada de decisão de investimentos.

Na perspectiva brasileira, há possibilidades reais de soluções que podem alinhar a sobrevivência dos negócios à preservação da condição de vida humana no planeta.

Começando pelas cadeias de suprimento, é fundamental evitar o risco de que em um futuro próximo, investimentos sustentáveis na

Amazônia tornem-se inviáveis por conta do imenso risco reputacional às empresas, investidores e parceiros comerciais. Só assim as enormes oportunidades de investimentos que podem fazer do país a primeira economia

As mudanças climáticas são o maior risco sistêmico de todos, por sua improvável reversibilidade e pelos efeitos sobre o sistema financeiro

verdadeiramente verde poderão ser aproveitadas. E, para tal, conhecendo a cadeia de suprimentos, garantindo a procedência legal de matérias-primas e produtos, incluindo fornecedores diretos e indiretos, é urgente e inegociável.

As empresas e investidores que operam na Amazônia e em outros biomas devem seguir critérios e reportar métricas ambientais, sociais e de governança avançadas — que combinam o que para alguns já é prática consolidada de *compliance*, com padrões de boas práticas ainda a serem adotados pela maioria. Isso é fundamental para que garantam que não estão envolvidos ou violando de direitos humanos ou que pode inclusive, em alguns casos, levar à responsabilização de tais atores.

É certo que governos têm papel fundamental na garantia do comando e controle e no ordenamento do uso da terra, mas a total transparência, rastreabilidade e cumprimento da lei nas operações de cadeias de suprimento de commodities por parte das empresas e do mercado são também imprescindíveis e urgentes.

E, finalmente, estão as soluções climáticas naturais

ou baseadas na natureza, que, de forma simplificada, são projetadas para maximizar o sequestro de carbono e minimizar as emissões por meio da conservação, restauração e manejo aprimorado de florestas, pântanos e biomas de pastagens. Elas fortalecem a conservação da biodiversidade e proporcionam benefícios de adaptação climática, e também permitem que a Bioeconomia integre o modelo de desenvolvimento, uma vez que o Brasil é dotado de imenso potencial e vocação.

Aqui não se trata somente de aproveitar oportunidades e, sim, de mudar paradigmas e entender que mitigar riscos e promover, ao mesmo tempo, impacto positivo social e ambiental são condições para uma economia sustentável e resiliente.

Ilona Szabó de Carvalho é cofundadora e presidente do Instituto Igarapé e membro do Conselho de Alto Nível sobre Multilateralismo Eficaz do Secretário-Geral da ONU.

ELAS FINCAM OS PÉS NO REDUTO DA TECNOLOGIA

Com falta de mão de obra, inclusão das mulheres no setor de TI vira necessidade. Empresas investem em capacitação

ITALO BERTÃO FILHO
Especial para a Prática ESG
economa@iglobo.com.br

De Steve Jobs a Mark Zuckerberg, a presença de homens na linha de frente sempre foi uma característica do mercado de tecnologia. Do alto comando ao chão de fábrica, eles ainda ocupam a maioria dos postos de trabalho, fazendo com que a área seja vista como pouco diversa e inclusiva. Para mudar a cultura corporativa do setor, profissionais que são referências no segmento e companhias de diversos portes têm lançado iniciativas para formar e incluir mulheres no mercado de TI.

A capacitação de profissionais é uma das principais necessidades das empresas de tecnologia atualmente. Segundo dados da Brasscom, a associação das empresas do setor, até 2025, o segmento de TI no Brasil vai oferecer cerca de 800 mil vagas. E ainda há a necessidade de superar o déficit de profissionais, que chega a 106 mil por ano. Hoje, as universidades formam menos profissionais em relação ao que o mercado precisa.

APENAS 13,6% DAS VAGAS

Apesar da alta demanda, as mulheres têm mais dificuldade de inserção no mercado e respondem por apenas 13,6% do efetivo total, segundo levantamento da consultoria Revelo realizado com mais de 20 mil pessoas. Em funções mais técnicas, que exigem maior especialização, como back-end — que trabalha com a codificação interna das páginas — e infraestrutura, por exemplo, a proporção chega a

ser de dez homens para cada mulher. A disparidade também se apresenta nos salários: considerando-se todo os níveis de senioridade, os homens recebem 18% mais que as mulheres, diz a Revelo.

Os próprios profissionais da área têm consciência da falta de diversidade no segmento. Um levantamento lançado no fim do ano passado por Kantar e Google para medir níveis de diversidade e inclusão no setor apontou que 29% dos entrevistados acreditavam que a área de TI era a menos diversa das empresas onde trabalhavam.

Se o quadro atual ainda desafia as companhias a aprofundarem suas políticas de diversidade e inclusão, há pouco mais de uma década, a barreira começava ainda na universidade.

— No primeiro dia de aula, olhei para o lado e não tinha meninas. Passei o curso inteiro sozinha e fui a única mulher da turma que se formou — recorda a fundadora e CEO da escola Mastertech, Camila Achutti, que se graduou em Ciências da Computação pela Universidade de São Paulo (USP).

Pensando em trazer referências femininas para outras meninas que também estavam ingressando na área, Camila logo criou um blog, o Mulheres na Computação, que rapidamente ganhou repercussão. Com isso, sua carreira deslançou: recém-formada, foi estagiária na sede do Google, na Califórnia e, poucos anos depois, criou a escola Mastertech, de pensamento digital. Apesar do avanço mais recente da participação de mulheres



Inclusão. Na fintech Cora, 40% da área de TI são formadas por mulheres, que são convidadas a levar os filhos para os eventos da start-up



Trabalho. Alessandra Karine, da Microsoft, aposta no treinamento

no setor, Camila percebe que os comportamentos sexistas seguem existindo, ainda que de forma mais sutil:

— Às vezes, você é chamada para dar uma palestra sobre diversidade, mas para falar de negócio, de outros assuntos, não querem te ouvir.

No fim dos anos 2000, no Rio Grande do Sul, a desenvolvedora Cynthia Zanoni também percebeu que mulheres eram minoria no ambiente de trabalho de TI. Para mudar isso, ela e as amigas começaram a promover eventos e oficinas de programação para mulheres, que resultaram na criação da ONG WoMarkersCode, em 2015. Promovendo eventos,

“No primeiro dia de aula, olhei para o lado e não tinha meninas. Passei o curso sozinha e fui a única mulher da turma que se formou”

Camila Achutti fundadora e CEO da escola Mastertech

programas de formação e mentorias, a ONG hoje está presente em mais de 27 cidades do Brasil e do exterior e contabiliza ter alcançado mais de 200 mil mulheres desde sua criação.

A Microsoft está trabalhando em parceria com a ONG com objetivo de capacitar 100 mil mulheres em habilidades digitais no programa Mais Mulheres em Tech. Até dezembro do ano passado, 33 mil mulheres haviam se inscrito no programa. A gigante de tecnologia também possui outras iniciativas, como o Black Women in Tech, que capacita mulheres negras para a área, e #ElasNaIA, cujo objetivo é inserir as profissionais no ambiente da inteligência artificial.

— O desafio da área de tecnologia é termos mulheres mais técnicas. É por isso que estamos investindo muito em capacitação, mostrando para essas profissionais que é possível atuar nessa área, mesmo com outra formação — afirma Alessandra Karine, vice-presidente para o Setor Público, Educação e Saúde e líder de Diversidade e Inclusão da Microsoft no Brasil.

No mercado financeiro, as mulheres ainda são minoria. Na maioria dos grandes bancos, não chegam a 50% do efetivo total, segundo o Guia dos Bancos Responsáveis, publicado em 2020.

A fintech Cora, criada durante a pandemia, trilha o ca-

minho inverso: só na área de tecnologia, 40% dos profissionais são mulheres. A empresa também pretende criar, ainda neste ano, um programa que promova a transição de trabalhadoras de outras áreas para o segmento.

— Queremos trazer essas pessoas e fazer com que se sintam bem, acolhidas e com suporte — diz Jessica Chaves, líder de tecnologia da Cora.

Para a fintech, o desafio é firmar a cultura corporativa ao mesmo tempo em que cresce rapidamente: em 2020, eram apenas 400 funcionários; hoje, são quase 400. Para criar vínculos entre colaboradores, que vinham trabalhando remotamente, a Cora promoveu um evento de integração, o Tum Tum Festival, aberto à participação dos filhos das funcionárias, como forma de reafirmar o compromisso com elas.

Em paralelo, começou a fazer pesquisas para identificar o perfil de seus funcionários e como percebem a cultura organizacional da empresa. Com isso, pretende colocar em prática seu plano estratégico de diversidade.

— Caso não haja tantas mulheres negras na liderança, por exemplo, a Cora vai abrir condições e janelas para chamá-las — diz Matheus Felipe, líder de diversidade e inclusão da fintech.

DIVULGAÇÃO

DIVULGAÇÃO

DÍVIDA 'VERDE' COM CUSTO MENOR

O chamado 'greenium', que alia emissão de títulos sustentáveis por empresas e prêmio pago a investidores, ainda é exceção no Brasil. No mundo, volume de papéis privados ESG sob gestão está em US\$ 502 bilhões

NAIARA BERTÃO
economiagloba.com.br
são paulo

O crescente espaço que os títulos de dívida do tipo ESG está ganhando no mercado global e brasileiro chama a atenção. O problema é que o benefício financeiro esperado — o chamado *greenium* — ainda é pouco visto por aqui. Isso sugere que investidores andam mais cuidadosos na avaliação e seletivos com suas escolhas de alocação de capital.

Outro, junção das palavras *green* (verde) e *premium* (prêmio), se refere ao diferencial de juro pago pela empresa que emite dívida ESG em comparação a uma captação tradicional. De acordo com Beatriz Ferrari, consultora de finanças sustentáveis da NINT Natural Intelligence (ex-Sitawi Finanças do Bem), consultoria que avalia e certifica boa parte das operações de dívida ESG de empresas brasileiras, ainda são poucos os exemplos de *greenium* no Brasil.

VERIFICAÇÃO DAS EMISSÕES

Para o cálculo de diferencial de juros pagos a quem compra esses papéis, Beatriz diz ser necessário isolar outros efeitos de liquidez e reputação, como o fato de a empresa ser conhecida no mercado ou de já ter relacionamento com investidores estrangeiros. Por isso, a comparação deve ser feita entre títulos do mesmo emissor, com prazos de vencimento parecidos e ciclo de maturidade do ativo próximo, explica.

— O que vimos no Brasil foram casos específicos de manifestação pública das empresas. Ainda não tivemos um processo de verificação dessas emissões, mas entendemos que é um sinal relevante de que a vantagem no preço está sendo vista — diz a consultora, que fez uma dissertação de mestrado na PUC-Rio, em que analisa esses prêmios.

Um caso sempre lembrado é o da fabricante de papel e celulose Suzano, que em novembro de 2020 emplacou uma emissão de *sustainability-linked bond*, SBLs (veja os diferentes tipos de títulos ESG no box) de US\$ 500 milhões, com vencimento em dez anos, a um juro de 3,1% ao ano, o menor da sua história.

A companhia não apenas obteve prêmio de 0,17 ponto percentual em relação a seus papéis convencionais — negociados no mercado, na época, a 3,27% — como também bateu seu próprio recorde: dois meses antes ela havia cap-



tado US\$ 750 milhões a 3,95% ao ano, 0,10 ponto menos que a taxa do convencional.

Sua par Klabin conseguiu o mesmo feito em janeiro de 2021 ao captar US\$ 500 milhões com SBLs. A companhia acertou juro de 3,2%, o menor para uma brasileira com seu nível de classificação de risco e 0,22 ponto abaixo do *yield* (juro pago a quem comprou o título) tradi-

cional. Mais recentemente, em abril de 2022, o banco Itaú Unibanco captou US\$ 62,5 milhões com *green bonds* de três anos e juros de 3,7% ao ano — títulos similares eram negociados na época com *yield* de 4,3% no mercado. As diferenças parecem pequenas, mas se traduzem em milhões de reais não gastos para as companhias.

Para especialistas, é difícil

saber se é um movimento pontual ou se ele vai se consolidar. Considerando que já foram feitos no Brasil 208 operações sustentáveis de crédito desde a primeira, em 2015, que levantaram, somadas, R\$ 155 bilhões, segundo a base de dados da NINT, os casos de *greenium* ainda são mais exceção do que regra. Mesmo lá fora, onde a literatura acadêmica é mais vasta e

a quantidade de emissões é maior, estudos mostram diferentes resultados.

Um deles, feito por Olivier David Zerbib, professor assistente de Finanças da Boston University e pesquisador no Institut Polytechnique, de janeiro de 2019, sugere um pequeno *greenium* de 0,02 ponto percentual no juro, em média. Outra pesquisa publicada na Suécia em fevereiro de 2021 aponta que, nos 2 mil *green bonds* avaliados, o prêmio verde gira entre 0,15 e 0,22 ponto percentual, em média.

O que faz uma emissão ter, então, *greenium*? Ao analisar as emissões brasileiras citadas observa-se que é comum a "venda" da dívida ser no mercado internacional. Dois terços do volume captado até hoje no Brasil vem de fora.

— No mercado internacional, a massa crítica de ativos geridos com filtro ESG é bem maior. Há fundos com mandatos exclusivos para fazer operações ESG — conta Gustavo Pimentel, da NINT.

Segundo outro relatório do BofA de junho, o volume global de títulos privados ESG sob gestão no mundo está em US\$ 502 bilhões, menos do que no fim do ano passado (US\$ 545 bilhões). Os fundos focados em aplicar em títulos

corporativos sustentáveis — 1.086 fundos hoje — representam 10,6% do total. O mercado latino-americano de dívida ESG é de US\$ 36,6 bilhões, 9% dos ativos totais sob gestão na região.

NO BRASIL, 111 OPERAÇÕES EM 2021

Apesar do aumento das emissões de empresas brasileiras, esse mercado ainda é tímido aqui. De acordo com a NINT, o Brasil teve em 2021 seu melhor ano, com R\$ 85,7 bilhões captados em 111 operações. Em 2022, já são R\$ 16,2 bilhões e 18 emissões.

Mas para o prêmio verde aparecer mais vezes aqui, é preciso combinar com os investidores. A demanda é o segundo fator comum entre os casos de *greenium*. A emissão de Klabin, por exemplo, chegou a ter uma procura de 10,4 vezes o valor da oferta. As duas da Suzano, de nove vezes. O Itaú já vendeu direto para um investidor europeu com bolso dedicado a ativos ESG.

— A gente chegará ao diferencial de taxa? Vai depender da dinâmica de oferta e demanda. Se a procura for maior que a oferta de títulos, vai ter diferencial. Mas, se a oferta também crescer, não adianta — diz Pimentel.

ENTENDA A DIFERENÇA ENTRE OS TÍTULOS EMITIDOS PELAS EMPRESAS

A grande diferença entre os títulos está no uso do dinheiro captado e qual o impacto que a empresa se propõe a causar na sociedade e no meio ambiente. O benefício esperado é conseguir taxas de juros (custo da operação) melhores, à medida que a companhia cumpre as metas e desenvolve os projetos propostos.

Green bonds (títulos verdes): o dinheiro captado pela emissão de *green bond* precisa, necessariamente, ser alocado em projetos que tragam impacto ambiental positivo. Exemplos: instalações para produção de energias renováveis, busca de eficiência energética, descarbonização da logística e transporte e gestão de resíduos.

Social bonds (títulos sociais): o destino neste caso precisa ser para projetos com impacto social positivo, como microcrédito para pessoas de baixa renda, financiamento estudantil, desenvolvimento de produtos e serviços com foco em inclusão de negros, mulheres, pessoas LGBTQIA+, ampliação de acesso a saúde e saneamento básico etc.

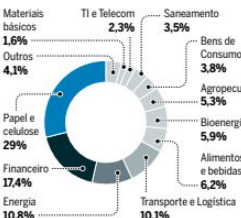
Sustainable bonds (títulos sustentáveis): são títulos que têm a dupla função de investir em projetos que tragam benefícios sociais e ambientais. Exemplos: agricultura familiar sustentável, habitação acessível, gerenciamento de água e energia de operações em comunidades etc.

Sustainability-linked bonds (títulos vinculados à sustentabilidade): são instrumentos de dívida que têm o objetivo de fazer com que o emissor alcance metas ESG, calibradas pelos indicadores-chave de desempenho (os KPIs) após o prazo da empresa. As operações podem trazer benefícios financeiros ao emissor conforme ele atinja as metas estabelecidas. Em 2022, já representa a maior parte das emissões no país, 51,4% de US\$ 3,28 bilhões emitidos até 5 de maio.

Transitions bonds (títulos de transição): menos conhecidos, são emitidos por companhias poluidoras (geradoras de gás carbônico) e que querem financiar sua gradual transição para uma operação mais sustentável.

SUSTENTABILIDADE NO MUNDO DAS FINANÇAS

Volume de dívida corporativa ESG por setor de empresas emissoras (*)



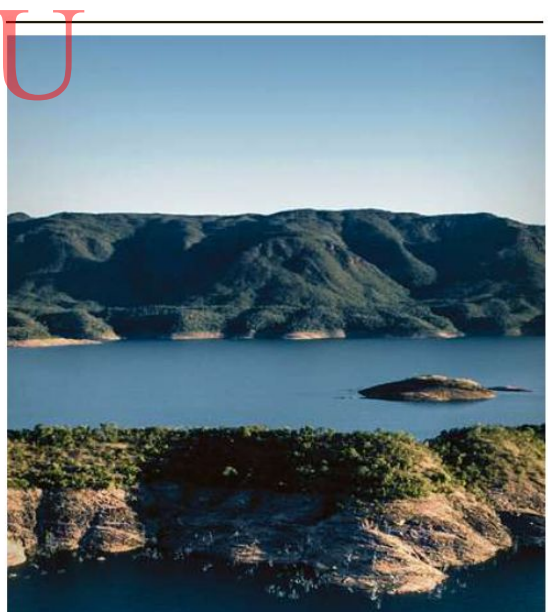
Fonte: NINT - Natural Intelligence

Operações sustentáveis de crédito no Brasil

	Número de emissões	Volume de emissões (Em R\$ milhões)
2015	1	1.701
2016	3	3.512
2017	9	7.472
2018	4	794
2019	19	9.724
2020	43	30.120
2021	111	85.696
2022(*)	18	16.229

(*) Até 5 de maio de 2022

Editoria de Arte



A CBA acaba de aderir ao **Movimento Ambição Net Zero do Pacto Global.**



Acesse o site e saiba mais sobre nosso compromisso ambiental:

esg.cba.com.br

Legado Verdes do Cerrado



Com mais de 20 anos de experiência em sustentabilidade, o inglês Oliver Dudok van Heel é, desde março, o novo diretor global de Sustentabilidade da consultoria global Kearney. Em maio, o executivo — que também leciona Universidade de Cambridge — visitou o escritório brasileiro e se encontrou com clientes locais. Na ocasião, falou com exclusividade ao Prática ESG sobre as tendências e oportunidades que enxerga para a agenda ESG das empresas e as mudanças necessárias.

Na nova casa, Van Heel tem o desafio de ajudar empresas globais a incorporar a sustentabilidade em suas operações do dia a dia e identificar maneiras de fazer a transição para um futuro mais sustentável, menos poluente e que gere também valor aos negócios.

Antes da Kearney, o executivo trabalhou por quase sete anos em um dos maiores escritórios de advocacia do mundo, o Freshfields Bruckhaus Deringer, no desenvolvimento de estratégias de responsabilidade corporativa e sustentabilidade de clientes. Foi responsável pela criação do New York Circular City Initiative, programa que reúne agências municipais, companhias multinacionais, fundações e academia para reimaginar o sistema econômico de Nova York e propor soluções para a transição para economia circular. Veja os principais trechos da entrevista:

O senhor tem ampla experiência prática em ESG corporativo. O que enxerga hoje como tendência?

Se até 2017 sustentabilidade era algo legal de fazer se a empresa tivesse tempo e dinheiro, nos últimos cinco anos passou a ser quase obrigatório, especialmente para grandes empresas, se você quer ter sucesso nos negócios. E os motivos que levaram a isso são múltiplos, a começar pela legislação. Muitos países já começaram a regulamentar como os negócios devem funcionar nessa nova economia, em nível nacional e municipal. São mais de 2.600 leis ao redor do mundo relacionadas a mudanças climáticas e outras questões relacionadas. Em Londres e em Nashville (EUA), por exemplo, é cobrada uma taxa por congestionamento para quem dirige carro no centro da cidade. O empurrão da regulação é relevante.

Mas ainda é algo local e pontual, não?

Não necessariamente. As

leis da União Europeia não têm impacto só local, mas internacional. Se produtores de commodities brasileiros quiserem vender para a Europa, precisam seguir uma série de pré-requisitos de sustentabilidade. Apesar de essas leis serem locais, elas têm alcance mundial porque a cadeia de suprimentos é globalizada. Se você quiser importar um bem para a União Europeia, já tem um custo de carbono que você precisa pagar: US\$ 76 por tonelada de carbono, embutida naquela movimentação; valor alto. Isso força todos a terem compromissos climáticos.

Além da legislação, o que mais puxa essa agenda?

Investidores, funcionários e consumidores são peças importantes. Os investidores agora veem sustentabilidade como fator de mitigação de risco e geração de valor. Alguns estão liderando, como a BlackRock, na maneira de se comunicar com os CEOs e engajar as empresas na agenda ESG, mas não poderia deixar de citar o que o ex-presidente americano Al Gore e David Blood estão fazendo ao criarem a gestora Just Climate (casa cujo foco é investir em empresas privadas que buscam impactar na redução da temperatura do mundo). Eles incorporaram a sustentabilidade em seus modelos de avaliação. Isso é muito importante e começa por incluir na análise o cálculo da pegada de carbono ao longo do tempo.

E os outros dois?

Como uma empresa atrai os melhores talentos? As pessoas, em especial as novas gerações, se importam com sustentabilidade e querem trabalhar para companhias que entendem os grandes desafios e contribuem para melhorá-los. No caso dos consumidores, nos últimos 15 anos, o número de pessoas que compram produtos orgânicos ou éticos chegou a cerca de 10% do mercado na Europa.

As pessoas estão dispostas a pagar mais caro por produtos socioambientalmente corretos?

Pesquisa da Nielsen mostra que 70% dos consumidores “definitivamente ou provavelmente” mudariam o hábito de consumo para reduzir o impacto ambiental. Cerca de metade se dispôs a renunciar a uma marca que gosta para comprar produtos mais “amigáveis” ao meio ambiente. Rodamos uma pesquisa na Austrália em que vimos que os consumidores estão dispostos

Regulação.
Para Heel, leis locais têm alcance mundial porque a cadeia de suprimentos é globalizada



ENTREVISTA

Oliver Dudok van Heel/diretor da Kearney

Executivo diz que é preciso incluir fornecedores na transição para energia limpa e defende a economia circular para evitar desperdício

NAIARA BERTÃO economica@oglobo.com.br SÃO PAULO

‘SUSTENTABILIDADE É OBRIGATÓRIO PARA O SUCESSO NOS NEGÓCIOS’

a pagar 30% a 80% mais por itens que estão na dianteira do movimento ESG. O recado para as empresas é que elas precisam oferecer mais produtos com qualidade similar aos tradicionais e preço parecido para atrair mais clientes.

No Brasil, o preço ainda importa, por ser um país com grande desigualdade de renda. O que pode tornar os produtos ESG mais atraentes?

Há diversas dimensões para se analisar o preço de um produto mais socioambientalmente responsável. Uma delas é a quantidade. Se você produzir de maneira certa em escala, com tecnologias modernas, não há razão para um produto ESG ser mais caro”

que seja mais caro. Hoje ele custa mais porque é menos procurado. Outra perspectiva é que alguns produtos têm uma produção mais custosa. Criar galinhas de forma orgânica, soltas no campo, custa mais do que em uma fábrica. O debate na Europa, que estava em um lugar semelhante ao Brasil há alguns anos, tem sido sobre a conscientização do que acontece, por exemplo, em fazendas industriais, para que as pessoas façam escolhas conscientes.

O senhor ainda não falou sobre o papel do engajamento da cadeia de fornecedores...

Muitos clientes também olham a cadeia de fornecedores das marcas. Se eu sou uma

multinacional, eu preciso me comprometer com a redução de emissões, chegar ao *net zero* (neutralização das emissões), com metas alinhadas com o parâmetro do Science-Based target. Isso significa que eu terei que reduzir emissões em toda a cadeia, o que inclui fazer transição para energia limpa, repensar as matérias-primas que uso na produção e desenvolver estratégias de economia circular, além de convencer fornecedores a fazer o mesmo. Se não fizer isso, vou perdervantagem competitiva.

O quanto a prática circular (reuso, reciclagem e redução) deve fazer parte da agenda corporativa?

O foco deve ser em garantir que haja o menor desperdício possível. Liderarei em Nova York uma coalizão de órgãos municipais, como a prefeitura, algumas grandes empresas, a exemplo de Unilever, H&M, Cisco Systems, HSBC e Goldman Sachs, bem como os principais “think tanks” [laboratórios de estratégias e inovação], cujo foco é economia circular. A ideia é ajudar a moldar uma abordagem de economia circular na cidade americana, que tem um alto nível de consumo, de US\$ 19 bilhões em bens e serviços por dia, mas em um espaço muito pequeno.

Qual o objetivo?

Quando pensamos em mudança para uma economia mais circular, grande parte do pensamento está em criar demanda para viabilizá-la. Isso pode ser feito, por exemplo, com as áreas de compras das empresas e setor público. Em Nova Iorque, identificamos dez frentes de trabalho, entre elas a criação de empregos ligados à economia circular. E conseguimos criar 11 mil (vagas), transição para uso de energia limpa e educação.

O senhor pode citar um exemplo de oportunidades para o meio corporativo?

O Airbnb é um bom exemplo. Nos últimos anos ele criou 5 milhões de quartos de hotéis sem construir prédios. Não há impacto na construção. Usaram a capacidade ociosa de espaços já existentes. Algo que é físico se tornou um serviço. Os carros e outros bens compartilhados seguem a mesma lógica. Nessa linha também estão os *marketplaces* de segunda-mão. Essas são maneiras pelas quais você reduz o uso de um recurso, compartilhando-o. É um novo jeito de fazer negócios. Os tradicionais são construídos de modo a gerar resíduos.

ESTANTE

The capitalist and the activist

Autores: Tom C.W. Lin **Editora:** Berrett-Koehler **Páginas:** 240 **Preço:** R\$ 29,25



Apresentado pela editora como “o primeiro exame aprofundado da importante fusão contínua de ativismo, capitalismo e

mudança social”, o livro busca jogar luz sobre as raízes de as corporações e seus executivos estarem, hoje, na linha de frente de questões sociais e políticas importantes e controversas, como justiça racial, mudanças climáticas e igualdade de gênero.

O trabalho no século XXI

Autor: Domenico Di Masi **Editora:** Sextante **Páginas:** 328 **Preço:** R\$ 99,90



Neste livro, com lançamento previsto para este mês, Di Masi traça panorama completo das relações de trabalho que se

estabeleceram ao longo da história, da escravidão ao trabalho remoto impulsionado pela pandemia. O título reflete tudo que já foi publicado e estudado pelo filósofo, respondendo questões ainda debatidas a propósito do emprego e do desemprego.

Vivi para ver

Autor: Sonia Consiglio Favaretto **Editora:** Heloisa Belluzzo **Páginas:** 100 **Preço:** R\$ 40



Consultora de sustentabilidade, palestrante e conselheira, a autora conta histórias pessoais, que se entrelaçam com personagens decisivos na promoção da sustentabilidade no Brasil, e servem como uma trajetória simbólica da evolução do ESG por aqui. O livro também apresenta uma linha do tempo com os marcos mais importantes no cenário internacional.

Justiça climática

Autor: Mary Robinson **Editora:** Record **Páginas:** 192 **Preço:** R\$ 27,45



Advogada, ex-presidente da Irlanda e enviada especial da ONU para mudança climática, a autora mostra, a partir de relatos comoventes e reais, os efeitos da mudança climática na vida. Aborda empatia, ações individuais e locais que podem se tornar exemplos de quais caminhos seguir para um mundo mais justo e sustentável. A obra ajuda a compreender as questões climáticas atuais.

AGENDA

ESG no Enic

A 94ª edição do Encontro Nacional da Indústria da Construção (Enic), de 20 a 23 de junho, terá um painel ESG. Será dia 21, às 18h, e o objetivo é apontar o que as empresas precisam entender sobre o tema e como se preparar para um novo ambiente de negócios. O evento é promovido pela Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC). Mais informações e inscrições em cbic.org.br/enic/94/.

Virada ODS

A Prefeitura de São Paulo vai promover nos dias 8, 9 e 10 de julho a Virada ODS. O objetivo é ampliar a conscientização e o engajamento cívico em relação aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da

ONU para 2030. Serão seis eixos prioritários: Comunicação, Inovação e Tecnologia, Desenvolvimento Econômico, Educação, Justiça e Cultura - Programação Cultural ODS. Informações sobre locais, programação e participação em viradaods.sp.gov.br.

Prêmio BNDES

Estão abertas até o dia 8 de agosto as inscrições para o Prêmio BNDES pelo Clima, que foi lançado neste mês pelo banco para estimular a pesquisa científica sobre mudanças climáticas relacionadas ao Brasil. Há a exigência de que os candidatos tenham graduação em qualquer área e os melhores trabalhos serão contemplados com valores que vão de R\$ 10 mil a R\$ 30 mil. Mais detalhes em <https://rlnk.in-e-iq/PDOR>.

Fale Conosco

☎ Classifone: 2534-4333

20 palavras (corpo claro)

RS **79,00** RS **102,00**

R\$ 0,04* por publicação Domingo*

20 palavras (corpo negro)

RS **98,00** RS **126,00**

R\$ 0,04* por publicação Domingo*

*Preços para pagamento em cartão de crédito ou à vista

• Para informações sobre outros tamanhos, modelos, forma de pagamento e preços consulte o classifone ou nossa loja. Preços válidos a partir de 01 de novembro de 2012.

• Para conhecer a política de publicação de anúncios, favor consultar www.infoglobo.com.br

Horários de Atendimento:

Classifone

De segunda a sexta:
das 8h às 20h.

Orientação aos leitores

O jornal O Globo não se responsabiliza pela procedência, veracidade dos anúncios veiculados, tampouco pelo cumprimento dos requisitos legais porventura exigidos no conteúdo dos mesmos, sequer por eventuais prejuízos deles decorrentes. O conteúdo dos anúncios é de inteira responsabilidade do anunciante. Pessoas físicas e jurídicas de má-fé podem utilizar um veículo de comunicação para fraudar e ludibriar os leitores, ou induzi-los em erro. A fim de evitar prejuízos, recomendamos: • Antes de solicitar um empréstimo ou efetuar uma transação comercial, verifique a identidade de quem está negociando, pedindo documentos que identifiquem o fornecedor.

- Procure documentar a transação comercial, através de contrato com firma reconhecida.
- No contrato devem constar a taxa de juros e a forma de pagamento.
- Procure fazer qualquer tipo de transação comercial apenas pessoalmente.
- Forneça seus dados pessoais, por fax e/ou telefone, apenas para empresas cadastradas idôneas.
- Evite receber documentos via fax.
- Não adiante nenhum valor (Ex. depósito em conta corrente, vales-postais etc.)

O GLOBO

42 ANOS + 12 LOJAS

SHOPPING
MATRIZMÓVEIS & PARA SUA
UTILIDADES & CASA OU
EMPRESAHOME &
Office

VA DIRETO AO SITE

COMPRA NO SITE RETIRE NA LOJA WWW.shoppingmatriz.com.br

TUDO EM
10X
S/JUROSFRETE RÁPIDO
*APÓS CONFIRMAÇÃO DE PAGAMENTO
3 DIAS
• RIO/GRANDE RIO 3 DIAS
• INTERIOR RIO 8 DIASCOMPRA PELO
TELEFONE
2221-8000

2ª a 6ª 08 às 18h. Sáb 09 às 14h.

CARTÃO BNDES **48x**
EM ATÉ
PARCELA MÍNIMA
VALOR DE R\$ 105,00PARCELAMOS P/
EMPRESAS E
CONDOMÍNIOS **4x**
EM ATÉ
BOLETOPROJETOS P/
EMPRESAS **GRÁTIS**
E CONDOMÍNIOS **2219-6020**
2219-6021SIGA-NOS
NAS REDES
SOCIAIS **f i**
shoppingmatriz.com.br

BAIXE NOSSO

APP

*GANHE 10% OFF

NA SUA 1ª COMPRA PELO APP



TELEFONE 2221-8000

LINHA SM BETA

NAS SEGUINTE
CORES
PRETO • BRANCO
NOGUEIRAAMBIENTES
MODERNIZADOSMESA DIGITADOR
PÉ PAINEL
73A X 100L X 60PÀ vista **338,00**
10X 33,80MESA SECRETÁRIA
PÉ PAINEL
73A X 120L X 60PÀ vista **368,00**
10X 36,80MESA DIRETOR
PÉ PAINEL
A: 73 X L: 160 X P: 70À vista **438,00**
10X 43,80ARMÁRIO BAIXO
2 PORTAS
76CM X L: 80CM X P: 38CMÀ vista **469,00**
10X 46,90ARMÁRIO ALTO
2 PORTAS
A161 X L: 80 X P: 38À vista **799,00**
10X 79,90GAVETEIRO PARA
MESA - 2 GAVETAS
À vista **189,00****10X 18,90**ARMÁRIO MÓVEL
2 GAV 1 GAVETÃO
A: 64 X L: 50 X P: 46À vista **539,00**
10X 53,90ARMÁRIO MÓVEL
5 GAVETAS
A: 62 X L: 36 X P: 40À vista **459,00**
10X 45,90CONEXÃO
60 X 60À vista **89,00**
10X 8,90CONEXÃO ESQ ou DIR
60 X 70À vista **99,00**
10X 9,90

Condições de parcelamento SHOPPING MATRIZ: Cartões de crédito em até 10x s/ juros. Parcela mínima R\$ 20,00 nos cartões. Crédito sujeito a aprovação pelos critérios da Financeira. Em nossos preços não estão incluídos frete e montagem. Obs. Preços válidos até 15/06/2022 enquanto durar o estoque. Poderá haver falta de produto em alguma loja, já que o anúncio é feito com muita antecedência. HORÁRIO DAS LOJAS: De 2ª a 6ª das 09 às 18h. Sábado das 09 às 14h. LOJA CASA-SHOPPING (aberta de 2ª a Sábado das 11 às 20h, e aos DOMINGOS e FERIADOS das 14 às 20h). Consulte nossos vendedores sobre produtos disponíveis para entrega imediata.

ENTREGA / SAC
0800 282 5025
3626-1267
3626-1268

12 LOJAS COM ATENDIMENTO PERSONALIZADO. UMA PERTO DE VOCÊ!

PENHA OFFICE CENTER
Av. Brasil, 19540 - SHOWROOM DE MÓVEIS.
2219-6000 - 2584-0189
99770-4641CASASHOPPING (em cima da Madalena)
Avenida Ayrton Senna 2150 - bloco A - lojas: 101/102
2431-2541 / 3325-3686 / 3325-3645
99703-6321 ABERTA AOS DOMINGOSS. JOÃO DE MERITI
Rua do Expedicionário, 46
2756-5811 - 2219-3612
99809-7446NITERÓI
Rua da Conceição, 165, Centro
3628-7602 / 3628-7804
99906-1385RECREIO
Av. das Américas, 13533
2437-4907 - 2437-3801
99883-1225LOJA CENTRO
Rua do Rosário, 133.
2509-4353
99707-8525BOTAFOGO (R. Maria Barreto)
R. Prof. Alvaro Rodrigues,
176. 3738-7856
99877-7803CAMPO GRANDE ESTACIONAMENTO
Av. Cedeira de Melo, 3393
2416-3530 - 2219-3514
99706-0823 PARCEIRO!
Av. Cedeira de Melo, 3461.MANILHA-ITABORAÍ
BR 101 - Km 23
2635-9403 - 2635-9169
99933-2354PIRATININGA
Est. Francisco da Cruz Nunes, 5200
2619-5729 / 5704 / 6481
99761-0679NOVA IGUAÇU
Rua Otávio Tarquino, 282
2619-3558 - 2219-3559
99762-0624CAXIAS
Av. Duque de Caxias, 333.
3642-5126 - 2671-6068
99724-1061